



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

BRUNA DIAS GUIMARÃES

**Cultura e consumo na formação do Brasil: um diálogo
entre Gilberto Freyre e Celso Furtado**

Campinas
2019



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

BRUNA DIAS GUIMARÃES

**Cultura e consumo na formação do Brasil: um diálogo
entre Gilberto Freyre e Celso Furtado**

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira – orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Econômico, na área de História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA BRUNA
DIAS GUIMARÃES E ORIENTADA PELO PROF. DR.
CARLOS ALBERTO CORDOVANO VIEIRA.**

**Campinas
2019**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

G947c Guimaraes, Bruna Dias, 1993-
Cultura e consumo na formação do Brasil : um diálogo entre Gilberto Freyre e Celso Furtado / Bruna Dias Guimaraes. – Campinas, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Carlos Alberto Cordovano Vieira.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Freyre, Gilberto, 1900-1987. 2. Furtado, Celso, 1920-2004. 3. Cultura. 4. Consumo (Economia). I. Vieira, Carlos Alberto Cordovano, 1976-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Culture and consumption in the development of brazilian civilization : a dialogue between Gilberto Freyre and Celso Furtado

Palavras-chave em inglês:

Freyre, Gilberto, 1900-1987

Furtado, Celso, 1920-2004

Culture

Consumption (Economics)

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Carlos Alberto Cordovano Vieira [Orientador]

Eduardo Barros Mariutti

Vanessa Follmann Jurgenfeld

Data de defesa: 29-03-2019

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: 0000-0002-7669-5844

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/5043077971667815>



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

BRUNA DIAS GUIMARÃES

**Cultura e consumo na formação do Brasil: um diálogo
entre Gilberto Freyre e Celso Furtado**

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira – orientador

Defendida em 29/03/2019

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. Carlos Alberto Cordovano Vieira - PRESIDENTE
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof. Dr. Eduardo Barros Mariutti
Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof.^a Dr.^a Vanessa Follmann Jurgenfeld
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)

A Ata de Defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no processo de vida acadêmica da aluna.

À minha mãe, pela incondicionalidade.

AGRADECIMENTOS

“O correr da vida embrulha tudo, a vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta”, escreveu Guimarães Rosa. Justa sentença que traduz bastante bem o que me foram estes dois anos de pesquisa e de estudo. E nessa embrulhada toda, muito, e a muitos, tenho a agradecer.

A dedicação foi tão somente possível com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço.

Ao orientador, professor Carlos Vieira, pela atenção, pela paciência e pela insistência no que realmente deve importar. Pelo entusiasmo e pela confiança. Agradeço.

Ao professor Plínio de Arruda Sampaio Júnior, muito especialmente. Homem com quem se aprende mesmo que não se concorde, porque ensina a pensar. Pela gentileza, pela formação, pelo Furtado e por dar sentido ao ofício. Ao professor Alfredo Cesar Barbosa de Melo, pelas aulas inspiradoras, pela abertura e pela acolhida. À professora Milena Fernandes de Oliveira, a qual indicou veredas menos áridas no descampado econômico. À professora Mariana Miggiolaro Chaguri pela infinda generosidade, pela disponibilidade e pelo muito aprendido. Ao professor Eduardo Mariutti, pelas aulas admiráveis e pelo pronto aceite em compor a banca de defesa. À professora Vanessa Jurgenfeld, pelas conversas e pela consideração. Aos professores Maurício Coutinho e Renata Bianconi, pelos auxílios, pela interlocução e pelo interesse. Agradeço.

Ao Eduardo, pelas chaves do café. À Alexandra e ao Clayton, pelos livros que ultrapassaram o desditoso limite de empréstimos. Agradeço.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico do IE, pela agradável convivência e pelas trocas de experiência. Ao cineclube do orientador e aos encontros de orientação da professora Suzi Frankl Sperber, que generosamente abriu-me as portas de sua casa. Espaços de oxigenação. Agradeço.

Aos amigos: Theodora, por tudo em todos esses anos. Carol, pela paciência, pela transigência e pela atenção. João, pela companhia sem-par, pelas leituras, pelos filmes e pela epígrafe. Rafa, pela bondade, pelas conversas infinitas e pelas palavras de conforto. Clarissa, pelo carinho, pelo incansável incentivo e pelo Guimarães. Caio, pelas tardes divagantes, pela

preocupação e por toda a gentileza. Laís, pelas tantas risadas. Marília, pela confiança. Gabriel, pelas angústias compartilhadas. Paula, pela magnanimidade e pelo pé no peito. Gabi, por ser Gabi. Marcelo, pelos ouvidos atentos e pelos conselhos matutinos. Veri, Caio e Cristiano, pelo afeto que desafia o tempo e a distância. A tantos outros, imersos nas recordações. Agradeço.

Por fim, aos meus pais, pelos sacrifícios, pela aceitação independente da compreensão e pelo desejo do meu melhor. Ao meu irmão, por tudo o que a fraternidade pode significar. Agradeço.

Ainda Guimarães, “Digo: o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.”

“A interpretação de nossa realidade com esquemas alheios só contribui para fazer-nos cada vez mais desconhecidos, cada vez menos livres, cada vez mais solitários.”

Gabriel García Márquez

RESUMO

A presente dissertação pretende discutir a relação travada entre consumo e cultura nas interpretações de Gilberto Freyre e de Celso Furtado acerca da formação nacional. Busca-se estabelecer um diálogo entre os autores, a partir da mobilização dos respectivos campos discursivos, em torno da problemática da modernização em geral, e dos padrões de consumo, em particular. Para tanto, recupera-se, em seus traços essenciais, as leituras freyriana e furtadiana acerca da formação e do processo de modernização que a atravessa, bem como sistematiza-se os estatutos do consumo e da cultura nas narrativas, sublinhando as aproximações e os afastamentos fundamentais entre as leituras. Objetiva-se uma apreensão geral dos processos, logo, dos atores e das dinâmicas subjacentes, e de seus principais efeitos sobre a formação nas dimensões econômica, social e cultural.

Palavras-chave: consumo; cultura; Gilberto Freyre; Celso Furtado.

ABSTRACT

The present dissertation aims at discussing the relationship between consumption and culture within the interpretations of Gilberto Freyre and Celso Furtado about the national formation. A dialogue between these authors was sought, mobilizing both discourses from the point of view of the problem of modernization, in general, and the consumption patterns, in particular. For that, the text recovers the essential features of Freyre's readings and Furtado's readings about the national formation and the process of modernization that crosses it. The text also synthesizes the consumption and cultural statutes in both narratives, stressing the main proximities and differences between both interpretations. The aim is a general apprehension of these processes, that is, of the underlying actors and dynamics and their main effects over the formation of the economic, social and cultural dynamics.

Keywords: consumption; culture; Gilberto Freyre; Celso Furtado.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. Gilberto Freyre: a tradição e a formação sociocultural do Brasil	17
1.1. Introdução.....	17
1.2.1. O complexo casa-grande-senzala.....	19
1.2.2. A desintegração.....	27
1.2.3. O estatuto do consumo e a ocidentalização da vida.....	35
1.3. Considerações finais.....	43
2. Celso Furtado: a modernização e a formação econômica do Brasil.....	46
2.1. Introdução.....	46
2.2.1. A economia colonial	49
2.2.2. A transição para uma economia nacional	62
2.2.3. Modernização dos padrões de consumo e colonização cultural	72
2.3. Considerações finais.....	76
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	88

INTRODUÇÃO

Ainda que muito mobilizada pela intelectualidade brasileira, a noção de formação é pouco óbvia e relativamente cambiante. Expressa em títulos e subtítulos nas mais variadas obras, configurando como que um eixo explicativo de relevo mais, ou menos, sobressalente, seu significado atravessou o século XX¹ em disputa. Recorde-se: 1933, *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal*, de Gilberto Freyre; 1942, *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior; 1959, *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado; 1975, revista e ampliada a segunda edição de *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*; 1995, *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Interessa aqui a “ideia de “formação” como chave discursiva e analítica”², “como uma espécie de armadura para uma perspectiva sintética, por vezes ensaística, de escrita sobre a história do Brasil”³, mas igualmente signo de “uma espécie de “forma simbólica”, manejada por intérpretes que, longe de qualquer empirismo ingênuo, buscavam coerência narrativa para suas respectivas concepções sobre uma nação problemática”⁴ - quer se dizer, a nação enquanto um objeto em permanente construção. Dentre as implicações, constituiu-se um inventário imagético do que vem a ser o país - e o nacional, ou, propriamente brasileiro - em seu passado, presente e futuro, na constelação das nações supostas modernas - leia-se capitalistas ocidentais⁵.

¹ Ver RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In Medeiros, Bruno Franco; de Souza, Francisco Gouveia; Belchior, Luna Halabi; Rangel, Marcelo de Mello; Pereira, Mateus H.F. Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneo. Jundiaí, Paco Editorial: 2015. O autor destaca, em especial, a ideia de formação entre os anos de 1920 a 1950. Escreve: “as diferentes histórias sobre a formação do Brasil parecem ter em comum uma sensibilidade histórica muito específica. Trata-se, no caso, de uma sensibilidade que entrevia o passado à luz de uma realidade fluida, passível mesma de dissolver suas tradições mais arraigadas ou de reacomodá-las segundo contingências nem sempre previsíveis. Seria o século XX, com a consolidação do trabalho livre, com a urbanização ou com a industrialização que realizara as mais profundas rupturas no solo movente do Brasil moderno.” p.264

² Ibid., p.253.

³ Ibid., p.254.

⁴ Ibid., p.261.

⁵ Em termos precisos: “Tamanha proliferação de expressões, títulos e subtítulos aparentados não se pode deixar de encarar como a cifra de uma experiência intelectual básica, em linhas gerais mais ou menos a seguinte: na forma de grandes esquemas interpretativos em que se registram tendências reais na sociedade, tendências às voltas, não obstante com uma espécie de atrofia congênita que teima em abortá-las, apanhava-se naquele corpus de ensaios sobretudo *o propósito coletivo de dotar o meio gelatinoso de uma ossatura moderna que lhe sustentasse a evolução. Noção a um tempo descritiva e normativa, compreende-se além do mais que o horizonte descortinado pela idéia de formação corresse na direção do ideal europeu de civilização relativamente integrada* - ponto de fuga de todo espírito brasileiro bem

Dessas tantas interpretações que se acercam da formação brasileira, a de Gilberto Freyre e a de Celso Furtado⁶ são particularmente interessantes quando postas em contraponto. Tem-se em vista que foram elaboradas, em suas linhas essenciais, em quadras históricas distintas - Freyre particularmente na década de 1930, Furtado na década de 1950 -, e rearranjadas no correr dos anos, conforme a interação dinâmica entre texto e contexto. No entanto, o que se pretendeu foi uma sistematização das análises em seus traços gerais, a partir de uma leitura transversal das obras, selecionados e mobilizados os trabalhos na medida em que aclaravam as articulações propostas - daí escritos de décadas que ultrapassam as referentes às formulações diretas quanto à questão da formação. Não se assume um caráter monolítico do pensamento dos autores, mas uma coerência do ponto vista interno do conjunto das produções. Foram sobrepostos, portanto, a partir de suas leituras sobre a formação do Brasil⁷.

Do imaginário freyriano descortina-se um país que se estabeleceu a partir de uma rede de comunicações raciais e culturais que suplantou a violência entre os indivíduos e entre estes e a natureza, porquanto organizada por um sistema agrário, patriarcal-familiar e escravocrata, e estabilizada pela síntese de uma tradição transigente, preta de valores orgânicos. Por conseguinte, assentou-se no trópico uma nação moderna, cuja perenidade da forma, original do meio, moldou e acomodou uma miríade de conteúdos próprios, que foram dinamizados pelos processos interpenetrados de miscigenação e de hibridização racial e cultural. Estes importaram na medida em que asseguraram um amálgama sincrético, ou, preservaram a diferença, a diversidade e toda uma sorte de especificidades do mundo que o português criou. Regido este plasma de raças e de culturas pela contemporização, o fator neutralizador dos conflitos, o Brasil formou-se equilibrando e equilibrado em antagonismos.

Da criatividade furtadiana emergiu um país no qual o processo formativo foi posto, recorrente e particularmente, em xeque, a partir da reiteração de uma articulação

formado.” ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p.11-12; grifo nosso. Em termos próximos ver SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. O impasse da “formação nacional” in FIORI, José Luís (org.). Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999b.

⁶ Advogam por Furtado enquanto intérprete do Brasil, noção esta já estabilizada de Freyre, OLIVEIRA (1997), SAMPAIO JR. (1999a), MALLORQUIN (2005), RICUPERO (2005).

⁷ Escreve RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de..., op.cit., p.258, grifo nosso: “a leitura de autores como Gilberto Freyre, Sérgio Buarque, Celso Furtado, Caio Prado, entre outros, deixa clara uma preocupação central com os destinos da vida pública no Brasil, notadamente com as condições de um país de origem colonial e escravocrata, e com forte herança rural, ascender à vida moderna.”

dinâmica entre relações de dominação externa e interna. Fundado em sistema econômico voltado para fora, o substrato agrário-exportador e escravista converteu-se em um legado colonial que agrilhoa ao passado as possibilidades de realização da soberania nacional. Transposta uma tal herança em nexos de dependência exterior e em segregação socioeconômica interior às fronteiras, constituiu-se o fator, por excelência, entorpecente de um sistema econômico vincado em bases autônomas. A formação vai sendo sustada - daí inacabada - por processos que bloqueiam a auto-determinação nacional, ao impedirem a internalização dos centros de decisão, exacerbando as assimetrias a nível estrutural promovidas pela simbiose perversa - característica do modelo brasileiro de desenvolvimento - entre a modernização dos estilos de vida de minorias privilegiadas e a superexploração de grandes parcelas da população. Assim dinamizou-se o Brasil pela criação e pela perpetuação de uma sorte de estruturas heterogêneas que interagem entre si de modo a robustecer a dependência e a desigualdade sócio-econômica e cultural.

Se explorar a radicalidade do distanciamento entre as perspectivas sugere um percurso seguro, nuançar as leituras, perscrutando aproximações, possíveis complementaridades e até mesmo concordâncias, aventou um desafio. A chave esteve no expediente que notabiliza as continuidades em meio às mudanças na esteira da história, operado por ambos os autores. Assim, puderam ser aproximados e ao mesmo tempo distanciados em torno das constâncias identificadas em seus respectivos balanços a respeito do processo de formação do Brasil. É, portanto, na cifra da ambivalência que se buscou criar um diálogo entre o sociólogo pernambucano e o economista paraibano. O eixo radica nas relações travadas entre consumo e cultura, inscrita na problemática da formação, compreendida entre os séculos XVI e XIX, posto que são elementos cruciais em ambas as análises. Elementos estes que demarcam ambos os posicionamentos quanto às ideias de modernização e de progresso, uma segunda, e profícua, entrada no movimento de aproximação-distanciamento entre os autores.

O primeiro capítulo acerca-se da sistematização da interpretação de Freyre sobre a formação que se estende do século XVI ao século XIX. Esta é entendida a partir da constituição, do declínio e da renovação da forma de patriarcal de organização. Mostra-se como essa forma, ao processualmente universalizar-se, ordenou conteúdos socioculturais diversos, a partir do princípio da harmonização das diferenças. Assim, a formação vai estar expressa em um complexo, do qual subtraiu-se uma tradição de

contemporização, que foi traduzida, por sua vez, nas relações estabelecidas entre a civilização e o meio, na criação da casa, na instituição da família e na organização do poder. À vista disso, busca-se explicar de que modo, em uma dinâmica de avanço-recuo, a contingência pôs em um declínio parcializado a forma, transformando e rearticulando os vários conteúdos, que vão passar por uma mudança de feição, em virtude da especialidade dos contatos culturais promovidos pela conjuntura. Por fim, esclarece-se a colocação do consumo, e sua funcionalidade, na narrativa, em particular, no diagnóstico do problema da modernização, processo este, para Freyre, cuja significação última corresponde à ocidentalização do país acelerada com chegada da corte portuguesa no Brasil em 1808.

Ao segundo capítulo reserva-se a interpretação de Furtado, enfatizando a formação do sistema econômico nacional, tido como a base material na qual se funda uma sociedade. É recuperada a economia colonial, circunscrita pelos séculos XVI à XIX, em suas linhas mais gerais, derivando-as das experiências econômicas do açúcar, do ouro e do café. Ressaltam-se as particularidades da acumulação de capital empreendida nessa economia, que vão consubstanciar-se em traços anômicos e que se reproduzem no tempo, minando dessa forma as bases de um desenvolvimento autônomo. Expõe-se, em seguida, como esses traços vão ser reelaborados pela inserção da economia brasileira no novo sistema de divisão internacional do trabalho instaurado com a revolução industrial. Esboça-se o modo pelo qual são acentuadas a situação de dependência externa e a exploração interna à medida que os ditos traços incorporam-se a um processo de modernização excludente e concentrador de renda, que toma forma ao longo do século XIX. Finalmente, focaliza-se a dimensão do consumo, a partir da orientação de sua diversificação, esta como fatura da reinserção no comércio exterior na segunda metade do século XIX, destacando seus impactos que, para Furtado, respondem a um processo de colonização cultural secular, delineado pela convergência entre elites dirigentes locais e grupos que dominam as trocas internacionais - conexão estabelecida na economia açucareira do século XVI entre senhores de engenho e comerciantes holandeses.

Nas considerações finais, tendo em vista que no processo de formação supõe-se um sujeito - sociedade, Estado, nação, cultura, economia - que deve tomar as rédeas de seu destino, de forma a nada dever a seus pares, explicita-se como perspectivas, de partida irreconciliáveis, encontraram pontos de convergência, fazendo das análises,

complementares em determinados aspectos; e como estes mesmos pontos criam espaços de atritos graves entre as visões, revelando, no limite, tratar-se do campo de disputas pelos valores substantivos que devem presidir a vida social.

1. GILBERTO FREYRE: A TRADIÇÃO E A FORMAÇÃO SOCIOCULTURAL DO BRASIL

Uma coisa, pelo menos, é certa: o desenvolvimento de uma civilização moderna no Brasil está plasmando o desenvolvimento de novo tipo de civilização. O que poderá fazer dos brasileiros, já pioneiros históricos, pioneiros de um novo e fascinante futuro: o de homens civilizados situados nos trópicos. Mais do que qualquer outro povo eles estão desenvolvendo, nos trópicos, novas formas de civilização cujos traços fundamentais são europeus, mas cujas perspectivas - é preciso insistir neste ponto - são extraeuropeias. Mais-que-europeus.

Gilberto Freyre, “Novo mundo nos trópicos” (1971).

1.1. Introdução

Na interpretação de Freyre acerca da formação da sociedade nacional, a chamada “cultura material”, ou, a história da alimentação, do vestuário, da casa e de seu mobiliário, é uma de suas características mais marcantes e originais⁸. Mais do que um artifício de análise mobilizado pelo sociólogo, o “materialismo” que cunha as páginas de sua Introdução à história da sociedade patriarcal no Brasil⁹, diz respeito a uma concepção de cultura que não remete propriamente à idéia que toma o autor por geral, como “expressão do conjunto de refinamentos de espírito, de educação e de maneiras”. Sob a perspectiva das ciências sociais, para Freyre, cultura significa a “soma de atividades, de estilos de vida, de materiais elaborados por um grupo humano: inclui invenções, instrumentos, todo o equipamento material do grupo”, bem como “fatores imateriais como a língua, a Arte, a Religião”¹⁰. Se acentua “a importância de “objetos materiais”, símbolos, insígnias, mitos [...] - inclusive móveis, trajos, alimentos -” é por considerá-los “reflexos das chamadas “realidades imateriais”, nunca ausentes dos mesmos objetos.”¹¹ Daí que o produzir e o cercar-se de artigos e utensílios organizam não só um modo de viver, como refletem e informam os modos de pensar e de sentir de uma sociedade, circunscrevendo um “espaço social” estreitamente relacionado com o meio físico. Atribui-se à ordem do material, portanto, uma dimensão capital na

⁸ Ver BURKE, Peter. A cultura material na obra de Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de (orgs.). O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2001, p.55-70.

⁹ Composta pelas obras *Casa&senzala, Sobrados e mucambos, Nordeste, Ordem e progresso* e o não concluído *Jazigos e covas rasas*. Ver BASTOS, Élide Rugai. As criaturas de Prometeu. São Paulo: Global, 2006, p.55.

¹⁰ FREYRE, Gilberto. Problemas brasileiros de antropologia. 3ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962, p.11, citação anterior idem.

¹¹ FREYRE, Gilberto. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e desenvolvimento do urbano. 16ª ed. - São Paulo: Global, 2006, p.608.

apreensão freyriana dos processos sociais que levaram à formação, à desintegração e à recriação de formas caracteristicamente brasileiras.

O século XIX, e em particular no Brasil - ênfase do capítulo -, é para o autor revolucionário e revolucionado. Íterim que vai abarcar uma série de cortes profundos no modo de vivência e convivência que se havia estabelecido por uma colonização ímpar dos, e nos, trópicos, o período é testemunha de um largo, e imperativo, movimento de ocidentalização da vida brasileira, cuja dinâmica pôs-se a fins de dominação e de subjugação econômico-cultural. Ao entendimento do lugar ocupado pela materialidade-imaterialidade no argumento, e das implicações sobre a formação brasileira dada as transmutações naquela, que acompanharam a instituição dos novos processos sociais, cumpre ter em vista, e de modo geral, o enredo da épica patriarcal que se inicia com a colonização portuguesa do século XVI. A especificidade dos encadeamentos, à luz das sugestões de Freyre, vai radicar na articulação entre patriarcalismo, interpenetração de etnias/culturas e trópico/Nordeste. Foi instaurado um complexo organizacional pela colonização portuguesa que, a partir da família, contemporizou, amalgamou e arraigou nos trópicos, uma miríade de valores culturais ocidentais e orientais, gestando uma civilização mais que europeia. Logo, é deste complexo que se derivam os elementos fundacionais da ordem geral, quer-se dizer, em seu bojo consolidou-se e universalizou-se um conjunto de valores que, caldeados em uma tradição, estabilizaram e deram unidade à formação brasileira.

Vai timbrar essa tradição cultural o equilibrismo. Esta, tida como síntese de um estilo de vida aclimado à ecologia tropical, operacionalizou-se pela transigência entre os indivíduos e entre os indivíduos e a natureza, o que assegurou a manutenção de uma civilização original, criadora de valores. As mudanças de contexto e os contatos culturais promovidos, na medida em que tornaram o aparato cultural tradicional inoperante, redundaram a ruína do sistema. A desintegração deste complexo intrincou-se, assim, à amplificação de um conjunto de processos que, imbricados, intensificaram-na conforme descaracterizaram, ou, recharacterizaram seus elementos mais fundamentais. Este deslocamento e esvaziamento do tradicionalmente estabelecido, para Freyre cria de partida espaços para emersão de novos agentes - como o mestiço, expressão de outra natureza de relações e de conflitos - e vazios de ordem cultural, visto o caráter desenraizado dos novos valores que vão impor-se de modo singular ao país.

Através das modificações nos padrões dos bens consumidos, captam-se as transformações socioculturais gerais que exprimem a disputa entre inovação e tradição. Igualmente, tidos os novos bens como passe de acesso, parcial e discriminador, a uma certa civilização europeia, que o condiciona a uma subordinação inflexível, as próprias modificações respondem pelas dinâmicas que, a nível externo, criam vínculos que abafam os sentidos próprios, já constituídos, com relação à cultura dominante; e a nível interno, servem à radicalização das distâncias e dos conflitos sociais com a exacerbação de diferenças que se tornam intransigentes - manifestas nas relações com o meio físico, na casa, na família e no arranjo do poder.

O capítulo subdivide-se em três seções. A primeira trata dos mecanismos gerais que constituem a tradição patriarcal, vista em seus traços essenciais, a partir da formação do complexo casa-grande-senzala - no correr dos séculos XVI a XVIII. A segunda concerne ao movimento de deslocamento desta tradição com a desintegração do complexo conforme as mudanças que se decretam ao regime de organização - o século XIX. A terceira focaliza o estatuto do consumo na narrativa freyriana da desintegração, salientando o significado das mudanças nos padrões dos “usos e costumes” e seus desdobramentos sobre a formação sociocultural do Brasil.

1.2.1. O complexo casa-grande-senzala

O chamado complexo casa-grande-senzala, ou patriarcal¹² - o “complexo dos complexos dentre os que antropológica e sociologicamente *explicam a formação e o ethos brasileiros*”¹³; ainda, segundo Freyre, “de todas as chaves de interpretação [...] a capaz de articular maior número de passados regionais brasileiros num passado compreensivamente nacional”¹⁴ - é a síntese de uma colonização que “fundou a maior civilização moderna”¹⁵ no bloco trópico-nordeste. Segundo o autor, a partir do regime de família, ensejaram-se dinâmicas cujo extrato é um conjunto de práticas, valores e normas de comportamento que, reduto da forma organizadora dos aspectos da vida social patriarcal, foram universalizados, plasmando uma tradição que foi arrimo da

¹² Também identificado como “complexo lusitano”, “complexo patriarcal”, “sistema patriarcal”.

¹³ FREYRE, Gilberto. Como e porque sou e não sou sociólogo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1968a, p.120, grifo nosso.

¹⁴ FREYRE, Sobrados..., op.cit. p. 63.

¹⁵ FREYRE, Gilberto. Casa-grande & senzala: edição crítica, Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edison Nery da Fonseca, coordenadores, 1ª edição Madri: Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2002. (Coleção Archivos: 1.ªed.; 55), p.214.

formação nacional.

Corresponde, portanto, o complexo casa-grande-senzala a um sistema de organização das relações e dos processos sociais - a um modo de vivência e de convivência -, sintetizado por uma “colonização híbrida e escravocrata”, por um “povo indefinido entre a Europa e a África”¹⁶. Embora enquadrada no “grande programa marítimo e comercial inaugurado pela viagem de Vasco da Gama”, para Freyre, o “sistema patriarcal de colonização portuguesa do Brasil”¹⁷ afastou-se “das normas comerciais e burguesas do primeiro século do imperialismo português para reviver os métodos de como que autocolonização aristocrática e agrária”¹⁸. Formado no “Nordeste do massapê, da argila, do húmus gorduroso”¹⁹, solo tropical, esse complexo tem no açúcar, no escravo e na família suas vigas mestras.

*A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão); de transporte (o carro de boi, o banguê, a rede, o cavalo); de religião (o catolicismo de família, com capelão subordinado ao pater famílias, cultos dos mortos, etc.); de vida sexual e de família (o patriarcalismo polígamo); de higiene do corpo e da casa (o “tigre”, a touceira de bananeira, o banho de rio, o banho de gamela, o banho de assento, o lava-pés); de política (o compadrismo); Foi ainda fortaleza, banco, cemitério, hospedaria, escola, santa casa de misericórdia amparando os velhos e viúvas, recolhendo órfãos.*²⁰

A aclimação do sistema ao trópico foi regulada pelo “primado ibérico de cultura”²¹, isto é, a ambientação do “português cosmopolita e plástico”²² ao meio, foi orientada por um senso colonizador de contemporização, que acomodou no espaço tropical-nordestino tanto valores culturais ocidentais quanto, e sobretudo, orientais, sob uma simbiose particular entre o indivíduo e a natureza. Freyre sublinha - e convém ressaltar - que a forma social desse sistema, a patriarcal, guardou maior correspondência com elementos culturais do Oriente - mouros, árabes, israelitas, maometanos.

A verdade é que o oriente chegou a dar considerável substância, e não apenas alguns dos seus brilhos mais vistosos de cor, à cultura que aqui se formou e à paisagem que aqui se compôs dentro de condições, predominantemente patriarcais de convivência humana, em geral, e de exploração da terra pelo homem e dos homens de uma raça pelos de outra, em particular. E não só

¹⁶ Ibid., p.33, citação anterior idem.

¹⁷ Ibid., p.11.

¹⁸ Ibid., p.221, citação anterior idem.

¹⁹ FREYRE, Gilberto. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 1989, p.42.

²⁰ FREYRE, Gilberto. Casa-grande..., op.cit., p.12, grifo nosso.

²¹ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.552.

²² FREYRE, Casa-grande..., op.cit., p.33.

substância e cor à cultural: *o Oriente concorreu para avivar as formas senhoris e servis dessa convivência entre nós: os modos hierárquicos de viver o homem em família e em sociedade. Modos de viver, de trajar e de transportar que não podem ter deixado de afetar os modos de pensar.*²³

Tem por substrato este complexo a família patriarcal, constituída “pelo patriarca e pela mulher, pelos filhos, pelos descendentes, pelos parentes pobres, pelos agregados e pelos escravos”²⁴. A disposição faz-se em subordinação ao pai social, investido de função tutelar, conformando uma hierarquia que é a espinha dorsal do modo de convivência. Os atributos básicos desse senhor vão da “honestidade, [d]a dignidade temperada pela simplicidade”²⁵, da ausência “[d]essa ânsia toda de lucro nem esse sentido comercial de vida agrícola”²⁶, à tirania, ao sadismo e ao mandonismo. Daí que a posição dos demais entes, em especial os nucleares, com suas respectivas atribuições, é crucial, porque ao colocarem-se como contrapesos às destemperanças do *pater familias*, asseveram a estabilidade do regime. O escravo, na base da organização não só do trabalho como na das relações, coloca-se como o fator que desossa, que adoça e que amacia as rigidezes do sistema - “elemento ativo, criador, e quase que se pode acrescentar nobre na colonização do Brasil; [...] desempenharam uma função civilizadora”²⁷. A mulher, por sua vez, posta-se como o refúgio do filho, alvo do terrorismo paterno, e é a responsável pela fixação dos valores patriarcais - “com seus conhecimentos de coisas de cozinha e de higiene da casa”²⁸. O filho posiciona-se como força oponente ao despotismo do pai e como o irradiador dos costumes negros assimilados do contato com as mães-pretas - que lhes “ensinam [...] a falar e, dentro desse primeiro ensino de português, transmitem-lhes superstições, cautos, tradições africanas”²⁹.

Esta vivência-convivência é modulada pela transigência - expressão da “sabedoria de temporização”³⁰ - o que, de acordo com Freyre, vai possibilitar “inversões e confusões de superioridades”³¹, desdobrando-se nos vínculos pessoais e sentimentais entre dominadores e dominados. Assim, a dinâmica da “constelação

²³ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.551, grifo nosso.

²⁴ Ibid., p.493.

²⁵ Ibid., p.58.

²⁶ Ibid., p.125.

²⁷ FREYRE, Gilberto. Casa-grande..., op.cit., p.320-321.

²⁸ Ibid., p.138.

²⁹ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.798.

³⁰ Ibid., p.809.

³¹ Ibid., p.503.

familiar”³² é dada pelo dispositivo de miscigenação-hibridização que, ao realizar o “amalgamento de raças e de culturas”³³, confere constância à ordem. De outro modo, oportunizados por um impetuoso e indiscriminado pendor à miscibilidade do colonizador - seja por predisposição genética, climática e/ou contextual -, os processos interpenetrados de miscigenação e de hibridização impedem uma realização definitiva ou engessada da família. Assim plástica, a família patriarcal absorveu e deixou-se absorver, a fim de adaptação, por distintas influências culturais e raciais, experienciadas em convivência íntima. Duas consequências destacam-se; a primeira, do cruzamento entre as classes, geraram-se os elementos híbridos - indivíduos e valores. A segunda, criaram-se zonas de confraternização entre dominadores e dominados - que permitiram à família acondicionar os antagonismos de modo a torná-los auto-compensatórios. Configurou-se uma fusão orgânica e equilibrada de culturas e de raças, equilíbrio este atingido de acordo com a hora e a vez da circunstância.

*Pois dentro desse sistema muita comunicação houve entre casas-grandes e senzalas [...]. Síntese e não apenas antítese. Complementação afetiva e não apenas diversificação economicamente antagônica. Nem se explicaria de outro modo o relevo que vêm tomando, entre nós, manifestações híbridas não só de cultura como de tipo físico. O sistema original, mal reponta do oceano de mestiçagem que o vem avassalando; e dentro do qual os valores absolutamente puros de uma origem ou de outra [...] sobrevivem apenas sob a forma de ilhotas cada dia mais insignificantes: antes curiosidades etnográficas, étnicas ou estéticas que realidades sociológicas.*³⁴

Nestas zonas de confraternização, a partir da rotinização e generalização do expediente da miscigenação-hibridização, foram gestadas as práticas, os valores e as normas de comportamento que vão pautar a sociabilidade dos indivíduos e sistematizarem-se em uma consistente “tradição regional, realidade nacional”³⁵, cujo traço essencial é a “plástica contemporização”³⁶. Por outras sentenças, subtrai-se do sistema patriarcal de colonização portuguesa uma tradição que lhe conserva o sentido do equilíbrio entre “realidades tradicionais e profundas: sadistas e masoquistas, senhores e escravos, doutores e analfabetos, indivíduos de cultura predominantemente europeia e

³² Ibid., p.492.

³³ “Integração, amadurecimento e desintegração [da forma patriarcal, ou tutelar, de organização de família, de economia e de cultura] que não se verificaram nunca, independentemente de *outro processo igualmente característico da formação brasileira: o de amalgamento de raças e culturas, principal dissolvente de quanto houve de rígido nos limites impostos pelo sistema* mais ou menos feudal de relações entre os homens à situações não tanto de raça como de classe, de grupos e indivíduos.” FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.475, grifo nosso.

³⁴ Ibid., p.55, grifo nosso.

³⁵ FREYRE, Gilberto. Região e Tradição. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968b, p.182.

³⁶ FREYRE, Gilberto. Casa-grande..., op.cit., p.11, citação anterior idem.

outros de cultura principalmente africana e ameríndia³⁷. Essa tradição, predominantemente rural, que se faz na ambivalência, harmonizando diferenças, traduziu-se na relação entre a civilização que emerge e o meio, na casa, na família e na organização do poder.

Foi estabelecido entre a “civilização do açúcar” e a natureza tropical-nordestina um “contato fecundante do europeu com a terra virgem, e não apenas devastação e conquista”³⁸. Quer dizer, uma interação complexa em que, por um lado, o domínio do trópico a partir do emprego de métodos que assolaram as “manchas de terra pegajenta”³⁹, no cultivo da monocultura da cana, exprimiu um ato de concepção violento, no qual “o homem rompe o equilíbrio que depende dessa variedade quando faz que uma planta única e no momento valorizada mais do que as outras cresça sobre uma região inteira”⁴⁰. A destruição da mata importou no arrasamento da vida animal, na alteração do clima, da temperatura e do regime de águas. Por outro lado, nessas mesmas terras “que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquele Brasil profundo”⁴¹. Teria sido a civilização que aflora deste regime sem-par na criação de “valores políticos, estéticos e intelectuais”⁴² - “canavial civilizador mas ao mesmo tempo devastador”⁴³, vai escrever Freyre. A mediação radica no “hibridismo que se abrandou tão cedo a colonização do Brasil”, assentando uma tradição de transigência que enraíza uma sociedade de senhores e de escravos relativa e socialmente menos distanciados.

A casa é pedra de toque - e de cal - nesta tradição patriarcal. Manifestação de uma “quase maravilha de acomodação”⁴⁴ das relações interpessoais, foi igualmente uma “quase maravilha de adaptação do homem, através da casa, ao meio físico”⁴⁵. De todos os tipos, “um só verdadeiro: a casa patriarcal brasileira com senzala, oratório, camarinha, cozinha que nem as de conventos como o de Alcobaça, chiqueiro, cocheira,

³⁷ Ibid., p.76, citação anterior idem.

³⁸ FREYRE, Gilberto. Nordeste..., op.cit., p.120.

³⁹ Ibid., p.42.

⁴⁰ Ibid., p.74, citação anterior idem.

⁴¹ Ibid., p.45.

⁴² Ibid., p.177.

⁴³ Ibid., p.73.

⁴⁴ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.30.

⁴⁵ Ibid., p.31.

estrebria, horta, jardim.”⁴⁶ Interessa que, a partir de sua especialização em “guardar mulheres e guardar valores”⁴⁷, a casa-grande de engenho foi o “centro da nossa integração social”⁴⁸, locus da força “que enlaça num mesmo ritmo os que convivem estreitamente unidos”⁴⁹. Em outras palavras, a casa tradicional desenvolveu-se em torno da “mulher-matrix, da mulher estável e mãe de família”⁵⁰, que ao criar gabaritos de adaptação, fixou a civilização europeia pelo filtro português no Brasil. A culinária é exemplar dessa operação de consolidar a “cultura tradicional”⁵¹.

*Todas essas tradições de mesa e sobremesa de Portugal - a cristã, a pagã, a moura, a israelita, a palaciana, a burguesa, a camponesa, a monástica ou fradesca, a freirática - transmitiu-as algum modo Portugal ao Brasil onde as matronas portuguesas [...] não tardaram a aventurar-se a combinações novas com as carnes, o frutos, as ervas e os temperos da terra americana. Aventuras de experimentação continuada pelas brasileiras, senhoras de engenho, pelas sinhás das casas-grandes, umas, grandes quituteiras, outras, doceiras, quase todas peritas no fabrico do vinho de caju, do licor, de maracujá, de garapa de tamarindo.*⁵²

É no bojo da família que germinam os valores tradicionais, isto é, a dinâmica e a lógica familiares estabeleceram pela prática cotidiana os parâmetros da sociabilidade brasileira patriarcal. A natureza dos vínculos é pessoal; as relações são hierarquizadas de modo a estabelecer uma correlação de poder em favor do senhor. Ressalta-se que a base da estabilidade dos elos esteve no par senhor-escravo; do ponto de vista do conjunto, uniu-se ao “tipo do contemporizador. Nem ideais absolutos, nem preconceitos inflexíveis”⁵³, a “mediação africana [que] no Brasil aproximou os extremos, que sem ela dificilmente se teriam entendido tão bem, da cultura européia e da cultura ameríndia, estranhas e antagônicas em muitas das suas tendências.”⁵⁴ Como súpula, a assistência por uma via, a sujeição pela outra.

A relação homem-mulher norteou-se pelo “padrão duplo de moralidade”⁵⁵,

⁴⁶ Ibid., p.269.

⁴⁷ Ibid., p.271.

⁴⁸ Ibid., p.138.

⁴⁹ FREYRE, Casa-grande..., op.cit., p.12.

⁵⁰ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.137.

⁵¹ Ibid., p.641.

⁵² FREYRE, Gilberto. Manifesto regionalista. 6ª edição. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976, p.67, grifo nosso.

⁵³ FREYRE, Casa-grande..., op.cit., p.213.

⁵⁴ Ibid., p.77.

⁵⁵ “À exploração da mulher pelo homem [...] convém a extrema especialização ou diferenciação dos sexos. Por essa diferenciação exagerada, se justifica o chamado duplo padrão de moralidade, dando ao homem todas as liberdades de gozo físico do amor e limitando o da mulher a ir para cama com o marido, toda a santa noite que ele estiver disposto a procriar. Gozo acompanhado de obrigação, para a mulher, de

princípio que se fundava na especialização e na diferenciação entre os sexos. Dentro do patriarcalismo brasileiro, segundo Freyre, em suas linhas gerais, o homem foi “o elemento móvel, militante e renovador; [...] de imaginação mais criadora [...], mais inventor, mais diferenciador, mais perturbador da rotina”. A “mulher, o conservador, o estável, o de ordem”, “o elemento mais realista e mais integralizador.”⁵⁶ Tais premissas abarrecavam, assim, os contatos culturais e interpessoais da mulher, inscrevendo-os no ambiente doméstico que delimitava seus interesses e suas liberdades; o amor tendo caráter endógamo, colocava-se a fim da reprodução. Por um outro ângulo, a submissão, a austeridade do comportamento e a ação conservadora, estabilizadora e integralizadora dos valores, exprimiam traços de uma vida de mulher oriental - “que, ainda meninas, se casavam; que muito cedo tornavam-se mães; que ainda novas começavam a envelhecer. E cuja única atividade, fora a procriação, a devoção e a administração das mucamas, era fazer renda e fazer doce”⁵⁷.

Pai-filho constituiu-se uma relação estigmatizada por uma imensa distância social. “No Brasil patriarcal, o menino - enquanto considerado menino - foi sempre criatura conservada a grande distância do homem. A grande distância do elemento humano, pode-se acrescentar.”⁵⁸ Ainda que o antagonismo, segundo Freyre, é amenizado por uma meninice curta, pois no regime imperava o “prestígio da idade grande, avançada, propecta”⁵⁹, o que acelerava o amadurecimento da criança, era patente e posteriormente transformou-se em rivalidade aberta. O sadismo do patriarca, “absoluto na administração da justiça de família”, reverteu-se em uma “pedagogia sádica”, fazendo com que, “Castigado por uma sociedade de adultos em que o domínio sobre o escravo desenvolvia, junto com as responsabilidades de mando absoluto, o gosto de judiar também com o menino”⁶⁰.

Atrelam-se às relações tradicionais, moldando os perfis dos tipos, o papel da igreja, uma constante da formação ao declínio do patriarcado brasileiro. A igreja

conceber, parir, ter filho, criar menino. [...] *O padrão duplo de moralidade, característico do sistema patriarcal, dá também ao homem todas as oportunidades de iniciativa, de ação social, de contatos diversos, limitando as oportunidades da mulher ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos.* (FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.207-208, grifo nosso.)

⁵⁶ Ibid., p.217, citações anteriores idem.

⁵⁷ Ibid., p.601-602.

⁵⁸ Ibid., p.178.

⁵⁹ Ibid., p.177, citação anterior idem.

⁶⁰ Ibid., p. 179, citações anteriores idem.

desempenhou funções ligadas, sobretudo, ao ensino e ao disciplinamento moral da família, portanto, em disputa frontal com o poder do patriarca. Sob o regime patriarcal, seu âmbito de atuação foi restrito; encarnada no padre-capelão, a igreja arrogou uma dupla responsabilidade: a de confessorário da mulher oprimida, uma “função utilíssima de higiene, ou melhor, de saneamento mental. Por ele se teria escoado, sob a forma de pecado, muita ânsia, muito desejo reprimido”⁶¹; e a de escola dos meninos, fazendo uso da mesma “pedagogia colonial” patriarcal, que impõe distância e subjuga pela vara, reafirmação da tradição de disciplina e de castigo.

A tratativa paternal - ou o paternalismo - é o fundamento tradicional que atravessa a organização política. A natureza profundamente assimétrica das relações interpessoais, associada ao personalismo que as timbra, absolutizaram o senhor-homem-pai em torno de prerrogativas, em especial, a tutelar. Interessa que a tutela não só supõe a responsabilidade de proteção, mas “a de poder ser *um patriarca branco pai* não só de brancos como de indivíduos de cor; não só de indivíduos do seu próprio *status* econômico como de *status* não apenas inferior, como servil.”⁶² O paternalismo, imbricado à pessoalidade, viabilizou o entroncamento entre dominação, subordinação e acomodação, os “processos principais de relações entre dominadores e dominados”⁶³ do sistema - quer dizer, conforma os indivíduos aos seus respectivos *status*. Segundo Freyre, o patriarcalismo organizou o poder de modo a impor uma justa distância que contrabalançou um desejo de subjugar da parte dominadora e uma necessidade de proteção da parte dominada. Assim, são gerados por um lado, o sentimento da obrigação da paternidade, declarado na assistência dos senhores; por outro, o sentimento da lealdade, que explica ter “a atitude de caboclos e homens de cor [...] de defesa de valores europeus ortodoxos, ou já tradicionais, no Brasil”⁶⁴. Destaca-se que estas “prerrogativas do patriarca”⁶⁵, estipuladas no marco privado, à medida que foram absorvidas pelo poder real, delinearão o espaço político público. Desta sorte, a ordem que se instaurou caracterizou-se pela “mística da idade respeitável”⁶⁶, por um “bom senso terra-a-terra, aquele equilíbrio, aquela solidez, aquela perspectiva das coisas que

⁶¹ Ibid., p.208.

⁶² Ibid., p.476, grifo nosso.

⁶³ Ibid., p.65.

⁶⁴ Ibid., p.486.

⁶⁵ Ibid., p.476.

⁶⁶ Ibid., p.713.

só se consegue com a experiência, aquele profundo realismo político”⁶⁷.

Apareceram mais nitidamente os *súditos* e depois os *cidadãos*, outrora quase ausentes, entre nós, tal a lealdade de cada um a seu pai natural ou social, que era o patriarca, o tutor, o padrinho, o chefe de família; e tal a suficiência de cada um desses pais naturais ou sociais com relação ao pai político de todos e que passou a ser - abaixo de Deus - el-Rei Nosso Senhor, substituído mais tarde pelo imperador, também pai político não só de patriarcas como de filhos de patriarcas, não só de brancos como de indivíduos de cor, não só de ricos como de pobres, não só de homens do litoral como dos sertões.⁶⁸

Casa-grande e senzala, portanto, consubstanciaram-se em uma forma social de organização das substâncias econômica, política, sócio-afetiva, cultural, e racial, que, ponderada pela célula familiar, e transpassando o espaço e o tempo, deu o sentido da formação “psicossociológica, socioecológica e histórico-social”⁶⁹ brasileira. A estabilidade foi legada pelo engaste dos valores agrário, patriarcal-paternal e escravocrata em uma tradição, de veios orientais, balizada no princípio da contemporização. Logo, foi nesse conjunto de valores universalizados pela família, alicerçada a “primeira sociedade moderna constituída nos trópicos com características nacionais e qualidades de permanência”⁷⁰ - “o sistema patriarcal [...] foi, no nosso país, sob mais de um aspecto, criador de valores caracteristicamente brasileiros ao mesmo tempo que caracteristicamente patriarcais”⁷¹, escreveu Freyre.

1.2.2. A desintegração

Assim como a formação, a desintegração do complexo casa-grande-senzala é apreendida por Freyre a partir de um conjunto de processos socioculturais que se interpenetram e condicionam as mudanças. Interessa pontuar que a noção de temporalidade é peculiar na interpretação freyriana. O tempo é antes social, “lógico”, que cronológico, e pensado em articulação com o espaço que também é social⁷². Ainda, tem caráter “tríbio”, isto é, um tempo no qual se justapõem passado, presente e futuro. Daí uma análise de muitas imprecisões temporais, de períodos mais caracterizados do

⁶⁷ Ibid., p.198.

⁶⁸ Ibid., p.475.

⁶⁹ Ibid., p.44, grifo nosso.

⁷⁰ FREYRE, Gilberto. Casa-grande..., op.cit., p.40.

⁷¹ Ibid., p.58.

⁷² A noção de “espaço social” diz respeito à predominância qualitativa, “sociocultural”, em relação ao espaço físico-geométrico propriamente dito, “isotrópico, predominantemente métrico, destituído de qualidade”. FREYRE, Gilberto. Sociologia. São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda, 2009, p.121.

que rigorosamente fixados, em que se intercalam perdas e sobrevivências⁷³. No que toca à desintegração - decadência ou declínio -, esta se constitui uma fase transitória, em coexistência com as fases de formação, de consolidação e de renovação sociais, na qual as transformações, ainda que substantivas, não atingem níveis abruptos, tendendo a restabelecer patamares de equilíbrio⁷⁴. Isso permite ao autor a identificação de constantes que refreiam o “afã progressista [...] tão característico da mística abolicionista como da republicanista e, ainda, da nacionalista e da industrialista: aspectos ou expressões, todas quatro, de uma mística maior: a do progresso tão rápido quanto materialmente possível.”⁷⁵

Freyre elenca alguns episódios que, em sua perspectiva, foram expressivos à desintegração do complexo casa-grande-senzala: as invasões holandesas no século XVII; a descoberta e exploração do ouro em Minas Gerais no século XVIII; a vinda da família real para o Brasil em 1808; o estancamento do tráfico negreiro, formalmente em 1850; a abolição da escravatura em 1888, seguida da proclamação da República em 1889. Vários foram os sentidos tomados pelas modificações na sociedade; a urbanização, a europeização dos costumes, a industrialização, a centralização política são os mais sobressalentes. No entanto, embora de forma indireta, o autor traceja uma única orientação, qual seja, a capitalista⁷⁶. Importa que essa orientação conduziu-se deslocando o elemento-chave da estabilidade da formação nacional, a tradição patriarcal. Assim, transformaram-se em momentos as outrora zonas de confraternização e inaugurou-se um movimento de ocidentalização desta sociedade. Isso posto, acentuar-se-ao algumas metamorfoses, melhor manifestas no século XIX, que romperam a simbiose com o meio físico, descaracterizaram a casa, reestruturaram a família e alteraram os postulados da organização do poder - eloquentes, então, à consolidação da cultura urbana assinalada por valores europeus ocidentais, pelo trabalho mecanizado,

⁷³ Para mais considerações acerca do tempo ver BASTOS, Élide Rugai. *As criaturas...*, op.cit., p.44-48. Idem, Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru, SP: EDUSC, 2003, (Coleção Ciências Sociais), p.83-92.

⁷⁴ “O período antes sociológico que cronológico de formação social do Brasil que procuramos estudar nestas páginas [...] por um lado continuou um período de integração: durante ele é que se consolidou a sociedade brasileira”; “Por outro, foi um período de diferenciação profunda - menos patriarcalismo [...] Período de transição. O patriarcalismo urbanizou-se.”; “Período de equilíbrio entre duas tendências - a coletivista e a individualista - nele se acentuaram alguns dos traços mais simpáticos da fisionomia moral do brasileiro. O talento político de contemporização. O jurídico, de harmonização. A capacidade de imitar o estrangeiro e assimilar-lhe os traços de cultura mais finos e não apenas os superficiais”. FREYRE, Gilberto. *Sobrados...*, op.cit., p.125-126, citações anteriores idem, grifo nosso.

⁷⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem e Progresso*. 6ª ed. - São Paulo: Global, 2004, p.881.

⁷⁶ Ver BASTOS, Élide Rugai. *As criaturas...*, op.cit., p.96.

ou, pelas relações impessoais, e núcleo do poder recentralizado.

Freyre tem a vinda e a instalação da corte portuguesa no despontar do século XIX, como marco da intensificação dos processos de urbanização, de reeuropeização dos costumes, de “industrialização” e de centralização política na figura real. O aportar de D. João VI, escoltado pelos navios da Inglaterra da revolução industrial, significou uma fratura no estilo de vida consolidado pelo patriarcado. O governo joanino desestabilizou a base agrária do sistema ao exacerbar o desprestígio dos proprietários das grandes lavouras à medida que promoveu “a gravitação de riqueza e de energia para as capitais, particularmente para a Corte. Para as capitais e para os capitalistas”⁷⁷. Administração, portanto, mais próxima do comércio e das incipientes “indústrias ou atividades urbanas” - bem como das classes que emergiram da prosperidade da empresa mineira no século anterior -, por meio do reajuste das relações socioeconômicas, com o enrijecimento da cobrança de impostos, de juros e das dívidas, colocou o príncipe sob seu melhor favor a cidade e sua cultura.

*Uma série de influências sociais - principalmente econômicas - algumas anteriores à chegada do príncipe, mas que só depois dela se definiram ou tomaram cor, começaram a alterar a estrutura da colônia no sentido do maior prestígio do poder real. Mas não só do poder real [...]; também das cidades e das indústrias ou atividades urbanas. Também estas se avigoraram e ganharam maior prestígio”*⁷⁸.

O conseqüente aumento da presença de europeus com o traslado da corte, principalmente de técnicos e artífices das novas “artes mecânicas”⁷⁹, correspondeu à introdução gradativa de máquinas inglesas no país. Apesar da resistência de senhores de escravos aos aperfeiçoamentos das técnicas de produção - para Freyre, “sentimento de suficiência cultural”⁸⁰, explicitado no desinteresse da substituição dos “produtivos escravos por cavalos de tração ou de carga, com aumento de despesa; menos, ainda, sua substituição por máquinas caras e complicadas”⁸¹ -, o complexo patriarcal foi atingido fulminantemente pela “era da máquina”⁸² - “a vitória da máquina seria a ruína desse sistema baseado quase exclusivamente no trabalho do escravo e

⁷⁷ Ibid., p.118.

⁷⁸ Ibid., p.106, grifo nosso, citação anterior idem.

⁷⁹ Ibid., p.383.

⁸⁰ Ibid., p.642.

⁸¹ Ibid., p.634.

⁸² Ibid., p.650.

subsidiariamente na energia do animal”⁸³.

A revolução técnica promovida pela máquina assumiu aspectos decisivos na diferenciação da economia, da cultura, da organização social, do espaço e do tempo brasileiros na análise do autor. Por um lado, promoveu melhoramentos materiais, em especial nas principais cidades, com a assimilação de técnicas sanitárias, de transporte e de iluminação. No entanto, por outro, viabilizou o “período industrial das grandes usinas e das fazendas e até estâncias exploradas por firmas comerciais das cidades mais do que pelas famílias”⁸⁴, desfuncionalizando o vínculo pessoal entre senhor e trabalhador - “A industrialização e principalmente a comercialização da propriedade rural vem criando usinas possuídas de longe [...] para as quais os cabras trabalham sem saber direito para quem, quase sem conhecer senhores”⁸⁵. As novas “relações entre a massa humana e o açúcar, entre a cana-de-açúcar e a natureza por ela degradada aos últimos extremos” provocaram “uma deformação tão grande do homem e da paisagem pela monocultura - acrescida agora do abandono do proletariado da cana à sua própria miséria, da ausência da antiga assistência patriarcal ao cabra de engenho”⁸⁶. Em poucas sentenças, o crescente aumento das distâncias sociais com “o desenvolvimento da economia industrial em certas regiões, em benefício de minorias”⁸⁷.

Já não se trata de uma civilização como foi a patriarcal, neste mesmo Nordeste da cana, com seus sinais de + e de -, embora o de - preponderando. *O açúcar de usina parece que deixou de entrar com qualquer contingente na valorização da vida e da cultura do Nordeste, para ser apenas o sinal de - em tudo: a diminuição da saúde do homem; a diminuição das fontes naturais da vida regional; a diminuição da dignidade e da beleza da paisagem; a diminuição da inteligência, da sensibilidade, ou da emoção da gente do Nordeste, que hoje quando se manifesta é sempre em atitudes de crispação, de ressentimento e de revolta.*⁸⁸

O cessar do tráfico legal de escravos, 1850, foi assim o “golpe de morte” ao sistema para o autor - o que, no limite, guardou relação com a adoção da nova máquina; lia-se com os interesses da Inglaterra capitalista⁸⁹. Ainda, a substituição consequente, e

⁸³ Ibid., p.670.

⁸⁴ Ibid., p.271.

⁸⁵ FREYRE, Gilberto. Nordeste..., op.cit., p.162.

⁸⁶ Ibid., p.162-163.

⁸⁷ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.807.

⁸⁸ FREYRE, Gilberto. Nordeste..., op.cit., p.163, grifo nosso.

⁸⁹ “O aqui se sustenta, porém, é que os ingleses concorreram por meio de aperfeiçoamento da técnica de produção e de transporte animal - aperfeiçoamento tanto de ordem técnica como de ordem moral - e, principalmente, por meio de nova técnica de produção e de transporte - a mecânica, o vapor - para dificultar a sobrevivência da escravidão entre os homens. O que não significa que em sua luta a princípio meio vaga, depois sistemática, contra a escravidão, no Brasil, não agiam por motivo de crua rivalidade

gradual, do trabalho escravo pelo livre importou um sentido de tempo outro - “Para que o tempo, no Brasil, passasse a significar, como o tempo na então nova Europa industrial [...], dinheiro vivo, era preciso que o trabalho se tornasse também agente na produção nacional: agente responsável.⁹⁰ Logo, à supressão do tráfico, emparelhada com o crescente uso de máquinas, ligaram-se as alterações mais substantivas sofridas pela terra, pelo homem e pela luta no século XIX. Antes aprisionado pelo comércio de africanos, quando libertado, o capital pode ser canalizado para as inovações europeias e para a importação de artigos tanto ordinários e quanto de luxo. Desta forma animaram-se os meios urbanos e a mecanização de serviços públicos e privados. Esta adaptação de capitais, feita através de crises nas áreas em que a forma patriarcal havia atingido maior acabamento, abalou o equilíbrio apoiado nos costumes e no estilo rural de vida patriarcais.

A compressão do patriarcado rural por um conjunto poderoso de circunstâncias desfavoráveis à conservação do seu caráter latifundiário e, sociologicamente, feudal, fez que ele, contido ou comprimido no espaço físico como no social, se despedaçasse aos poucos; que o sistema casa-grande-senzala se partisse quase pelo meio, os elementos soltos espalhando-se um pouco por toda parte e completando-se mal nos seus antagonismos de cultura européia e de cultura africana ou cultura indígena. Antagonismos outrora mantidos em equilíbrio à sombra dos engenhos ou nas fazendas e estâncias latifundiárias.

O contato da casa com a rua, segundo Freyre, reverteu-se em uma relação de hostilidade - “por muito muito tempo quase inimigos”. O desenvolvimento da urbe, que amplia o campo das interações - “com as outras casas, com a matriz, com o mercado” -, redimensionou as funcionalidades da casa, impondo sua fragmentação e modificando o teor de sua especialização, “diminuindo[-a] aos poucos de volume e de complexidade social. As senzalas tornando-se menores que nas casas de engenho: tornando-se “quartos para criados”. Ou “dependências”.⁹¹ Logo, descaracterizou-se gradualmente conforme as novas modas abriram espaço às ruas largas, à iluminação elétrica, aos cortiços. Todavia, “a maior luta foi travada em torno da mulher por quem a rua ansiava, mas a quem o *pater familias* do sobrado procurou conservar o mais possível trancada na camarinha”⁹². Cerne da fixação da tradição patriarcal, a reivindicação e a conquista pelas ruas com seus mascates, suas boceteiras e suas quitandeiras, tencionou as atribuições sociais da mulher, pondo em xeque as adaptações seculares que deram

econômica.” FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.623, grifo nosso.

⁹⁰ FREYRE, Gilberto. Ordem..., op.cit., p.256.

⁹¹ Ibid., p.270, citações anteriores idem.

⁹² Ibid., 139.

conteúdo civilizatório ao processo de colonização. Destacando a cozinha, uma das vítimas mais contundentes, esta ilustra as reverberações deste deslocamento da posição ocupada pela tradição - pois, para Freyre, “uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo: o perigo de descaracterizar-se”. Não se tratam apenas do “doce de lata [que] domina. A conserva [que] impera”⁹³, mas de transformações nos marcos da sociabilidade.

*Nos sobrados e nas próprias casas-grandes de sítio, ou assobradadas, de subúrbio, a cozinha não teve a mesma importância que nas casas de engenho; nem a mesa, a mesma extensão de mesa de convento das casas maiores de engenho, onde se sentava para almoçar, para jantar, para ceiar quem aparecesse. Viajantes e mascates, além dos compadres que nunca faltavam, dos papa-pirões, dos parentes pobres, do administrador, do feitor, do capelão, dos vaqueiros, das visitas de passar o dia: famílias inteiras que vinham de outros engenhos em carro de boi.*⁹⁴

A par com o processo de urbanização e de europeização da vida, segue a desacomodação das relações. A casa é atingida em suas “vísceras” com a reestruturação da família. A quebra da dicotomia basal senhor-escravo encetou uma nova natureza das relações entre os indivíduos, caracterizada por relativa impessoalidade e distanciamento, ao pressupor um novo tipo de dominador, modificando os termos da exploração. Na medida em que se amplificaram, por isso, os conflitos, abriram-se frestas à ascensão de outros agentes, como o mestiço. No manuseio de “ingresias”, o mestiço - “o mulato livre, o operário da terra”⁹⁵ - viu a possibilidade de elevação social. O artífice europeu ao valorizar-se socialmente por sua capacidade técnica transmitiu seus conhecimentos, a fim de delegar o serviço, a assistentes negros e a mestiços. A aprendizagem rápida e a ânsia pela mudança de posição social associaram-se à circunstância e fizeram destes últimos um elemento decisivo de diferenciação na sociedade patriarcal para o autor.

*Desde a primeira fase - a da máquina completada pelo maquinista estrangeiro, em geral inglês - que a revolução técnica causada pela presença de novas máquinas européias nas cidades, nas minas e nas plantações do Brasil foi também uma revolução social, dado o valor novo representado pelo maquinista - homem livre - encarregado de lhe moer, por novo processo, a cana ou o milho; de lhe serrar a madeira; de lhe lavar o cascalho; de lhe fabricar o açúcar ou a aguardente. A figura do técnico ou do maquinista - primeiro do estrangeiro, depois da terra ou mestiço - veio a ser (...) primeiro-ministro que vinha diminuir a figura, outrora onipotente, do senhor de terras e, ao mesmo tempo, sultão de escravos.*⁹⁶

Cabe pontuar que o mestiço é um personagem fundamental, pois a renovação,

⁹³ FREYRE, Gilberto. Manifesto..., op.cit., p.72, citação anterior idem.

⁹⁴ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.143, grifo nosso.

⁹⁵ Ibid., p.463.

⁹⁶ Ibid., p.669; grifo nosso.

ou, a possibilidade de renovação do sistema radica neste elemento de diferenciação. Mesmo que no hipocentro da desintegração como perito na assimilação dos valores europeus ocidentais por meio dos ofícios mecânicos, das profissões liberais e do exército - desse modo assentando os novos dados na organização social -, o mestiço é a síntese do mecanismo democratizante da ordem, do amalgamento de raças e de culturas. As condições do equilíbrio, estado no qual tende estabelecer a dinâmica social para Freyre, vão achar-se, assim, nas “constantes transferências de indivíduos de cor, da classe a que pareciam condenados pela condição da raça materna”, que produzem as substâncias híbridas, mistas, caracteristicamente brasileiras.

Mesmo, porém, a essa fase de maior diferenciação social entre sobrados e mucambos, correspondente à maior desintegração do sistema patriarcal entre nós, não têm faltado elementos ou meios de intercomunicação entre os extremos sociais ou de cultura. De modo que os antagonismos que não foram nunca absolutos, não se tornaram absolutos depois daquela desintegração. E um dos elementos mais poderosos de intercomunicação, pelo seu dinamismo de raça e, principalmente, de cultura, tem sido, nessa fase difícil, o mulato.⁹⁷

O estiolamento da hierarquia patriarcal, com o esgarçamento do binômio base do complexo, redefiniu os conteúdos dos elos homem-mulher e pai-filho. Na relação entre os sexos, o progresso urbano abalou o padrão duplo de moralidade; mesmo que de forma bastante limitada e obstaculizada, a vida urbana alargou os contatos culturais e interpessoais da mulher, oferecendo-lhe a possibilidade do amor romântico e exógamo. Processou-se a “desorientalização da vida da mulher”⁹⁸, percebida na adoção das “novas modas ocidentais que chegaram ao Brasil no começo do século XIX” e que correspondiam a esse “outro gênero de vida de mulher: o de mulheres que andavam a pé nas ruas, que iam às lojas e aos armazéns fazer compras, que acompanhavam os maridos ao teatro, aos concertos, aos jantares, às corridas de cavalo, aos jogos de bola.”⁹⁹

Com esse tipo semipatriarcal de vida, mais mundana para a gente elegante de sobrado, alargou-se a paisagem social de muita iaiá brasileira no sentido de maior variedade de contatos com a vida extra-doméstica. Esse alargamento se fez por meio do teatro do romance, da janela, do estudo de dança, de música, de francês.¹⁰⁰

Particularmente fendida foi a relação entre pais e filhos com os processos de urbanização e europeização da vida brasileira, que se intrincaram com a reorganização do quadro político. A educação dos filhos e dos netos em centros urbanos europeus e

⁹⁷ Ibid., p.808.

⁹⁸ Ibid., p.272.

⁹⁹ Ibid., 600, citação anterior idem.

¹⁰⁰ Ibid., p.228.

escolas de padre brasileiras tornara-os instrumentos de profanação da casa-grandesenzala. As cidades e a igreja, enquanto “tomaram das fazendas e dos engenhos esses filhos mais ilustres”, tornaram-se espaços de oposição e contestação do “pátrio poder” que distanciava, castigava e humilhava seus meninos mais pródigos.

*É curioso constatar que as próprias gerações mais novas de filhos de senhores de engenho, os rapazes educados na Europa, na Bahia, em São Paulo, em Olinda, no Rio de Janeiro, foram-se tornando, em certo sentido, desertores de uma aristocracia cujo gênero de vida, cujo estilo de política, cuja moral, cujo sentido de justiça já não se conciliavam com seus gostos e estilos de bacharéis, médicos e doutores europeizados. Afrancesados, urbanizados e policiados.*¹⁰¹

O relacionamento com a igreja, figurada no frade, no padre e no bispo, sofreu modificações significativas. Os colégios de padres do século XIX “vieram no momento certo de concorrer para o declínio do pátrio poder no Brasil. Ou para a sua desintegração em benefício do maior poder da Igreja”¹⁰². Ainda que extensão da tradição de disciplinamento patriarcal, segundo Freyre, o ensino tornou-se menos eclesiástico e mais de “ciências úteis que tornassem o rapaz mais apto a corresponder às necessidades do meio brasileiro”, em transição, exigindo “orientadores técnicos e bem instruídos”¹⁰³. Alunos que, uma vez formados, converteram-se em fatores de urbanização e de universalização “no sentido da estagnação do rural e da extrema diferenciação regional. [...] representaram aquela tendência para o predomínio do espírito europeu e de cidade sobre o meio agreste ou turbulentamente rural, encarnado muitas vezes pelos próprios pais ou avós.”¹⁰⁴

Revolta de filho contra pai e avô que encontrou, mais do que solidariedade, lastro na nova ordem política que se amadurou com D. Pedro II - cume da transferência do poder, dantes privatista, confinado pela e à família aristocrata, para o indivíduo burguês intelectual, representante de um conjunto social diferenciado. Época de “romantismo jurídico”, a política do II Reinado foi de “*de centralização, de ordem e de paz, de tolerância e de justiça. Política contrária aos excessos de turbulência individual e de predomínio de família*”¹⁰⁵. A administração pública foi então confiada a homens jovens, de erudição abstrata, livresca, comprometidos mais com o espírito e menos com a concretude dos problemas - marco da sistematização de uma nova mística, a do

¹⁰¹ Ibid., p.121-122, grifo nosso.

¹⁰² Ibid., p.185.

¹⁰³ Ibid., p.192, citação anterior idem.

¹⁰⁴ Ibid., p.188.

¹⁰⁵ Ibid., p.193, grifo nosso.

“bacharel moço”.

Ao declínio do poder político do particular rico - poder de que fora sede cada casa-grande ou sobrado mais senhorial, mais importante ou mais nitidamente patriarcal em seus característicos - correspondeu o aumento de poder político público, encarnado por órgãos judiciais, policiais ou militares ou simplesmente burocráticos do governo monárquico e, depois, do republicano.¹⁰⁶

Deste modo, a progressiva urbanização e industrialização, *pari passu* à europeização dos costumes e à centralização política, à medida que demoveram da base da formação os componentes tradicionais, revolvendo a hierarquia patriarcal e, por isso, desestabilizando a ordem, impuseram mudanças substantivas. Ressaltam-se as alterações concernentes ao padrão de sociabilidade; basicamente, ao instituírem a despersonalização das relações, o corolário mais imediato foi a intensificação dos conflitos sociais. É preciso ter em vista, no entanto, que tais mudanças operavam, para Freyre, conservando e/ou atualizando “arcaísmos”. De outra maneira, para o autor, o desenvolvimento do meio urbano europeizado, e dos modos de produção mecanizados, afeiçoados pela nova ordem política, modificaram o relacionar-se dos indivíduos entre si, e destes com o trabalho. Ao criarem espaços de contestação e de emergência de novos atores, conforme a operatividade da tradição foi sendo posta em xeque, aumentaram-se os choques e as dissidências sociais. Resulta dessa dinâmica um equilíbrio de metades antagônicas indiferentes entre si e que, por isso, completavam-se mal - mas ainda um equilíbrio.

*À despersonalização das relações entre senhores e escravos é que principalmente se deve atribuir a insatisfação da maioria de africanos ou descendentes de africanos, no Brasil, com o seu estado de escravos ou de servos. E essa despersonalização, tendo se verificado desde que aqui se expandiram os primeiros engenhos em grandes fábricas, com centenas e não apenas dezenas de operários-escravos a seu serviço, acentuou-se com a exploração das Minas e, já no século XIX, com as frequentes vendas de escravos, da Bahia e do Nordeste para o Sul, ou para o extremo Norte; para cafezais e plantações de caucho, exploradas às vezes por senhores ausentes ou por homens ávidos de fortuna rápida; e nem sempre por senhores do antigo feitiço patriarcal.*¹⁰⁷

1.2.3. O estatuto do consumo e a ocidentalização da vida

O Brasil, segundo Freyre, teria passado os séculos XVI, XVII e XVIII relativamente isolado da “Europa não-ibérica”. O período compreendeu as fases decisivas de integração e de amadurecimento da forma patriarcal de organização. Nesse

¹⁰⁶ Ibid., p.57, grifo nosso.

¹⁰⁷ Ibid., p.659-660, grifo nosso.

interregno, sedimentou-se uma tradição cultural predominantemente rural, marca da colonização portuguesa, definindo um “tipo brasileiro”¹⁰⁸ afim com arquétipos orientais de vida. Ante uma política conciliatória de valores, o Brasil fez-se a partir de um processo não só adaptativo, mas igualmente criativo, do ibérico ao trópico-nordeste. Os estilos de vida no país foram estabelecidos, sob um quadro dinâmico de disputas culturais, a partir da simbiose com o meio físico, assim “adaptados ao clima - o copiar das casas de engenho e de sítio, a roupa leve dentro de casa, o chinelo sem meia. Estilos de acordo com as condições regionais de clima e talvez as físicas e fisiológica”¹⁰⁹. A chegada da corte portuguesa, para o autor, mais do que quebra de rotina, significou uma ruptura nestes estilos de vida patriarcal, atando-se os contatos a contratos com a “Europa burguesa, industrial, nórdica”¹¹⁰.

*É como se ecologicamente nosso parentesco fosse antes com o Oriente do que com o Ocidente que, em sua mística de pureza etnocêntrica ou em sua intolerância sistemática do exótico, só se manifestaria, entre nós, através de alguns daqueles estilos e de algumas daquelas substâncias inglesas e francesas de cultura generalizadas no litoral brasileiro após a chegada de D.João VI ao Rio de Janeiro. Ou por meio de um ou outro arreganho de ocidentalismo ortodoxo da parte de portugueses mais em desarmonia com o quase instinto ou a quase política portuguesa de expansão, que sempre se afirmou no sentido da conciliação dos valores orientais com os ocidentais.*¹¹¹

A forma patriarcal, cujo centro irradiador esteve no “extremo Nordeste”, foi alçada à condição geral, ou, nacional, a partir do domínio, e do equilíbrio, do modo hierárquico de convivência em família e em sociedade. Para Freyre, o Oriente e suas culturas concorreram para reafirmar tanto as formas senhoriais quanto as servis dessa convivência. A prática harmonizadora criou daí “valores de cultura”¹¹² que se firmaram em uma tradição orgânica e civilizatória, fator estabilizador do processo de formação do “nacional”: aquele complexo de gostos e idéias predominantemente lusitanos, ou mestiços de lusitano e ameríndio ou de lusitano e africano, também chamado “brasileiro”¹¹³.

¹⁰⁸ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.430, citação anterior idem.

¹⁰⁹ Ibid., p.434.

¹¹⁰ Ibid., p.454.

¹¹¹ Ibid., p.552, grifo nosso.

¹¹² Ibid., p.447.

¹¹³ Ibid., p.70. De modo loquaz: “A verdade é que foi no extremo Nordeste - por extremo Nordeste deve entender-se o trecho da região agrária do Norte que vai de Sergipe ao Ceará - e no Recôncavo baiano - nas suas melhores terras de barro e húmus - que primeiro se fixaram e tomaram fisionomia brasileira, os traços, os valores, as tradições portuguesas que junto com as africanas e as indígenas constituiriam aquela Brasil profundo, que hoje se sente ser o mais brasileiro.” FREYRE, Gilberto. Nordeste..., op.cit., p.45, grifo nosso.

Atingidas “qualidades e condições de vida tão exóticas - do ponto de vista europeu”¹¹⁴, o enlace entre D.João VI e a Inglaterra capitalista acelerou o curso do despedaçamento de uma comunidade dinamizada pela diversidade. Estabelecendo uma renovação dos contatos com a Europa, a interação é ambivalente; a sociedade brasileira readquire “traços europeus que haviam quase desaparecido”¹¹⁵; no entanto, tratava-se de uma “outra [Europa]: industrial, comercial, mecânica”. Isso faz com que, de acordo com o autor, esta renovação, motivada por objetivos essencialmente econômicos, adquira o caráter de uma “reeuropeização”, de uma “reconquista”¹¹⁶, desencadeando um processo de “ocidentalização do Brasil”¹¹⁷.

Só o vigor do capitalismo industrial britânico na sua necessidade às vezes sôfrega de mercados não só coloniais como semicoloniais para sua produção, de repente imensa, de artigos de vidro, ferro, lã, louça e cutelaria [...] conseguiria acinzentar, em tempo relativamente curto, a influência oriental sobre a vida, a paisagem e a cultura brasileira.¹¹⁸

Esta reeuropeização, vai qualificar Freyre, verificou-se “pela assimilação, da parte de raros, pela imitação [...], da parte do maior número; e também por coação ou coerção”¹¹⁹, isto é, inicialmente, a absorção dos novos valores - que torna os indivíduos partícipes ativos dos estilos e dos motivos de vida de uma cultura - foi alcançada por alguns subgrupos específicos; a maior parcela da população passou a socializar-se e a culturalizar-se a partir da imitação de ritos e de símbolos de grupos socioculturais dos quais não se desenvolveram. A coação objetivou-se, particularmente, em disposições comerciais. O decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas de 1808, seguido pelo Tratado de Comércio e Navegação de 1810, calibraram as relações entre a colônia portuguesa na América e a Inglaterra industrial a fim dos interesses econômicos ingleses. As ditas medidas traduziram-se em uma transigência mínima ou insignificante entre as culturas dominadora e dominada, incutindo à última, num primeiro momento, um regime de convivência - de atitudes morais, de gestos, de padrão de vida, de paisagem - sob a mística de uma nação-modelo, qual seja, a europeia ocidental, cristã, burguesa, industrial.

Por consideração ou temor aos “olhos dos estrangeiros” - isto é, aos olhos dos ingleses e dos franceses - e sob a pressão de interesses, e não apenas de

¹¹⁴ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.430.

¹¹⁵ FREYRE, Gilberto. Nordeste..., op.cit., p. p.170.

¹¹⁶ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.431.

¹¹⁷ Ibid., p.553.

¹¹⁸ Ibid., p.551-552.

¹¹⁹ Ibid., 431.

valores, representados por esses olhos críticos ou desdenhosos de quanto fosse diferente dos costumes e das modas dominantes na Europa ocidental carbonífera e burguesa - é que se destruíram, entre nós, na segunda metade do século passado - na verdade durante o século XIX inteiro - algumas daquelas sobrevivências rústicas ou orientalmente patriarcais, várias daquelas expressões mais pitorescas de diferenças de culturas, de raça, de classe e de região que vinham coexistindo entre nós sob o primado nada despótico do elemento europeu, isto é, o lusitanamente católico. Rompeu-se o equilíbrio para acentuar-se pela exclusão violenta de diferenças, a supremacia ou a superioridade do elemento europeu, senhoril e urbano, agora com um sentido nitidamente burguês, capitalista, francês e inglês de dominação. Dominação de “superior” sobre “inferiores”.¹²⁰

Os diálogos culturais travados entre as civilizações brasileira, fundamentalmente agrária, e “carbonífera”, citadina, adquiriram uma dinâmica regida, sobretudo, pelos interesses econômicos capitalistas encarnados por esta última. A resolução inicial importou em uma dominação particular de uma cultura sobre a outra, sucedendo a imposição de “atitudes morais e de padrões de vida que, espontaneamente, não teriam sido adotados pelos brasileiros [...] não com a rapidez com que foram seguidos pelas maiorias decisivas nessas transformações sociais.”¹²¹ A assimilação dos “valores industriais e técnicos “burgueses””, ainda que guarde certa parcialidade, foi suficientemente potente para intensificar o declínio da forma patriarcal e modular a organização do entorno, reajustando, ou, reeuropeizando o estilo de vida já brasileiro para o autor. Impulsionou este processo de reeuropeização um gênero de importações cujos impactos não se limitaram à superfície, mas vão adentrar o corpo social, adulterando suas formas e suas substâncias.

[...] em 1828 - ano típico da revolução técnica, social e não apenas comercial ou econômica por que vinha passando o Brasil desde 1808 - [...] importávamos largamente aço, ferro, cobre, chumbo em barras ou sob a forma de amarras, âncoras, arame, arreios de carro ou de cavalo, carruagens, instrumentos de cirurgia, chumbo de munição, fechaduras de porta, candeeiros, cobre para forro, folhas-de-flandres, pregos, arame, máquinas, caldeiras, fornos, relógios, fogões, carvão de pedra. *Duros, negros e cinzentos artigos que o começo de substituição do escravo pelo animal, dos dois pelo colono europeu e pela máquina a vapor, dos palanquins e banguês do Oriente pelos carros velozes, de duas e de quatro rodas, do Ocidente, foram tornando essenciais à nossa economia, à nossa vida e à nossa cultura; ao novo ritmo se não de produção ou de trabalho, de existência ou de recreação que muitos adquiriram de repente dos europeus do Norte, exagerando-o como em geral os novos-ricos, os novos-poderosos ou os novos-cultos.*¹²²

Nesta senda, o estatuto dos padrões de consumo, que espelham tanto os modos de viver, quanto os de pensar e os de sentir de uma sociedade, é medida e é expressão

¹²⁰ Ibid., p.517.

¹²¹ Ibid., p.431.

¹²² Ibid., p.677-678, grifo nosso.

das modificações socioculturais na ordem material e na imaterial subjacente. Para Freyre, a adoção descriteriosa dos novos produtos, incompatíveis à realidade físico-tropical-brasileira e ao indivíduo que emerge dessa condição, vai implicar uma assimilação preliminar dos valores correspondentes indigesta e imitativa. A materialidade vai, consoante o autor, ser via de entrada de um “Imperialismo colonialista”, diria um marxista ortodoxo¹²³, que se proliferou e infiltrou-se no estilo de vida patriarcal, ocidentalizando-o.

Difícilmente se admite que um ser social e cultural tão cercado de “objetos materiais” do Oriente, como o brasileiro - ou o português do Brasil - da época colonial e dos primeiros anos do século XIX, não sofresse influências orientais nos seus modos de pensar e de sentir. Sofreu-as e foram influências que principalmente reforçaram no sexo, na classe e na raça dominantes, ou senhoris, atitudes patriarcais de superioridade sobre os demais elementos da sociedade. Atitudes baseadas no “sexo forte”, de “idade provecta” e de casta ao mesmo tempo feudal e militar, ou de “nobreza” agrária, e afirmadas em usos, trajos, insígnias, símbolos [...]. meio de transporte, modos de sentar-se o homem ou de comportar-se a mulher. *Desses usos, trajos, símbolos, hábitos, muitos se alimentaram, em um Brasil desde o século XVIII crescentemente arcaico para o sistema ocidental de civilização, de exemplos, inspirações materiais caracteristicamente orientais. Só aos poucos o conceito caracteristicamente ocidental de civilização - racionalista, individualista, secularista - penetraria no Brasil, substituindo símbolos orientais por ocidentais e patriarcais por burgueses.*¹²⁴

A título de elucidação, Freyre mobiliza especialmente o vestuário como expressão extrema da imitação. Adotaram-se trajos anti-higiênicos, antinaturais, deformadores dos corpos, que romperam com a adaptação realizada pela sapiência patriarcal - parametrizada pelas condições físico-climáticas e socioculturais do trópico. A cópia serviu à acentuação dos distintivos das novas classes que emergiram com reequacionamento do poder. Houve, desta sorte, o endosso dos valores que se entrechocaram, e desarticularam, a tradição patriarcal, por parte de camadas cujas vozes estavam tornando-se mais graves com as transformações do regime.

Tendo se desembaraçado dos veludos e das sedas dos primeiros séculos coloniais esses aristocratas rústicos vinham se adaptando por inteligência ou por intuição às condições de clima quente e de vida nos trópicos. Com a ascensão do bacharel e do mulato, interrompeu-se a adaptação. O traje reeuropeizou-se segundo estilos mais burgueses e mais urbanos. Roupas, como chapéus e calçados, passaram a ser importados da Europa para crescente número de europeizados, acentuando-se a tendência para os senhores da terra abandonarem o artigo oriental e mesmo o indígena, pelo europeu. Os anúncios de jornais nos permitem acompanhar o aumento de tais importações em face do crescimento do número de europeizados: mestiços e não apenas brancos e quase-brancos a se vestirem nesse europeísmo de

¹²³ Ibid., p.435.

¹²⁴ Ibid., p. 607, grifo nosso.

trajo, de calçado e de chapéu.¹²⁵

A europeização, alastrando-se pelo campo material, atingiu o plano do imaginário. As ideias de razão, de secularização e de liberalismo, em sua matriz original, digladiavam-se diretamente com uma apreensão do mundo a partir dos sentidos, com o catolicismo amolecido e com o absolutismo patriarcal - traços marcadamente ibéricos - moldados à colônia portuguesa. Segundo Freyre, corrobora este descompasso, ou, desta ausência de paralelismo entre as realidades de clima, de hábitos, de comportamentos, de sentido do tempo, das respectivas formações, certa resistência da parte de alguns segmentos à aceitação dos novos bens.

Os anúncios de jornais revelam [...] como *persistiu na população, resistindo ao impacto da produção industrial européia, o gosto pelos artigos orientais a cujo uso ou gozo o brasileiro se afeiçoara durante longo período de sua experiência colonial; e que correspondiam melhor que os europeus - produtos de uma civilização individualista, racionalista, secularista - ao seu sistema de vida e aos seus estilos de cultura impregnados, como os do Oriente, de familismo, de patriarcalismo e de religiosismo ou misticismo.*¹²⁶

A importação de “artigos domésticos e civis”¹²⁷, que pouco diziam ao *ethos* consolidado na terra, enxertou um corpo de cultura cujas dinâmicas tenderiam a impor a reversão de uma nação, particularmente moderna para Freyre, a uma colônia não só econômica como, e principalmente, cultural. Os contatos estabelecidos entre o Brasil e a Europa capitalista no século XIX redundando, a princípio, em atitudes imitativas da primeira com relação à segunda, criaram uma correia de transmissão de bens-valores que abalou traços socioculturais constitutivos já consolidados, imprimindo novos formatos organizacionais, modulados por forças que se pretendiam verdadeiramente modernizantes.

*Com o começo nítido de desintegração do patriarcado rural como o maior poder econômico - e não apenas moral - em nosso meio, principiou a definir-se a tendência no sentido dos vários trajos regionais e de raça e de classe acompanharem o das cidades. Ou fosse o da Europa triunfante ocidental e triunfantemente burguesa, da qual o Brasil, despregando-se do Portugal meio mourisco, passou a ser colônia não só econômica, sob vários outros aspectos, cultural.*¹²⁸

Sublinha-se que o fulcro do problema reside nesta “modernização”, fazendo as vezes de uma ocidentalização, que avaria a tradição ibérico patriarcal à medida que promove a estandardização e a uniformização dos costumes - desfuncionalizando, por

¹²⁵ Ibid., p.739-740, grifo nosso.

¹²⁶ Ibid., p.571-572, grifo nosso.

¹²⁷ Ibid., p.556.

¹²⁸ Ibid., p.507-508, grifo nosso.

consequência, o mecanismo de miscigenação-hibridização. Por outras sentenças, as transformações apresentaram-se deletérias enquanto degradaram os componentes híbridos, “de artes e de hábitos mestiços”, responsáveis pela estabilidade da “cultura diferenciada”, “cultura já brasileira”. O mimetismo de efeitos descaracterizadores sobre a totalidade brasileira, atravessado pelo móvel fundamentalmente econômico das interações - portanto pouco sensível à heterogeneidade e/ou às especificidades do trópico-nordeste -, rompia com a manutenção da coesão social promovida pelos valores tradicionais. A não ponderação pelas condições físico-climáticas impõem absolutizações, resultando um conjunto que se pretende homogêneo e organizado na monotonia.

Essas relações [do Império com a Europa] haviam modificado notavelmente [...] os hábitos da gente brasileira de cidade vestir-se. Hábitos - repita-se - que haviam se alterado no sentido de uma imitação mais passiva de trajos de climas frios e de civilização parda e cinzentamente carbonífera. No sentido da substituição das cores vivas pelo preto solene e pelo cinzento chic - problema não apenas de estética mas de higiene, pelo menos mental, criado pela repressão de um gosto de base possivelmente fisiológica, e certamente, tradicional. No sentido de novas espessuras de panos: o uso, sob um sol como o nosso de vestuários de panos grossos, felpudos, quentíssimos, fabricados para países de temperatura baixa, mas que estava no interesse do novo industrialismo europeu sobre base capitalista, e portanto estandardizador e uniformizador dos costumes e trajos, estender às populações tropicais. Ânasia de mercado. Fome de mercado.¹²⁹

No horizonte desse processo de modernização-ocidentalização, de acordo com Freyre, estava a suposta ““perfeita civilização” sendo a ocidental, a cristã, a européia”, “estado de perfeição humana”. Quer dizer, as referidas transformações processavam-se em função de um paradigma cultural excludente, que propugnava o desembaraço completo do Brasil “de sobrevivências asiáticas e africanas em sua cultura, em sua vida, no gesto dos seus homens, na própria paisagem.”¹³⁰ Para o sociólogo, tal processo guiava-se por uma

espécie de progresso precipitado ao desordenado; pois seria inútil o Brasil pretender assemelhar-se aos velhos países da Europa, somente pela posse de enormes dreadnoughts; sem que seu estado social e sobretudo cultural - o do grosso da população - coincidissem com aqueles aperfeiçoamentos apenas técnicos ou materiais. Aperfeiçoamentos, de resto, postigos, adquiridos “made in England”; ou “made in USA”; alguns já “made in Germany”.¹³¹

Este “progresso assim desordenado - o que se inspirou na valorização antes das

¹²⁹ Ibid., p.435, grifo nosso.

¹³⁰ Ibid., p.553, citações anteriores idem.

¹³¹ FREYRE, Gilberto. Ordem..., op.cit., p.881, grifo nosso.

coisas que das gentes -”¹³² diz respeito, em última instância à deficiência, ou, à ausência da plena vigência dos mecanismos tradicionais de modulação, que seriam os responsáveis pelo ajuste adequado do ritmo e do sentido das transformações. Assim, para Freyre, semelhante política imprimiu uma cadência descompassada à vida brasileira. Norteados por um princípio de “melhorismo”¹³³ a despeito de, isto é, que responde pelas novas místicas em ascensão, cujo denominador comum é um sentido de progresso absoluto, “messiânico, de evolução sempre ou completamente para melhor”¹³⁴, esse progresso desparametrizado - ou equivocadamente parametrizado - desatende às especificidades da terra e de seus produtos.

*Seu fracasso [de Dom Pedro II] de arte política consistiu em não ter sabido animar, no Brasil, o desenvolvimento daquele terceiro tempo social. Um terceiro tempo social que não sendo nem o agrário, escravocrático, quase medieval - mantido nos seus relógios, sempre atrasados, pelos senhores de terras e de escravos -, nem o “europeu” ou o “americano”, desejado pelos progressistas desordenados - gente utópica que pretendia situar o Brasil fora de todas as sugestões de espaço - o tropical - e de passado - o lusitano ou hispânico - que o condicionavam -, fosse um justo meio-termo, em que à doçura de viver o brasileiro de clima quente, se juntasse a capacidade de realizar esse mesmo brasileiro, num clima assim diverso do europeu, um progresso equivalente - mas não igual - do europeu como conquista de conforto material e, sobretudo, de cultura do espírito; de aperfeiçoamento da pessoa humana e do seu bem-estar; de refinamento das graças ou dos encantos da vida; e essa conquista, sem pressa; sem exagero de rapidez; com bastante vagar para escolher-se dos modelos europeus e anglo-americanos de progresso apenas os convenientes ao trópico e ao Brasil; os possíveis de serem adaptados a um ritmo de vida própria do Brasil.*¹³⁵

É seqüela deste esvaziamento da tradição para o autor o aprofundamento da opressão com a crescente diferenciação entre os grupos. Condicionado esse esvaziamento pela despersonalização das relações - que faz dos extremos “metades antagônicas ou, pelo menos, indiferentes uma ao destino da outra”¹³⁶ - e potencializado pela discriminação do acesso aos novos bens e pelo desalinho entre “o aperfeiçoamento do elemento humano com o aperfeiçoamento das coisas e das técnicas”¹³⁷, promoveu-se o aumento das dissensões e a radicalização dos conflitos.

[...] paralelo ao processo de europeização ou reeuropeização do Brasil, que

¹³² Ibid., p.882.

¹³³ “Somos dos inclinados a acreditar menos em progresso, sempre completo e para melhor, que em progressos, neutralizados às vezes por tendências em sentido contrário ao melhorista, quando ao melhorismo se aplica um critério de avaliação de valores éticos, estéticos, religiosos, intelectuais, paralelo ao de consagração ou exaltação dos puramente técnicos e mecânicos.” Ibid., p.354, grifo nosso.

¹³⁴ Ibid., p.354, citação anterior idem.

¹³⁵ Ibid., p.717-718.

¹³⁶ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.271.

¹³⁷ FREYRE, Gilberto. Ordem..., op.cit., p.881.

caracterizou, nas principais áreas do país, a primeira metade do século XIX, *aguçou-se, entre nós, o processo, já antigo, de opressão não só de escravos ou servos por senhores, como de pobres por ricos, de africanos e indígenas por portadores exclusivistas de cultura européia*, agora encarnada principalmente nos moradores principais das cidades. Nos moradores ou senhores dos sobrados e das casas assobradadas.¹³⁸

A adoção gradativa “das maneiras, [d]os estilos e [d]o trem de vida da nova camada de europeus”¹³⁹, ainda que tenha encontrado oposições poderosas, como o clima, a malária, a febre amarela, “a peste bubônica, a sífilis, a bexiga, o bicho de pé”¹⁴⁰, orientou, portanto, um período de “ *europeização da nossa paisagem pelo preto e pelo cinzento - cores civilizadas, urbanas, burguesas*”¹⁴¹, procedendo no “*sentido de nos artificializar a vida, de nos abafar os sentidos e de nos tirar dos olhos o gosto das coisas puras e naturais*”¹⁴². As divergências culturais críticas implicadas fariam dos “abrasileiramentos”, ou, do estabelecimento de um novo equilíbrio, um curso lento e árduo.

Largos anos se passariam até que se verificasse novo ajustamento de valores brasileiros, nacionais, mestiços, de hábitos, artes e técnicas que, na primeira metade do século XIX, se separaram duramente em valores ou hábitos cruamente característicos de raça, de classe e de região “superior” ou “inferior”, depois de terem atingido sentido quase universalmente brasileiro - ou pan-brasileiro - através da miscigenação de raças e da interpenetração de culturas nacionais e regionais.¹⁴³

Interessa que, emparelhado com as mudanças de ritmo da vida social, há, para Freyre, um crescente desinteresse da gente brasileira “pelo seu passado, pelas suas tradições e pelos seus mortos”. Toca-se, assim, no fundo do problema para o sociólogo, sob outra angulação; pergunta-se o autor: “Resta saber até que ponto semelhante desinteresse será saudável e capaz de criar, dentro dessa quase independência das tradições, alguma coisa de superior ao que criaram os antepassados.”¹⁴⁴

1.3. Considerações finais

Ocupou-se do problema da modernização, expressa e condicionada de modo importante pelo consumo material, na interpretação freyriana acerca da formação nacional brasileira, que fez as vezes de uma ocidentalização. O sentido dessa formação

¹³⁸ FREYRE, Gilberto. Sobrados..., op.cit., p.513, grifo nosso.

¹³⁹ Ibid., p.429.

¹⁴⁰ Ibid., p.431.

¹⁴¹ Ibid., p.433; grifo nosso.

¹⁴² Ibid., p.436; grifo nosso.

¹⁴³ Ibid., p.519.

¹⁴⁴ FREYRE, Gilberto. Região..., op.cit., p.199.

para Freyre - de raízes tropicais-nordestinas, organizada a partir de um sistema patriarcal de orientação ibérico-portuguesa e dinamizada pelo amalgamento dinâmico de raças e de cultura -, estabeleceu-se em derredor do princípio da contemporização. Esse princípio universalizou-se, conferindo estabilidade ao processo formativo, na medida em que plasmou uma tradição orgânica, original, ordenadora de “um desenvolvimento que, sem essa estabilização ou essa ordenação, não teria passado de um caos de progressos diversos, contrariados ou anulados por vários e contraditórios regressos.”

Logo, o fundo do problema para Freyre está no deslocamento dessa tradição provocado pelo processo modernizante-ocidentalizante, em que o consumo foi uma via. Em outras palavras, está na desfuncionalização dos mecanismos tradicionais, que modulavam e subordinavam as transformações socioculturais ao ritmo e às especificidades de uma civilização emersa do espaço-tempo tropical nordestino. Tempo-espaço este “em que a tradição, incorporada a uma civilização, passava a ser considerada condição contemporânea da existência viva dessa civilização: parte inevitável da sua atualidade.”¹⁴⁵

O complexo casa-grande-senzala foi, para Freyre, o sistema que organizou e harmonizou, sob a forma patriarcal, os processos socioculturais, e ecológicos, nos quais se assentaram a sociedade brasileira. Como célula mater desse modo de convivência hierárquico patriarcal, a família, por meio da dinâmica da miscigenação e da hibridização cultural e racial, sintetizou valores que se generalizaram através da rotina, consolidando uma tradição que amalgamou iberismo, trópico e nordeste. Nessa tradição, interessa que o traço-expediente contemporizador acomodou os conflitos, estabilizando a formação nacional. Daí, emergiu dessa qualidade de disputa que não incorre em disrupções uma civilização extra-européia, equilibrada na diversidade.

Visto que o país erigiu-se do confronto cultural entre rural e urbano - que assume a modalidade oriental e ocidental -, a vinda da corte portuguesa para o Brasil, no início do século XIX, foi marco da intensificação do desenvolvimento do elemento urbano, europeizado, ocidental, e da centralização do poder na personalidade real-imperial - que se estende por todo o século. A união entre D. João VI e a Inglaterra da revolução industrial, leia-se Europa burguesa e capitalista, inaugurou contatos culturais

¹⁴⁵ FREYRE, Gilberto. *Ordem...*, op. cit., p.197, citação anterior idem.

que se traduziram em relações de dominação, acelerando a marcha da desintegração da forma patriarcal.

As transformações, enquanto comprometeram o filtro da tradição, significaram desordenação, desacomodação, despersonalização, homogeneização, ocidentalização - a pretexto de uma modernização. Assim, da inoperatividade do filtro, os conflitos emergiram, tornando as contradições antagonismos abertos. De outro modo, fazendo dos usos e dos costumes via de infiltração e de subordinação, sobretudo cultural, o choque entre as materialidades, as quais correspondiam formas de mentalidades, rompeu com a adaptação secular operada pelo exercício da tradição; ao passo que descaracterizou essa tradição com a adoção desparametrizada de estilos de vida, largo e tortuoso, para o autor, seria o período do estabelecimento de um novo equilíbrio.

2. CELSO FURTADO: A MODERNIZAÇÃO E A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Em meio milênio de história, partindo de uma constelação de feitorias, de populações indígenas desgarradas, de escravos transplantados de outro continente, de aventureiros europeus e asiáticos buscando um destino melhor, chegamos a um povo de extraordinária polivalência cultural, um país sem paralelo pela vastidão territorial e homogeneidade linguística e religiosa. Mas nos falta a experiência de provas cruciais, como as que conheceram outros povos cuja sobrevivência chegou a estar ameaçada. E nos falta também um verdadeiro conhecimento de nossas possibilidades, e principalmente, de nossas debilidades. Mas não ignoramos o fato que o tempo histórico se acelera, e que a contagem desse tempo se faz contra nós. Trata-se de saber se temos um futuro como nação que conta na construção do devir humano. Ou se prevalecerão as forças que se empenham em interromper o nosso processo histórico de formação de um Estado-nação.

Celso Furtado, “Brasil: a construção interrompida” (1992).

2.1. Introdução

A esfera do consumo na interpretação de Celso Furtado acerca da constituição histórica de formações dinamizadas por profundas assimetrias estruturais, por nexos de dependência externa e por superexploração interna, é axial. Para além de um agregado macroeconômico, o consumo diz também respeito a um modo particular de utilização do excedente¹⁴⁶, que condicionado, não só mas especialmente, pelo conjunto de valores que orientam as decisões dos agentes, modula decisivamente as transformações das, e nas, ditas formações. Norteado por certa racionalidade, e tendo em vista que, intrínseco aos bens há uma dimensão imaterial que tem que ver com os espaços físico e social em que foram originalmente criados, o consumo assumiu uma posição categórica na problemática da formação nacional, a partir da teorização do economista, na medida em que sua desvinculação com a produção tornou-se um traço constitutivo perverso, que se reproduz no tempo metamorfoseando-se, servindo, em particular, ao aprofundamento dos abismos socioeconômicos e culturais internos.

Em virtude de mudanças de natureza qualitativa no sistema capitalista mundial, o século XIX constituiu-se um período decretório à formação socioeconômica do Brasil para o autor. Tido em traços gerais, congregou um conjunto de transformações sociais,

¹⁴⁶ Conceito chave a uma compreensão ampla da dinâmica do modo de produção capitalista para o autor, diz respeito ao “produto social”, entendido, assim, como “a diferença entre o produto bruto e as “necessidades de vida de todos aqueles ligados à produção””. FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961, p 117. Para mais considerações acerca do conceito, ver Idem, Prefácio à Nova Economia Política. 2ªed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.16-19; 27-36; Idem, Pequena Introdução ao Desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. 2ª ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1981, p.47-50; 69-74.

econômicas e políticas que alteraram, ainda que com reservas, as formas de geração, de apropriação e de utilização do excedente. Furtado entende que há, basicamente, dois grandes processos históricos distintos derivados da evolução do capitalismo industrial. O primeiro concerne à emergência de uma “civilização industrial”, que decorre especificamente da história social europeia. Processo multissecular, compreendendo, em aproximação, os séculos XVI a XVIII, conduziu à revolução industrial - leia-se desenvolvimento das forças produtivas - e à revolução burguesa - forma que tomou a derrocada do sistema de dominação tradicional até então nos países europeus. Em última instância, foi ínterim da crescente penetração de critérios mercantis na organização da produção, que “resvalada pelos meandros do corpo social produziria na Europa um estilo de civilização”¹⁴⁷ embasado, essencialmente, na industrialização, na urbanização e na secularização.

Processo outro caracteriza-se a difusão deste núcleo industrial. De caráter relativamente recente, manifestando-se a partir de meados do século XVIII, exibiu algumas feições e moldou estruturas sociais bastante dessemelhantes. Furtado sublinha três vias que possibilitaram o acesso a esta civilização. Duas delas resultaram da “tomada de consciência do atraso na acumulação e da ameaça de dominação externa” - referem-se às experiências russa e japonesa do século XIX. Uma terceira - a que nos cabe -, qualificada como “subproduto” daquela dominação, originou-se no quadro da divisão internacional do trabalho instituído a partir das modificações sobrevindas da revolução industrial. O passe de acesso esteve na integração aos mercados europeus em expansão, por meio da utilização de recursos outrora destinados à atividades de baixo grau de especialização ou ainda não incorporados aos sistemas de produção. Tal via é, por isso, indireta e conducente a uma “situação de dependência estrutural”¹⁴⁸.

A contraparte deste último processo nas sociedades que palmilharam a terceira via - quer dizer, mediante simples realocações de recursos lograram criar grande poder de compra no mercado internacional e confiná-lo a segmentos populacionais minoritários, caso brasileiro -, radica em uma transposição singular dos valores próprios ao complexo civilizatório industrial, “*inclusive os ideais de modernidade*, que

¹⁴⁷ FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Ed. Definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.65, grifo nosso.

¹⁴⁸ Ibid., p.69, citações anteriores idem.

conduzem a um horizonte em expansão de “necessidades” materiais”¹⁴⁹. Por outro ângulo, houve um transplante de “padrões de comportamento surgidos da civilização industrial para sociedades em que não haviam penetrado as técnicas produtivas em que assenta essa civilização”¹⁵⁰. Os efeitos vão convergir para uma série de anomalias que robusteceram os vínculos de dependência estabelecidos no período em que eram aquelas sociedades coloniais. A assimilação de técnicas produtivas sofisticadas deu lugar à diversificação, ou, à modernização de padrões de consumo. No que tange aos valores ideológicos, sistematizados no plano que permeia a sociabilidade dos indivíduos, se na experiência europeia, liberalismo, individualismo e racionalismo atuaram como “alavancas para deslocar as velhas estruturas de dominação e promover a ascensão dos agentes sociais comprometidos com a acumulação de forças produtivas”, vertidos “[n]a situação de dependência transformaram-se em instrumento de reforço desta.”

À esta via de acesso indireto deveu-se a “ruptura estrutural centro-periferia”¹⁵¹. A reparametrização da utilização dos recursos, promovida pelo novo sistema internacional de divisão do trabalho, forjou “formações sociais assinaladas por grande heterogeneidade tecnológica, marcadas desigualdades na produtividade do trabalho entre áreas rurais e urbanas, uma proporção relativamente estável da população vivendo ao nível de subsistência, crescente subemprego urbano”¹⁵². Furtado enfatiza como aspecto fundamental, “que se pretendeu ignorar [...] o fato de que os países periféricos foram rapidamente transformados em importadores de novos bens de consumo”¹⁵³. Assim, igualmente terminante à evolução destes países que gravitam em torno do centro, foi a existência de grupos sociais privilegiados, acossados pelo usufruto de padrões de consumo compatíveis com altos níveis de acumulação de capital e impregnados de uma cultura cujo elemento propulsor é a tecnologia.

Posto isso, à compreensão da fundura alcançada pela modernização dos padrões de consumo na formação econômica brasileira - modernização que ganha corpo com a reintegração da economia colonial nas linhas internacionais de comércio por volta da segunda metade do século XIX - impõe-se, segundo Furtado, a apreensão concomitante

¹⁴⁹ Ibid., p.76, grifo nosso.

¹⁵⁰ Ibid., p.70.

¹⁵¹ Ibid. p.71, citação anterior idem.

¹⁵² FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. - 2ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p.77.

¹⁵³ Ibid., p.79.

dos processos de produção, em que se dá origem ao excedente, e de circulação, que determina sua forma de apropriação e de utilização - ligada à adoção de modelos de consumo copiados dos países cênicos. Conquanto o âmbito do consumo seja bastante sublinhado, visto que a utilização do excedente é ponto crucial no argumento do autor, este insiste na mobilização simultânea de ambos os domínios pois, conjuntos, “engendram a dependência cultural que está na base do processo de reprodução das estruturas sociais correspondentes.”¹⁵⁴

O capítulo subdivide-se em três partes. A primeira trata dos termos originários da fratura entre os universos da produção e da circulação - na qual se assentou a economia colonial brasileira, implicou seu desenvolvimento subsequente e legou o resíduo populacional não inserido - e da relação de dependência. A segunda acerca-se da exacerbação do cisma sob as transformações no sistema capitalista mundial - coincidentes com o processo de independência política da colônia -, estreitando os vínculos de dependência e aprofundando a segregação social. A terceira atém-se propriamente ao problema da modernização dos padrões de consumo, que articula dinamicamente - repõe atualizando - a situação de dominação-dependência externa - a níveis tanto econômico quanto, e sobretudo, cultural - e a exploração interna.

2.2.1. A economia colonial

“A ocupação econômica das terras americanas constitui um episódio da expansão comercial da Europa.”¹⁵⁵ Sentença de abertura do primeiro capítulo da *Formação econômica do Brasil*, é o mote a partir do qual glosa Furtado acerca da constituição das economias coloniais no continente americano. Assim, é o quadro último que reúne e condiciona o conjunto dos processos, sobretudo econômicos, nos quais se assentaram a colonização do território brasileiro, entre os séculos XVI e meados do século XIX. Colonização esta de sentido preciso para o autor, qual seja, o de uma grande empresa, a forma de ocupação da terra, a escolha da técnica de produção, a criação de mercado e o regime de mão-de-obra adotado, responderam à pressões de disputas político-comerciais entre potências europeias do quinhentos - e aos imperativos de “terras de escassa ou nenhuma utilização econômica”¹⁵⁶. A exploração agrícola de

¹⁵⁴ Ibid., p.80.

¹⁵⁵ FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. - 34ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p.25.

¹⁵⁶ Ibid., p.28.

caráter extensivo e permanente firmou-se em uma disposição da política portuguesa e complexificou a praxe espoliativa dos empreendimentos comerciais da época.

Coube a Portugal a tarefa de encontrar uma forma de utilização econômica das terras americanas que não fosse a fácil extração de metais preciosos. Somente assim seria possível cobrir os gastos de defesa dessas terras. Esse problema foi discutido amplamente e em alto nível [...]. Das medidas políticas que então foram tomadas resultou o início da exploração agrícola. *De simples empresa espoliativa e extrativa - idêntica à que na mesma época estava sendo empreendida na costa da África e nas Índias Orientais -, a América passa a constituir parte integrante da economia reprodutiva européia, cuja técnica e capitais nela se aplicam para criar de forma permanente um fluxo de bens destinados ao mercado europeu.*¹⁵⁷

Sublinha-se que o móvel do empreendimento é, portanto, o *lucrum*, o que conforma uma estrutura econômica despoticamente calibrada por critérios de rentabilidade, de articulações frágeis, cujo fim reduziu-se ao abastecimento do mercado europeu de produtos tropicais. Voltada quase inteiramente para fora, a coordenação entre a produção e a comercialização transfere a maior quota do excedente gerado para o âmbito da circulação, fazendo particularmente influentes os fatores externos sobre a criação, ocasional e/ou permanente, do excedente - ou seja, sobre a deflagração do crescimento nesse tipo de economia. A pequena parcela retida no interior traduziu-se, gradativamente, na elevação e na diversificação do consumo de segmentos restritos. O intercâmbio internacional, e o conseqüente aumento de produtividade, justificaram a especialização geográfica, logo, a maior divisão do trabalho e a concentração de riqueza - as condições para incorporação ao processo produtivo de “recursos acumulados pelos comerciantes, pois êste era o meio pelo qual os intermediários podiam aumentar a corrente de comércio, incrementando suas rendas. Ao transformar-se o excedente de produção em fonte de renda, o processo acumulativo tenderá a automatizar-se”¹⁵⁸.

As economias que se ajustaram ao abastecimento do mercado de produtos tropicais tiveram seu crescimento resumido basicamente a um “problema de abertura de mercados”. Abertos estes, “sua simples manutenção significa a geração de um fluxo permanente de lucros para os controladores do comércio.”¹⁵⁹ Uma tal dinâmica de crescimento - dado que os “*pontos estratégicos desse processo são a possibilidade de incrementar a produtividade e a apropriação por grupos do fruto dêsse incremento.*”

¹⁵⁷ Ibid., p.29, grifo nosso.

¹⁵⁸ FURTADO, Celso. Desenvolvimento..., op.cit., p.119-120.

¹⁵⁹ Ibid., p.125, citação anterior idem.

Êstes dois fatores é que, em última instância, possibilitam o crescimento”¹⁶⁰ - vai submeter a plantagem a efeitos de curto e de longo prazos bastante distintos à medida que, tanto a formação do aparelho produtivo quanto da estrutura social correspondente, subordinam-se ao atendimento da procura externa.

Em uma economia que haja alcançado certo grau de desenvolvimento, a produção apresenta uma estrutura tal que a acumulação se torna um processo quase automático. Destarte, para que o aparelho produtivo funcione normalmente é indispensável que também a procura apresente certa composição. Ora, a composição da procura está determinada pela distribuição de renda, isto é, pela forma como grupos se apropriam do produto. Cabe, portanto, concluir que *a estrutura da produção, a parcela da produção que se destina à acumulação e a distribuição de renda têm tôdas as mesmas causas fundamentais. Estas assentam no sistema institucional que se articula em tôrno do processo de apropriação do excedente.*¹⁶¹

A economia colonial brasileira que se estende do século XVI à primeira metade do século XIX arranjou-se, assim, como uma “constelação de sistemas em que alguns se articulavam entre si e outros permaneciam praticamente isolados.” As articulações deram-se ao redor de dois polos principais, as economias do açúcar e do ouro. Como projeção do núcleo açucareiro, a pecuária nordestina que, embora vinculada de forma frouxa, respondeu à manutenção da dinâmica econômica; como irradiação do centro aurífero, “o *hinterland* pecuário sulino”¹⁶². Em suma, os aumentos de produtividade apenas econômica, promovidos por uma acumulação de capital - comercialização de produtos primários - que não guardava correspondência com o consumo interno, o crescimento em extensão, de intensidade ditada por fatores exógenos e a evolução da procura, foram óbices ao desenvolvimento de uma economia autônoma, autopropulsionada.

De um ponto de vista amplo, “a colonização do século XVI surge fundamentalmente ligada à atividade açucareira.”¹⁶³ O êxito da “primeira grande empresa colonial agrícola européia”¹⁶⁴, segundo Furtado, esteve em um conjunto de circunstâncias favoráveis. Destaca-se a contribuição holandesa que ocupou a posição focal. Além da especialização no comércio intra-europeu, os flamengos, no período, eram os únicos a disporem de uma razoável organização comercial capaz de criar um mercado de grandes dimensões para novos produtos - caso do açúcar. A atuação

¹⁶⁰ Ibid., p.120-121, grifo nosso.

¹⁶¹ Ibid., p.122, grifo nosso.

¹⁶² FURTADO, Celso. Formação..., op.cit., p.138.

¹⁶³ Ibid., p.76.

¹⁶⁴ Ibid., p.31.

resolutiva daqueles, porém, esteve no domínio da apropriação do excedente; “os capitalistas holandeses não se limitaram a financiar a refinação e comercialização do produto. Tudo indica que capitais flamengos participaram no financiamento das instalações produtivas no Brasil bem como na importação da mão-de-obra escrava.”¹⁶⁵

Dentro dos contornos coloniais, a concentração da renda na classe proprietária de engenhos e a pouca expressividade de seus gastos monetários afixaram a “enorme margem para a capitalização que existia na economia açucareira”. Partes ínfimas do valor do açúcar correspondiam a pagamentos de serviços prestados fora do engenho - transporte e armazenamento -; ainda mais ínfima a parcela que representava o montante de gastos monetários realizados com outros núcleos internos de povoamento - compra de gado para tração e de lenha para as fornalhas. Na qualidade de colonos “isolados em seus engenhos e alheios a qualquer forma de convivência urbana”¹⁶⁶, a monta que despendiam com bens de consumo importados - principalmente artigos de luxo - era relativamente baixa. “Tudo indica, destarte, que pelo menos noventa por cento da renda gerada pela economia açucareira dentro do país se concentrava nas mãos da classe de proprietários de engenhos e de plantações de cana.”¹⁶⁷ Não obstante, grande potencialidade financeira utilizada com excepcionalidade. Regeu o crescimento desta economia as possibilidades de absorção dos mercados compradores. Tendo em vista a cadeia de utilização do excedente e considerando que, primeiro, não havia motivação para o emprego deste no espaço circunscrito pelas fronteiras, segundo, não se experienciou superprodução, tem-se nos grupos comerciantes e na etapa de comercialização a base das decisões fundamentais quanto ao “negócio açucareiro” - ou, quanto à destinação do excedente.

Mas se a plena capacidade de autofinanciamento da indústria não era utilizada, que destino tomavam os recursos financeiros sobranes? É óbvio que não eram utilizados dentro da colônia, onde a atividade econômica não açucareira absorvia ínfimos capitais. Tampouco consta que os senhores de engenho investissem capitais em outras regiões. A explicação mais plausível para esse fato talvez seja que *parte substancial dos capitais aplicados na produção açucareira pertencesse aos comerciantes. Sendo assim, uma parte da renda, que antes atribuímos à classe de proprietários de engenhos e de canaviais, seria o que modernamente se chama renda de não-residentes, e permanecia fora da colônia. Explicar-se-ia assim, facilmente, a íntima coordenação existente entre as etapas de produção e comercialização,*

¹⁶⁵ Ibid., p. 34.

¹⁶⁶ Ibid., p.81, citação anterior idem.

¹⁶⁷ Ibid., p.80.

*coordenação essa que preveniu a tendência natural à superprodução.*¹⁶⁸

Furtado decanta os aspectos gerais de uma economia colonial a partir da singularidade do modo no qual se forma o capital na colônia, cujos impactos a curto e a longo prazos manifestam-se distintamente. Uma fração dos capitais eram empregados na instalação dos engenhos e transformavam-se em pagamentos ao exterior - importação de mão-de-obra, de equipamentos e de materiais de construção; fração outra tem como origem mesma a utilização da força de trabalho escravo. O lucro do empresário equivale à diferença entre o custo de reposição e de manutenção da mão-de-obra e o produto do trabalho desta. A “nova inversão fazia crescer a renda real apenas no momento correspondente à criação de lucro para o empresário”¹⁶⁹, sem, contudo, que tal incremento tivesse expressão monetária, pois não era objetivo de pagamentos¹⁷⁰. Visto em funcionamento o conjunto,

a renda monetária gerada no processo produtivo revertia em sua quase totalidade às mãos desse empresário. Essa renda [...] expressava-se no valor das exportações. [...] a quase totalidade do dispêndio monetário teria de expressar-se no valor das importações. [...] *O fluxo de renda se estabelecia, portanto, entre a unidade produtiva, considerada em conjunto, e o exterior.* Pertencendo todos os fatores a um mesmo empresário, é evidente que o fluxo de renda se resumia na economia açucareira a simples operações contábeis, reais ou virtuais.¹⁷¹

Interessa que o processo de formação de capital nesse sistema econômico não engendra um fluxo de renda monetária interno¹⁷², o que significa que, mesmo apresentando alta produtividade, é uma economia suscetível às vicissitudes do comércio de produtos primários - já que voltada para, e regulada de, fora. Significa igualmente que a maior parcela da renda gerada seguia “em benefício de capitais forâneos” - “Se se

¹⁶⁸ Ibid., p.82, grifo nosso.

¹⁶⁹ Ibid., p.85.

¹⁷⁰ Vai escrever: “a inversão consiste na compra do escravo, e sua manutenção representa custos fixos. [...] É natural que, não podendo utilizá-la continuamente em atividades produtivas ligadas diretamente à exportação, o empresário procurasse ocupar a força de trabalho escravo em tarefas de outra ordem, nos interregnos forçados da atividade principal. Tais tarefas vinham a ser obras de construção, abertura de novas terras, melhoramentos locais etc. *Essas inversões aumentavam o ativo do empresário mas não criavam um fluxo de renda monetária*”. Ibid., p.86; grifos nossos. Os gastos de consumo apresentavam características similares: fração, substancial, realizava-se no exterior - importação de artigos de consumo - e fração na utilização da força de trabalho escravo para prestação de serviços pessoais.

¹⁷¹ Ibid., p.87, grifo nosso.

¹⁷² A título de compreensão pelo contraste: “Numa economia industrial a inversão faz crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica a ela mesma. Isto porque a inversão se transforma automaticamente em pagamentos a fatores de produção. Assim, a inversão em uma construção está basicamente constituída pelo pagamento do material nela utilizado e da força de trabalho absorvida. A compra do material de construção, por seu lado, não é outra coisa senão a remuneração da mão-de-obra e do capital utilizados em sua fabricação e transporte. Esses pagamentos a fatores, que são uma criação de renda monetária ou de poder de compra, somados, reconstituem o valor inicial da inversão.” Ibid., p.85.

tem em conta que os holandeses controlavam o transporte [...], a refinação e a comercialização do produto, depreende que o negócio do açúcar era na realidade mais deles que dos portugueses.”¹⁷³ A parcela represada internamente concentrava-se, restringindo o raio do consumo; este, pouco diversificado e satisfeito com importações, implicou um pequeno “mercado dos objetos de uso comum”¹⁷⁴. Assim, a economia colonial, depurada do negócio açucareiro, fundou-se em um mecanismo econômico que não permitia a articulação direta entre a produção e o consumo - pouco propícia ao desenvolvimento de uma economia de mercado interno, ou, ao desenvolvimento autopropulsionado.

Os imbróglis tornam-se contundentes na evolução estrutural desta economia. O crescimento característico processava-se sem modificações de ordem estrutural - meramente por extensão. Ainda que possibilitava a ocupação de grandes áreas, em que se ia concentrando uma população um tanto densa, a dissociação entre produção e consumo anulou essa vantagem enquanto um elemento dinâmico. Controlou esse crescimento a capacidade de sucção do mercado externo a um adequado nível de preços e a ocupação das terras disponíveis. O longo período de bonança na procura externa e a relativa abundância daquelas promoveram uma expansão secular que fez dos lucros a única espécie de renda sensível às alterações de produtividade. A longo prazo, os conteúdos de crescimento e decadência nessa economia adquiriram uma acepção estrita, qual seja, a não transformação estrutural.

*Crescimento significava, nesse caso, ocupação de novas terras e aumento de importações. Decadência vinha a ser a redução dos gastos em bens importados e na reposição da força de trabalho (também importada), com diminuição progressiva, mas lenta, no ativo da empresa, que assim minguava sem se transformar estruturalmente.*¹⁷⁵

A impossibilidade de que o “crescimento com base no impulso externo originasse um processo de desenvolvimento de autopropulsão”¹⁷⁶ revelou-se a consequência drástica e sua contrapartida é a dependência¹⁷⁷. Dito de outro modo,

¹⁷³ Ibid., p.34.

¹⁷⁴ Ibid., p.61.

¹⁷⁵ Ibid., p.89, grifo nosso.

¹⁷⁶ Ibid., p.90.

¹⁷⁷ Aponta o autor que as diferenças entre o “sistema tradicional de divisão internacional do trabalho” e o sistema que emerge com revolução industrial implicam “novas formas de dependência”. Aqui, interessa que, sob o sistema tradicional, “a rigidez estrutural imposta às economias exportadoras de matérias-primas pelo sistema de divisão internacional do trabalho era a causa básica da situação da dependência a que estavam condenadas essas economias.” FURTADO, Celso. Análise do “modelo” brasileiro. 8ª edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, p.13-14.

definiram a direção e o ritmo dessa economia a dinâmica dos mercados; as altas cíclicas concentravam a renda e os pontos de baixa não redundavam em cataclismos, isto é, mantinha-se operativo o negócio a despeito da diminuição dos preços internacionais, dada sua alta rentabilidade. Se se atingisse um patamar em que o empresário não conseguiria arcar com os custos relativos à manutenção do empreendimento, a diminuição da capacidade produtiva dava-se de tal modo lenta - importante - que a estrutura tinha a capacidade de reverdecer nas circunstanciais prosperidades comerciais. Daí um alto grau de estabilidade estrutural, em que o sistema, tamanha sua elasticidade, absorve os efeitos das transições entre as etapas de alta e de baixa rentabilidade, preservando sua “forma original”¹⁷⁸.

*A economia escravista dependia, assim, de forma praticamente exclusiva da procura externa. Se se enfraquecia essa procura, tinha início um processo de decadência, com atrofiamento do setor monetário. Esse processo, entretanto, não apresentava de nenhuma maneira as características catastróficas das crises econômicas. A renda monetária da unidade exportadora praticamente constituía os lucros do empresário, sendo sempre vantajoso para este continuar operando, qualquer que fosse a redução ocasional dos preços. Como o custo estava virtualmente constituído de gastos fixos, qualquer redução na utilização da capacidade produtiva redundava em perda para o empresário. Sempre havia vantagem em utilizar a capacidade plenamente. Contudo, se se reduziam os preços abaixo de certo nível, o empresário não podia enfrentar os gastos de reposição de sua força de trabalho e de seu equipamento importado. Essa redução de capacidade teria, entretanto, de ser um processo muito lento [...]. A unidade exportadora estava assim capacitada para preservar a sua estrutura. A economia açucareira do Nordeste, com efeito, resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões, logrando recuperar-se sempre que o permitiam as condições do mercado externo, sem sofrer nenhuma modificação estrutural significativa.*¹⁷⁹

À estrutura econômica de grandes plantações corresponderia um comportamento dos grupos sociais dominantes. O crescimento em extensão, oportunizado pelas condições físico-econômicas, era também mostra da mentalidade do empresário do açúcar. A lógica de negócio que presidiu o assenhoreamento e a fruição das terras, orientou a emergência da elite dirigente local que vai reivindicar os termos da apropriação do excedente - pautando, no limite, as decisões quanto ao destino político-econômico da “pequena colônia açucareira”¹⁸⁰. Furtado argumenta que o entrelaçamento entre as aspirações da elite local e as pretensões de grupos financeiros exteriores inibem a formação de “órgãos políticos capazes de interpretar” interesses

¹⁷⁸ Ibid., p.101.

¹⁷⁹ Ibid., p.90-91, grifo nosso.

¹⁸⁰ Ibid., p.72.

mais amplos, refletindo apenas “as ocorrências do centro econômico dominante”¹⁸¹.
Prevalece, como fator entorpecente, um espírito ruralista.

Na época de formação da classe açucareira, as atividades comerciais eram monopólio de grupos situados em Portugal ou na Holanda. As fases produtiva e comercial estavam rigorosamente isoladas, *carecendo os homens que dirigiam a produção de qualquer perspectiva de conjunto da economia açucareira. As decisões fundamentais eram todas tomadas partindo da fase comercial. Assim, isolados, os homens que dirigiam a produção não puderam desenvolver uma consciência clara de seus próprios interesses.* Com o tempo, foram perdendo sua verdadeira função econômica, e as tarefas diretivas passaram a constituir simples rotina executada por feitores e outros empregados. [...] *A separação de Portugal não trouxe modificações fundamentais, permanecendo a etapa produtiva isolada e dirigida por homens de espírito puramente ruralista.*¹⁸²

Corroborando a imperatividade do negócio, reforçando o sentido da colonização, a atividade criatória nordestina, cuja existência, para o autor, justificou-se tão somente pelas necessidades criadas pelo alargamento do núcleo de alta produtividade. Desdobrando-se da atividade açucareira, essa pecuária apresentou características próprias, que fizeram do seu desenvolvimento um mecanismo elementar à manutenção do conjunto da economia colonial, à medida que constituiu um reservatório de mão-de-obra - importante. Assinalam-se algumas especificidades; a ocupação da terra, ainda que extensiva, era errante e sua forma de acumulação induzia a uma expansão permanente, com independência da procura - fator cardeal à penetração e à ocupação dos rincões do território. O emprego de recursos fora do aprovisionamento de gado era insignificante e a reposição desse “capital” - a reprodução bovina - não dependia de gastos monetários. Daí que a “densidade econômica do sistema era baixíssima”¹⁸³.

O crescimento da pecuária balizava-se na disponibilidade de terras. Seus dados limitantes tinham que ver, portanto, com o caráter dependente da atividade - encontravam-se no lado da procura; mais precisamente, na expansão da economia açucareira. À despreocupação com a melhora de rendimentos associou-se o aumento das distâncias dos mercados, movimento inerente à expansão - leia-se aumento do rebanho e incorporação de mão-de-obra. Interessa que essa combinação imprime uma tendência de redução da produtividade da economia pecuária; vai escrever Furtado, “à medida que ia crescendo a economia criatória nordestina, a renda média da população nela ocupada ia diminuindo, sendo particularmente desfavorável a situação daqueles criadores que se

¹⁸¹ Ibid., p. 61-62, citação anterior idem.

¹⁸² Ibid., p.171, grifo nosso.

¹⁸³ Ibid., p.96.

encontravam a grandes distâncias do litoral”¹⁸⁴. A produtividade bastante inferior em relação à atividade principal - quer dizer, o reduzido grau de especialização e de comercialização - resultou um mercado de diminutas dimensões. O ponto crítico radica em que,

Observada a economia criatória em conjunto, *sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população*. Para compreender esse fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte de alimentos e de uma matéria-prima (o couro) que utilizava praticamente para tudo. *Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental de transformações estruturais* por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência.¹⁸⁵

A posição, então, que ocupou o setor de subsistência na atividade criatória é medular no funcionamento da economia como um todo. Considerando que ambas as atividades, a açucareira e a criatória, preservam sua forma original a despeito da fase do ciclo econômico, se os efeitos a curto-prazo de uma etapa de constrição na procura são símiles¹⁸⁶, a longo prazo são substancialmente díspares. Nos períodos de afrouxamento do estímulo externo, ao contrário da economia açucareira - que transitava entre situações de alta e de relativa baixa de rentabilidade -, a expansão da economia criatória consistia-se em um “processo endógeno”, conseqüente do aumento da população animal. Sendo assim, “sempre havia oportunidade de emprego para a força de trabalho que crescia vegetativamente, e também para elementos que perdiam sua ocupação no sistema açucareiro, em lenta decadência”¹⁸⁷. No entanto, essa simbiose entre a atividade criatória extensiva e o setor de subsistência configurava um mecanismo que se ajustava de acordo com as necessidades do mercado e no sentido do “atrofiamento da economia monetária”- ou, do declínio da renda real *per capita* da população à medida que o setor pecuário perde produtividade ao expandir-se.¹⁸⁸

¹⁸⁴ Ibid., p.99.

¹⁸⁵ Ibid., p.100, grifo nosso.

¹⁸⁶ “Por um lado, o crescimento era de caráter puramente extensivo, mediante a incorporação de terra e de mão-de-obra, não implicando modificações estruturais que repercutissem nos custos de produção e portanto na produtividade. Por outro lado, a reduzida expressão dos custos monetários - isto é, a pequena proporção da folha de salários e da compra de serviços a outras unidades produtivas - torna a economia enormemente resistente aos efeitos a curto prazo de uma baixa de preços. Convinha continuar operando, não obstante os preços sofressem uma forte baixa, pois os fatores de produção não tinham uso alternativo.” Ibid., p.101.

¹⁸⁷ Ibid., p.103, citação anterior idem.

¹⁸⁸ “Sem embargo, se a procura de gado na região litorânea não estava aumentando num ritmo adequado, o crescimento do sistema pecuário se fazia através do aumento relativo do setor de subsistência. Em outras palavras, *a importância relativa da renda monetária ia diminuindo, o que acarretava necessariamente uma redução paralela de sua produtividade econômica. A redução relativa da renda*

A funcionalidade desse vínculo estava na garantia de sobrevivência ao conjunto econômico na medida em que amortecia os efeitos das depressões que, não raro, abatiam a atividade açucareira. Dado que os setores de alta e baixa produtividade não se separavam, a estagnação da economia açucareira não criava a necessidade de emigração do excedente populacional livre. A falta de ocupação conveniente na região açucareira ao acréscimo de população implicou o avanço de parte desta em direção à “fronteira móvel do interior criatório.”¹⁸⁹ Quanto menos prósperas as condições da economia açucareira, maior a tendência migratória para o interior. Considerando a facilidade de absorção de contingentes populacionais pela pecuária, e que sua rentabilidade deriva-se da rentabilidade da economia açucareira, a transferência da população para o setor menos produtivo em fases de prostração econômica, impulsionava a transmutação da economia pecuária em economia de subsistência, criando um reservatório de mão-de-obra de grandes proporções - posterior, e secular, empeco ao desenvolvimento.

As possibilidades da pecuária para receber novos contingentes de população - quando existe abundância de terras - são sabidamente grandes, pois a oferta de alimentos é, nesse tipo de economia, muito elástica a curto prazo. Contudo, como a rentabilidade da economia pecuária dependia em grande medida da rentabilidade da própria economia açucareira, ao transferir-se população desta para aquela nas etapas de depressão se intensificava a conversão da pecuária em economia de subsistência. *Não fora esse mecanismo, e a longa depressão do setor açucareiro teria provocado, seja uma emigração de fatores, seja a estagnação demográfica.* Sendo a oferta de alimentos pouco elástica na região litorânea, o crescimento da população teria sido muito inferior, não fora essa articulação com o sistema pecuário.¹⁹⁰

Nesta senda, formou-se um complexo econômico timbrado por um processo de “involução econômica: o setor de alta produtividade ia perdendo importância relativa, e a produtividade do setor pecuário declinava à medida que este crescia”¹⁹¹. Isso faz com que a expansão da economia seja apenas reflexo do crescimento do setor de subsistência - cujo bojo alojava-se a parcela crescente da população. A dispersão de parte desta em um sistema de pecuária extensiva, provocou um retrocesso nas formas de divisão do trabalho e de especialização, acarretando uma regressão das técnicas artesanais de

monetária teria de repercutir no grau de especialização da economia e no sistema de divisão do trabalho dentro da mesma. Muitos artigos que antes se podiam comprar nos mercados do litoral - e que eram importados - teriam agora de ser produzidos internamente. Essa produção, entretanto, limitava-se ao âmbito local, constituindo uma forma rudimentar de artesanato. [...] *Esse atrofamento da economia monetária se acentua à medida que aumentam as distâncias do litoral, pois, dado o custo do transporte do gado, em condições de estagnação do mercado de animais, os criadores mais distantes se tornavam submarginais.*” Ibid., p.103-104, grifo nosso.

¹⁸⁹ Ibid., p.105.

¹⁹⁰ Ibid., p.104-105, grifo nosso.

¹⁹¹ Ibid., p.105.

produção. Se se pode traçar a tendência econômico-social geral no transcurso dos séculos XVI-XVII, tem-se que

À medida que cresciam em importância relativa os setores de subsistência no norte, no sul e no interior nordestino - reduzindo-se concomitantemente a participação das exportações no total do produto da colônia -, tornava-se mais e mais difícil para o governo português transferir para a Metrópole o reduzido valor dos impostos que arrecadava. Devendo liquidar-se em moeda portuguesa tais impostos, sua transferência impunha uma crescente escassez de numerário na colônia, cujas dificuldades também poder esse lado se viam agravadas. [...] As repetidas desvalorizações cambiais [...] refletem a extensão do desequilíbrio provocado na economia lusitana. Do ponto de vista da colônia, tais desvalorizações, se traziam algum alívio à região exportadora de açúcar, também contribuía para agravar a situação das regiões mais pobres, que pouco ou nada tinham para exportar e cuja procura de importações era altamente inelástica pelo fato mesmo de que se limitava a coisas imprescindíveis, como o sal. [...] Esses fatores contribuía para a reversão cada vez mais acentuada a formas de economia de subsistência, com atrofamento da divisão do trabalho, redução da produtividade, fragmentação do sistema em unidades produtivas cada vez menores, desaparecimento das formas mais complexas de convivência social, substituição da lei geral pela norma local etc.¹⁹²

Nesse cenário, o ciclo do ouro no alvorecer do século XVIII consistiu-se em mais uma prosperidade episódica. Forma de riqueza que suscitava quimeras, a possibilidade da exploração do ouro, colocada com desbravamento do território, foi, entretanto, potente o suficiente para justificar a abertura de “um ciclo migratório europeu totalmente novo para a colônia”, modificando notadamente o “*facies*” colonial. De organização distinta com relação à economia açucareira, as premissas mais flexíveis do trabalho extrativo nas lavras circunscreviam um “meio social mais complexo”¹⁹³ à circulação, sobretudo, de homens livres, oferecendo-lhes relativamente maiores possibilidades de iniciativa¹⁹⁴. Importa seus desbordamentos.

A natureza da lida não permitia ligações permanentes com a terra. De “capital fixo” reduzido, sabida a incerta vida da lavra, montava-se a empresa de modo a habilitá-la para deslocamentos ágeis, em curto espaço de tempo. A alta rentabilidade do negócio, critério e fim, aglutinava todos recursos disponíveis em torno da mineração. Em síntese, a economia mineira é marcada pela combinação da “incerteza e correspondente mobilidade da empresa, alta lucratividade e correspondente especialização”. A excessiva concentração dos fundos, em especial na etapa preambular, a mais lucrativa,

¹⁹² Ibid., p.112-113, grifo nosso.

¹⁹³ Ibid., p.118.

¹⁹⁴ Organizar uma lavra em escala, se dispunha de recursos; se estes eram reduzidos, podia redimensionar a empresa a proporções menores; no limite, caso em que não conseguia arcar com o próprio sustento, poderia ele próprio trabalhar como fiscoador.

resultaram graves embaraços no abastecimento de víveres - “A fome acompanhava sempre a riqueza na região do ouro”, escreve Furtado. Não obstante, a elevação dos preços dos gêneros alimentícios e de animais de transporte nas áreas adjacentes configurou-se como uma engrenagem de propagação dos benefícios econômicos gerados pela mineração - especialmente sobre a região sul.¹⁹⁵

De consequências significativas foi seu sistema de transporte. Os ditames da localidade acidentada e distante do litoral, fazendo quase inexistente o abastecimento de alimentos, além de uma população dispersa, faz esta para tudo dependente de um sistema de transporte minimamente complexo - “A tropa de mulas constitui autêntica infra-estrutura de todo o sistema”. As necessidades geradas nessa base geográfica razoavelmente ampla - compreendia as regiões da serra da Mantiqueira, atual estado de Minas Gerais, e de Cuiabá, Mato Grosso, passando por Goiás - vão estender-se na criação de “um grande mercado para animais de carga”¹⁹⁶, importante à instauração de vínculos entre os territórios. Se considerada, desta sorte, a procura de gado de corte e de muares para transporte conjuntamente com a atividade extrativa, a economia mineira dispôs-se em um mercado de proporções superiores em relação à economia açucareira. Daí que as benesses recebidas pela região criatória sulina foram maiores do que as propiciadas pelo açúcar ao sertão nordestino. Via as irradiações da procura do centro dinâmico que se tornou, estabeleceram-se elos econômicos entre regiões em certa medida avulsas¹⁹⁷.

A vastidão do circuito mineiro vai implicar diferentes comportamentos da curva de produção e da corresponde configuração demográfica. Subidas e quedas produtivas

¹⁹⁵ “A pecuária, que encontrara no sul um hábitat excepcionalmente favorável para desenvolver-se - e que, não obstante, sua baixíssima rentabilidade, subsistia graças às exportações de couro -, *passará por uma verdadeira revolução com o advento da economia mineira*. O gado do sul, cujos preços haviam permanecido sempre em níveis extremamente baixos, comparativamente aos que prevaleciam na região açucareira, valoriza-se rapidamente e alcança, em ocasiões, preços excepcionalmente altos.” Ibid. p.121, grifo nosso, citações anteriores idem.

¹⁹⁶ Ibid., p.122, citação anterior idem.

¹⁹⁷ “Ao contrário do que ocorrera no Nordeste, onde se partiu de um vazio econômico para a formação de uma economia pecuária dependente da açucareira, *no sul a pecuária preexistiu à mineração*. Com efeito, o advento da mineração ocorreu quando a economia de subsistência de *Piratininga havia já atravessado século e meio de pobreza*. Além disso, *no Rio Grande e mesmo no Mato Grosso já existia uma economia pecuária rudimentar de onde saía alguma exportação de couros*. *Essas distintas regiões viviam independentemente e tenderiam provavelmente a desenvolver-se, num regime de subsistência, sem vínculos de solidariedade econômica que as articulassem*. *A economia mineira abriu um novo ciclo de desenvolvimento para todas elas*. Por um lado, elevou substancialmente a rentabilidade da atividade pecuária, induzindo a uma utilização mais ampla das terras e do rebanho. Por outro, *fez interdependentes as diferentes regiões, especializadas* umas na criação, outras na engorda e distribuição, e outras constituindo os principais mercados consumidores.” Ibid., p.123; grifos nossos.

abruptas vão expressar-se em fluxos e refluxos populacionais. Nas áreas em que tal movimentação deu-se atenuada, foi possível um desenvolvimento demográfico mais regular, com fixação de núcleos populacionais relevantes. De acordo com Furtado, se de renda mais baixa que a economia açucareira, o mercado mineiro apresentava “potencialidades muito maiores”. Uma reunião de circunstâncias fazia favorável ao “desenvolvimento endógeno” - à atividades ligadas ao mercado interno. No entanto, aquele foi “praticamente nulo”; sugere o autor que a razão esteve em uma questão de natureza tecnológica, na “incapacidade técnica dos imigrantes para iniciar atividades manufatureiras numa escala ponderável”¹⁹⁸.

O ouro à colônia não poderia ter sido mais ambivalente. A alta rentabilidade e as contingências colocavam no horizonte a possibilidade de um desenvolvimento intestino. Todavia, manifestou-se uma ilusão de ótica. A não criação de formas de fato permanentes de atividades econômicas implicou proporcionalidade entre o declínio da produção e a decadência geral da civilização mineira. O sistema atrofiou-se e desintegrou-se em uma economia de subsistência, com o decaimento dos núcleos urbanos e a dispersão dos seus elementos. A crença na possibilidade de descoberta de novas fontes auríferas induziu a persistência na extração ao invés da transferência para outras ocupações. Ressalta-se dessa dinâmica, que a descapitalização, assim como nas economias açucareira e criatória, deu-se preservando sua estrutura, legando à população espaços “para expandir-se num regime de subsistência”. Assim como na pecuária nordestina, a expansão demográfica prolongar-se-ou em um processo de esmorecimento da economia monetária; uma região cujo povoamento fizera-se sob a base de um sistema econômico de alta produtividade “involuiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência”¹⁹⁹.

Entre os séculos XVI e a primeira metade do XIX erigiu-se um sistema econômico elástico, cujos mecanismos internos neutralizavam impactos disruptivos sobre a estrutura. Igualmente reflexo, visto que, “sendo uma grande plantação de produtos tropicais, a colônia estava *intimamente integrada nas economias européias, das quais dependia. Não constituía, portanto, um sistema autônomo*, sendo simples

¹⁹⁸ Ibid., p.126, citações anteriores idem.

¹⁹⁹ Ibid., p.134.

prolongamento de outras maiores”²⁰⁰. E, como corolário, reproduziu no tempo-espaço a forma colonial original - agrário-exportadora de base escravista. Tratava-se a economia colonial, em linhas gerais, de um espaço econômico sujeito às intempéries comerciais e aos desmandos de uma classe dirigente concatenada a grupos financeiros externos.

A abundância que ciclicamente envolvia a colônia tinha base precária, ”fundando-se nas condições de anormalidade que prevaleciam no mercado mundial de produtos tropicais”²⁰¹. A acumulação parametrizada pela abundância de mão-de-obra e de terras, e que não se acoplava ao consumo interno, viabilizou o crescimento extensivo, isto é, permitiu aumentos de produtividade apenas econômica; a intensidade desse crescimento prescrita por elementos exógenos e a insuficiência da diversificação da procura com o propósito da criação de um mercado interno, debilitaram o desenvolvimento da economia na direção da autonomia - o país “evoluiu [então] no sentido de transformar-se no século XX numa vasta região subdesenvolvida”²⁰².

2.2.2. A transição para uma economia nacional

O século XIX delineou um período de transição para a economia brasileira, que impôs modificações condicionadas por certas continuidades, modelando categoricamente seu desenvolvimento ulterior. As transformações promovidas pela Revolução Industrial no processo de acumulação de capital repolarizou a correlação de poder no sistema capitalista com a instituição de uma nova divisão internacional do trabalho. A amplitude das modificações operadas na colônia brasileira permitiram o vislumbre da construção de uma nação em bases auto-determinadas. Porém, aquelas tiveram como lastro a reelaboração e a reprodução da natureza colonial da economia.

Conforme a leitura de Furtado, na primeira metade do século XIX firmou-se a independência política e a consolidação da integração territorial sob a recolocação, em novos termos, do estatuto colonial - a dependência e ultra especialização. Essa reposição da configuração econômica colonial teria sido cláusula da garantia do estabelecimento e da consolidação da corte portuguesa no Brasil. De outro modo, a vinda da família real em 1808, desembocando na posterior independência política em 1822, realizou-se mediante a concessão de privilégios comerciais à Inglaterra que comprometeram a

²⁰⁰ Ibid., p.144-145; grifo nosso.

²⁰¹ Ibid., p.141.

²⁰² Ibid., p.151.

autonomia econômica. A segunda metade do século foi o interregno da modificação das bases do sistema econômico facultada pela grave escassez de mão-de-obra. Gestou-se sob o assalariamento uma economia cuja dinâmica permitiu divisar o desenvolvimento da economia de mercado interno mas que, entretanto, conservou a essência do modo de crescimento tradicional e criou mecanismos defensivos que perverteram as premissas da auto-impulsão - a força capaz de encerrar em definitivo a etapa colonial da economia.

A abertura dos portos, decretada em 1808, seguida dos tratados de 1810 e do acordo de 1827, fizeram da Inglaterra a potência privilegiada - com direitos de extraterritorialidade e tarifas preferenciais extremamente baixas. Uma implicação de tais prerrogativas alfandegárias, em uma etapa de estagnação do comércio exterior, foi o desaparecimento da arrecadação governamental - uma vez que os impostos sobre as importações são instrumento comum para o angariamento de receitas dos governos de países de economia primária exportadora²⁰³. A grave escassez de recursos disponíveis repercutiu negativamente sobre a autoridade do poder central²⁰⁴. O autor ressalta, no entanto, que o peso desses tratados comerciais no processo, avariado, de transformação do Brasil em uma nação moderna na primeira metade do século deve ser ponderado. O argumento funda-se nas profundas diferenças sociais demarcatórias das respectivas colonizações, que importaram distinções comportamentais, de mesma ordem, da classe dirigente. No caso brasileiro, a ascensão ao poder da classe de grandes senhores agrícolas, que se beneficiava do caráter de “grande plantação de produtos tropicais” - e que não discrepava da Inglaterra quanto à ideologia econômica²⁰⁵ - ocorreria de modo desobrigado dos possíveis procederem da independência.

Seria erro, entretanto, supor que aos privilégios concedidos à Inglaterra cabe a principal responsabilidade pelo fato de que o Brasil não se haja transformado numa nação moderna já na primeira metade do século XIX, a

²⁰³ A alternativa a esses impostos era taxação das exportações, o que em uma economia escravista significava talhar os lucros da classe de senhores da grande agricultura.

²⁰⁴ Das dificuldades na coleta, redundaram déficits na conta corrente do balanço de pagamentos que foram financiados com emissão de papel-moeda, aumentando sobremaneira o meio circulante. A pequena dimensão da economia monetária, o alto coeficiente de importação e a impossibilidade de elevar a tarifa aduaneira fizeram convergir os efeitos das emissões de papel-moeda sobre a taxa de câmbio, no sentido da desvalorização externa da moeda. Disso, cumpre destacar que a associação entre a forma de financiar o déficit e a elevação relativa dos preços dos produtos importados fez-se em detrimento do elemento urbano, afetando rigorosamente a respectiva população e suas atividades.

²⁰⁵ “Os conflitos da primeira metade do século XIX entre os dirigentes da grande agricultura brasileira e a Inglaterra [...] não tiveram sua origem em discrepâncias de ideologia econômica. Resultaram principalmente da falta de coerência com que os ingleses seguiam a ideologia liberal. O tratado de comércio de 1810, [...] constitui, na verdade, um instrumento criador de privilégios. [...] Aplicada unilateralmente, a ideologia liberal passou a criar sérias dificuldades à economia brasileira, exatamente na etapa em que a classe de grandes agricultores começou a governar o país. Ibid., p.145.

exemplo do ocorrido nos EUA. [...] *Não existindo na colônia sequer uma classe comerciante de importância - o grande comércio era monopólio da Metrópole -, resultava que a única classe com expressão era a dos grandes senhores agrícolas. Qualquer que fosse a forma como se processasse a independência, seria essa classe a que ocuparia o poder [...]. A grande agricultura tinha consciência clara de que Portugal constituía um entreposto oneroso, e a voz dominante na época era que a colônia necessitava urgentemente de liberdade de comércio. O desaparecimento do entreposto lusitano logo se traduziu em baixa de preços nas mercadorias importadas, maior abundância de suprimentos, facilidades de crédito mais amplas e outras óbvias vantagens para a classe de grandes agricultores.*²⁰⁶

Dos primeiros dois decênios de independência, em síntese, a instalação de um sistema administrativo rudimentar, “umas poucas iniciativas governamentais” e a preservação da unidade nacional foram o “resultado líquido” dessa fase de percalços. Ademais - e sobretudo - as técnicas criadas pela Revolução Industrial pouco penetraram no país; quando o fizeram foi sob a forma de bens ou de serviços de consumo sem, portanto, tocar estruturalmente o sistema produtivo. Isso significa que a condição básica para o desenvolvimento da economia brasileira teve de continuar a calcar-se na expansão das exportações - “a única saída que oferecia o século XIX para o desenvolvimento era o comércio internacional”²⁰⁷, escreveu Furtado. O problema básico brasileiro circunscreveu-se a encontrar produtos de exportação cuja produção entrasse como fator básico a terra - o fator de produção abundante por excelência no país. A superação da estagnação econômica, segundo o autor, estava tão somente em uma reintegração do país às linhas em expansão do comércio internacional.

O café, cultura relativamente nova, e de características de produção mais afins à ecologia brasileira, surge em meio a esses grandes embaraços, como “nova fonte de riqueza”. De “progressão firme”, possibilitou formar, segundo Furtado, um “sólido núcleo de estabilidade na região central mais próxima da capital do país, o qual passa a constituir verdadeiro centro de resistência contra as forças de desagregação que atuam no norte e no sul.”²⁰⁸ Compete realçar que, para o economista, no largo período em que se gesta a economia cafeeira, são formados os quadros de uma nova classe dirigente, com características próprias, que desempenharam papel decisivo no desenvolvimento posterior do país.

Desde o começo, sua vanguarda esteve formada por homens com experiência comercial. Em toda a etapa da gestação os interesses da produção e do comércio estiveram entrelaçados. A nova classe dirigente formou-se numa

²⁰⁶ Ibid., p.144, grifo nosso.

²⁰⁷ Ibid., p.165.

²⁰⁸ Ibid., p.147.

*luta que se estende em uma frente ampla: aquisição de terras, recrutamento de mão-de-obra, organização e direção da produção, transporte interno, comercialização nos portos, contatos oficiais, interferência na política financeira e econômica. A proximidade da capital do país constituía, evidentemente, uma grande vantagem para os dirigentes da economia cafeeira. Desde cedo eles compreenderam a enorme importância que poderia ter o governo como instrumento de ação econômica. Essa tendência à subordinação do instrumento político com a conquista da autonomia estadual, ao proclamar-se a República. O governo central estava submetido a interesses demasiadamente heterogêneos para responder com a necessária prontidão e eficiência aos chamados interesses locais. A descentralização do poder permitirá uma integração ainda mais completa dos grupos que dirigiam a empresa cafeeira com a maquinaria político-administrativa. Mas não é o fato de terem controlado o governo o que singulariza os homens do café. É sim que tenham utilizado esse controle para alcançar objetivos perfeitamente definidos de uma política. É por essa consciência clara de seus próprios interesses que eles se diferenciam de outros grupos dominantes anteriores ou contemporâneos.*²⁰⁹

A existência de recursos preexistentes e subutilizados dos ciclos anteriores asseguraram a expansão dos cafezais. O segundo e o terceiro quartéis do século XIX corresponderam à gestação propriamente da economia cafeeira, nos quais se modificaram os termos do problema; foram equacionados o produto que viabilizaria o acesso às correntes em expansão do comércio mundial, as condições de autofinanciamento da expansão, a classe líder e o “problema nacional básico”, qual seja, a expansão da oferta de mão-de-obra, com a imigração europeia - pois consistia o crescimento “puramente em extensão” em “ampliar a utilização do fator disponível - a terra - mediante a incorporação de mais mão-de-obra”²¹⁰.

O fluxo migratório de europeus remediou a pequena potencialidade que apresentava a oferta interna, sabido que a economia de subsistência “estava de tal forma dispersa que o recrutamento de mão-de-obra dentro da mesma seria tarefa bastante difícil e exigiria grande mobilização de recursos”, recrutamento somente praticável se assistido pela classe de grandes proprietários de terra. A “experiência demonstrou, entretanto, que essa cooperação dificilmente podia ser conseguida, pois era todo um estilo de vida, de organização social e de estruturação de poder político o que entrava em jogo”²¹¹, pontuou Furtado. O trabalho imigrante também saneia a rarefação crescente da mão-de-obra escrava com a cessação do tráfico de escravos africanos e com a posterior abolição da escravatura em 1888²¹².

²⁰⁹ Ibid., p.171-172, grifo nosso.

²¹⁰ Ibid., p.177.

²¹¹ Ibid., p.179.

²¹² Na interpretação do autor, a medida abolicionista teria tido caráter mais político que econômico;

Assim como a economia açucareira, a cafeeira “está constituída por uma multiplicidade de unidades produtoras que se ligam intimamente às correntes de comércio exterior.”²¹³ Na medida em que permitiu a utilização intensiva da mão-de-obra, a empresa cafeeira também assemelhou-se ao empreendimento açucareiro. Contudo, aquela apresentou um grau de capitalização significativamente mais baixo; haja visto seu capital encontrar-se imobilizado, dado o caráter de cultura permanente, suas “necessidades monetárias de reposição” eram significativamente menores - o equipamento requerido era mais simples e de fabricação local. Os mecanismos do novo sistema implicaram uma dinâmica fundamentalmente diversa em relação a dos sistemas precedentes - que compartilhavam de elevado grau de estabilidade -, visto a complexificação do sistema econômico com o desenvolvimento da circulação monetária interna. Embora tenha mantido o *modus operandi* extensivo, a expansão da cultura do café teve lugar no setor alicerçado sobretudo no trabalho assalariado.

A fim de apreender a nova dinâmica, a análise de Furtado sobre o mecanismo dessas unidades, ou, do fluxo de renda, parte de uma simplificação que clarifica o movimento, qual seja, a repartição da renda em dois grupos - o dos assalariados e o dos proprietários - que apresentavam diferentes comportamentos de gasto. O primeiro transformava a totalidade de sua renda em consumo; o segundo, cujo nível de consumo era bastante superior, reservava parte para transformá-la em capital. O ponto é que, considerando esse quadro, o aumento do impulso externo - leia-se das exportações - condicionava a propagação do fluxo de renda no sentido de uma melhor utilização dos fatores internos disponíveis.

Os gastos de consumo - compra de alimentos, roupas, serviços etc. - vêm a constituir a renda dos pequenos produtores, comerciantes, etc. Este últimos também transformam grande parte de sua própria renda em gastos de consumo. *Desse modo, a soma de todos esses gastos terá necessariamente de exceder de muito a renda monetária criada pela atividade exportadora. Crescendo a massa de salários pagos, aumentaria automaticamente a procura de artigos de consumo. A produção de parte destes últimos, por seu lado, pode ser expandida com relativa facilidade dada a existência de mão-de-obra e terras subutilizadas, particularmente em certas regiões em que*

assumiu proporções de uma “hecatombe social” na medida em que a escravidão era o sustentáculo de um “sistema de vida secularmente estabelecido”. Ibid., p.198. Vai escrever: “A escravidão tinha mais importância como base de um sistema regional de poder que como forma de organização da produção. Abolido o trabalho escravo, praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição de renda. Sem embargo, havia-se eliminado uma das vigas básicas do sistema de poder formado na época colonial e que, ao perpetuar-se no século XIX, constituía uma fator de entorpecimento do desenvolvimento econômico do país.” Ibid., p.204-205, grifo nosso.

²¹³ Ibid., p.219.

predomina a atividade de subsistência.²¹⁴

Ainda, e de ressonância fundamental, o conseqüente ganho de produtividade do arranque externo desbordava a unidade produtora-exportadora. A massa salarial paga no setor exportador veio, por conseguinte, a ser a célula de uma economia de mercado interno, podendo auferir crescimento mais acentuado que a economia de exportação à medida que a população crescesse mais intensamente no setor monetário em relação ao conjunto da economia - a massa de salários monetários aumentaria mais rapidamente que o produto global. Sob outro ângulo, o “crescimento dessa faixa monetária implicou importantes modificações nos hábitos de consumo, com a penetração de inúmeros artigos manufaturados de procedência estrangeira. A diversificação nos hábitos de consumo teve importantes conseqüências para o desenvolvimento posterior da economia.”²¹⁵ Vale ressaltar, o setor ligado ao mercado interno desenvolveu-se a partir, e em função, da renda monetária criada pelo setor exportador de produtos primários.

A dinâmica tinha suas particularidades, todavia, o crescimento do setor exportador mantinha o caráter extensivo, ou seja, sem modificações da estrutura, promovendo apenas aumentos de produtividade de natureza econômica - reflexo, dessa forma, das variações dos preços do café. A elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras, marcos seculares da economia, não faziam dos salários e da renda da terra obstáculos, permitindo ao empresário represar a quase totalidade das benesses. Quer-se dizer, o reservatório de mão-de-obra formado durante os três séculos anteriores possibilitou uma expansão mantendo o salário real estável - o deslocamento de braços para a lavoura pautou-se pelo salário real absoluto, sensivelmente mais elevado do setor cafeeiro em relação às outras atividades econômicas. Isso significa que não se criavam pressões internas ao sistema a fim do aumento salarial. Daí o desinteresse por parte do empresário na substituição de mão-de-obra por capital. A abundância e o subemprego das terras, por sua vez, justificaram o método da cultura extensiva; a utilização era feita com o mínimo de aplicação de capital porque abandonada era aos primeiros sinais de esgotamento. Não havia motivação concreta, portanto, ao aumento de produtividade física, ou seja, à intensificação da capitalização - maior aplicação de quantidade de capital por unidade de terra ou de mão-de-obra - ou ao aperfeiçoamento dos processos de cultivo.

²¹⁴ Ibid., p.220, grifo nosso.

²¹⁵ FURTADO, Celso. Desenvolvimento..., op.cit., p.185.

Os efeitos da manutenção do crescimento por extensão em uma economia dependente, especializada na exportação de primários e baseada no trabalho assalariado, revela-se nos fenômenos cíclicos dos quais se nutre. A tipicidade crucial está na imanência do desequilíbrio externo. A crise penetrava nessa economia de fora para dentro, através da queda no valor das exportações, reduzindo a entrada de divisas no país. No momento que se segue, a procura por importações não se contrai de imediato, influenciada pelos efeitos da expansão anterior. “Existia portanto uma etapa intermédia em que a procura de importações continua crescendo, se bem que a oferta de divisas já se houvesse reduzido drasticamente”²¹⁶, gerando um acúmulo de déficits na conta corrente da balança de pagamentos - o desequilíbrio. Demais - importante - a queda nos preços das mercadorias importadas faz-se mais lentamente e com menor intensidade em relação a dos produtos primários exportados, configurando uma piora dos termos de intercâmbio. Tendo em vista as regras do padrão-ouro²¹⁷, a exigência, assim, do nível de reservas metálicas é alta.

A correção do desequilíbrio nos moldes do padrão daria-se mediante a liquidação de ativos externos e de reservas metálicas na etapa intermediária. A contração geral que se propaga do setor exportador com a queda dos preços traduzir-se-ia na redução das margens de lucro. “Como nos gastos de consumo dessas classes de altas rendas os produtos importados participavam com elevada parcela”, uma brusca contração nos lucros do setor tenderia a reduzir a procura de bens importados. Além, “a redução dos lucros afetaria o volume das inversões, provocando uma série de efeitos secundários tendentes a reduzir a procura de importações.”²¹⁸ No entanto, grandes movimentos de expansão e de contração da massa de lucros para o empresário brasileiro poderiam comprometer gravemente o conjunto da economia. A mobilização das

²¹⁶ FURTADO, Celso. Formação..., op.cit., p.226-227.

²¹⁷ A economia internacional no período apreciado fundava-se no sistema monetário do padrão-ouro. Seu princípio fundamental estabelecia a obrigatoriedade de uma reserva metálica, ou de divisas conversíveis na variante corrente, a cada país, suficiente para cobrir déficits - mais ou menos ocasionais, a depender - de sua balança de pagamentos. Uma reserva metálica constituía uma inversão improdutiva, que era a contribuição de cada país para o financiamento a curto prazo das trocas internacionais. Essa contribuição era estipulada em função da participação do país no comércio internacional e da amplitude das flutuações de sua balança de pagamentos. Um país exportador de produtos primários detinha elevada participação no comércio internacional - seu intercâmbio per capita era relativamente maior que sua renda monetária per capita. No entanto, sua economia, pelo fato de que dependia particularmente das exportações, estava sujeita a oscilações mais agudas. Caso esse o da economia brasileira do século XIX, que apresentava, além do elevado coeficiente de importações, desequilíbrios amplos na balança de pagamentos uma vez que refletiam os preços, voláteis, das matérias-primas no mercado mundial. Violentos desequilíbrios requisitavam reduções drásticas no meio circulante, podendo provocar uma traumatização do sistema.

²¹⁸ Ibid., p.36, citação anterior idem.

reservas como medida corretiva atingiria uma dimensão catastrófica.

Sendo assim, a taxa de câmbio foi o mecanismo pelo qual se contornou o acionamento de reservas metálicas e deslocou-se a pressão dos lucros. A queda dos preços dos produtos exportados - o gatilho da crise em uma economia primário-exportadora - promovia uma forte baixa no poder aquisitivo externo da moeda nacional antes da materialização do desequilíbrio - a previsão deste era suficiente para impelir uma corrida contra o valor da moeda. Os produtos importados eram, assim, bruscamente encarecidos, reduzindo automaticamente sua procura interna - a correção realizada sem a liquidação de reservas. Importa que essa redução do valor externo da moeda “significava um prêmio a todos os que vendiam divisas estrangeiras, isto é, aos exportadores.”²¹⁹ Atendo-se à amplitude do procedimento,

*O processo de correção [...] significava, em última instância, uma transferência de renda daqueles que pagavam as importações para aqueles que vendiam as exportações. Como as importações eram pagas pela coletividade em seu conjunto, os empresários exportadores estavam na realidade logrando socializar as perdas que os mecanismos econômicos tendiam a concentrar em seus lucros. [...] a parte principal da transferência teria de realizar-se entre a grande massa de consumidores de artigos importados e os empresários exportadores. Para dar-se conta do vulto dessa transferência, bastaria atentar na composição das importações brasileiras no fim do século XIX e começo do XX, quando metade delas era constituída por alimentos e tecidos. Durante a depressão, as importações que se contraíam menos - dada a baixa elasticidade-renda de sua procura - eram aquelas de produtos essenciais utilizados pela grande massa consumidora. Os produtos de consumo de importação exclusiva das classes não assalariadas apresentavam elevada elasticidade-renda, dado o seu caráter de não-essencialidade.*²²⁰

Por outras sentenças, a particularidade do andamento cíclico e o artifício pelo qual se acertavam os desequilíbrios, concentrava a renda nas etapas de prosperidade - aumento da participação dos lucros no total da renda territorial com o crescimento mais intenso daqueles com relação aos salários, mantidos estáveis - e socializa com a grande massa consumidora os prejuízos na etapa de declínio. O processo de concentração de riqueza não encontrava, desse modo, um movimento compensatório na etapa de contração da renda. “A razão de ser dessa forma de operar estava no esforço de sobrevivência de um organismo econômico que contava com escassos meios de defesa”²²¹, escreveu o autor. A constatação diz respeito à magnitude que alcança a crise - “um cataclismo”- em uma economia frágil porque dependente, exportadora de

²¹⁹ Ibid., p.237.

²²⁰ Ibid., p.237-238; grifos nossos.

²²¹ Ibid., p.239.

produtos cujos preços são instáveis e que detém um parco conjunto de instrumentos passíveis de apelo contra abalos sistêmicos. Se a baixa dos preços de exportação fosse convertida na redução dos lucros, colocava-se como solução única a paralisação de grande parte da atividade, isto é, a interrupção da produção de café e/ou das compras do produto aos produtores locais - posto a impraticabilidade de uma compressão, a curto prazo, dos salários, que não se elevavam na alta cíclica.

Furtado insiste, desse modo, que os nós enraízam-se na natureza colonial da atividade econômica - dependente, exportadora de primários, de crescimento extensivo. Natureza esta que faz da suspensão das atividades o maior de todos os agravos. Por um lado, a monta do capital imobilizado em uma plantação de café faz do abandono imenso prejuízo para o empresário. Por outro, considerando a ausência de alternativas para a utilização da mão-de-obra, a perda de renda atingiria grandes proporções, fazendo do retrocesso à economia de subsistência caminho único a ser seguido pela população que deixasse de trabalhar nos cafezais. Ainda, tendo em conta de que se trata de uma economia monetariamente mais complexa, a queda da renda monetária, consequência do movimento involutivo, teria uma série de efeitos sobre a economia de mercado interno, ampliando o efeito depressivo - “E esse elevado preço seria pago por coisa nenhuma ou por muito pouco. Provavelmente se operaria uma maior concentração da propriedade, absorvendo os empresários de maior poder financeiro os mais fracos.”

A socialização das perdas colocou-se como recurso uno visto não haver, de acordo com o argumento do autor, razão para a criação de estímulos orientados a aumentos de produtividade física. “Dada a natureza da atividade econômica, a única forma de lograr, a curto prazo, aumento de produtividade física seria cortando na folha de salários, o que não constituía uma solução do ponto de vista do conjunto da coletividade.”²²² As condições econômicas, portanto, faziam sempre vantajoso da perspectiva da coletividade, manter o nível das exportações a despeito da redução no preço internacional do café²²³.

Se se fazia expediente as depreciações cambiais a título da defesa dos níveis de

²²² Ibid., p.240.

²²³ Defendia-se, assim, o nível de emprego dentro do país e limitavam-se os efeitos secundários da crise. Sem embargo, para que esse objetivo fosse alcançado *era necessário que o impacto da crise não se concentrasse nos lucros dos empresários*, pois do contrário parte destes últimos seria forçada a paralisar suas atividades por impossibilidade de enfrentar maiores reduções em suas receitas. Ibid., p.240-241, grifo nosso.

atividade e de emprego, considerando o conjunto da economia, o efeito regressivo na distribuição de renda nas etapas depressivas era manifesto. As transferências de renda provocadas pelo processo de depreciação cambial, entendidas como redistribuições dinâmicas em que há o “aumento da participação de certos grupos em uma renda maior”²²⁴ - importante -, tomaram várias formas. A população urbana foi o núcleo mais prejudicado, posto que viviam de ordenados e consumiam grandes quantidades de artigos importados, inclusive alimentos. O cenário era particularmente agravado pelo funcionamento das finanças públicas.

Ao depreciar-se a moeda, reduzia-se a importância *ad valorem* do imposto, acarretando dois efeitos de caráter regressivo. Por um lado, a redução real do gravame era maior para os produtos que pagavam maior imposto, isto é, para os artigos cujo consumo se limitava às classes de alta renda. Por outro, a *redução relativa das receitas públicas obrigava o governo a emitir para financiar o déficit, e as emissões operavam como um imposto altamente regressivo, pois incidiam sobre as classes assalariadas urbanas.*²²⁵

A redução do valor em ouro da receita governamental fez-se em benefício de grupos sociais de renda elevada. Também foi nomeadamente problemática na medida em que o governo possuía compromissos a saldar em ouro. A depreciação da moeda também significava que parcela maior das receitas em moeda nacional era canalizada para o serviço da dívida externa. Para a manutenção dos serviços públicos, emitia-se papel moeda. Aquela, ao crescer de importância, somado à defesa do câmbio - que demandava a tomada de “sucessivos e onerosos empréstimos externos, cujo serviço acarretava uma sobrecarga fiscal incompreensível”²²⁶ - dificultou sobremaneira o financiamento dos gastos do governo com receitas correntes. Logo, o subterfúgio cambial na salvaguarda do setor cafeeiro, ou, da operatividade das atividades, concatenava empréstimos externos, déficits orçamentários, emissões de papel-moeda - a fim do financiamento desses - e desequilíbrios da conta corrente da balança de pagamentos. Em última instância, “a depressão externa (redução dos preços das exportações) transformava-se internamente em um processo inflacionário”²²⁷ - desequilíbrios externos e internos *pari passu*.

O mecanismo mostrar-se-ou débil. Seu colapso, percebido ou não, estava posto no horizonte no momento mesmo de sua concepção. A sistemática ignorava os

²²⁴ Ibid., p.318.

²²⁵ Ibid., p.243, grifo nosso.

²²⁶ Ibid., p.244.

²²⁷ Ibid., p.245.

condicionantes básicos da economia, legados do processo de colonização - a elasticidade da oferta de mão-de-obra e a abundância de terras -, que apontavam para a tendência, a longo prazo, da baixa de preços sob a ação persistente das inversões. Em outras palavras, visto que número de produtos possíveis de serem ofertados por um país exportador de primários, e requeridas pelo mercado internacional, era limitado, os capitais formados no país acorreriam para a cultura que apresentasse a maior vantagem relativa, no caso o café. O estancamento aconteceria com uma baixa de preços que faz desaparecer a dita vantagem. “Portanto, era *inevitável que a oferta de café tendesse a crescer*, não em função do crescimento da procura, mas sim da *disponibilidade de mão-de-obra e terra subocupadas*, e da *vantagem relativa que apresentasse esse artigo de exportações*.”²²⁸

2.2.3. Modernização dos padrões de consumo e colonização cultural

Se se tem em vista “o conjunto das economias capitalistas, constituído por economias nacionais que se articulam entre si mediante várias formas de intercâmbio e nas quais se difundiu em graus diversos o modo capitalista de produção”, a heterogeneidade das estruturas é patente, sendo marca manifesta da disparidade nos graus de acumulação e nos talhes apresentados por esta última. Assim, vai escrever Furtado, a “causa básica dessa heterogeneidade deve ser buscada na forma como se difundiu o modo capitalista de produção”²²⁹. Inscrita na quadra da expansão mundial do capitalismo impulsionada pela revolução industrial, essa difusão foi filtrada por “fatores históricos específicos, como a emigração de populações européias, as reações de burguesias locais opulentas que começavam a perder terreno, [...] ou ainda deslocções nas estruturas de poder provocadas pela instabilidade da nova economia internacional.” Nas áreas avivadas pela expansão do intercâmbio externo sem a promoção de modificações expressivas na organização interna da produção, o excedente tendeu a ser apropriado por vias autoritárias, reforçando e ressignificando moldes tradicionais de dominação baseados principalmente na propriedade da terra. À intensificação do “intercâmbio como forma de captação do excedente”²³⁰ - reflexa nas estruturas de poder - subjazem transformações sociais que teceram um “processo de acumulação sob a forma de urbanização e de modificação no estilo de vida, independentemente da

²²⁸ Ibid., p.252, grifo nosso.

²²⁹ FURTADO, Celso. Prefácio à Nova Economia Política. 2ªed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.52, citação anterior idem.

²³⁰ Ibid., p.53, citação anterior idem.

evolução das forças produtivas.”²³¹ O atraso relativo destas últimas deu origem, e tornou-se o estigma, de perfis de acumulação como o da economia brasileira.

*No Brasil, devido à concentração da propriedade territorial e à abundância da força de trabalho na agricultura de subsistência, os aumentos de produtividade beneficiaram principalmente uma pequena minoria. Entretanto, em razão do tamanho da população, essa minoria modernizada foi suficientemente grande para permitir um amplo desenvolvimento urbano e um começo de industrialização.*²³²

Os incrementos de excedente possibilitados, então, pela inserção nos circuitos comerciais criados pela revolução industrial - inserção que proporcionou o acesso restrito, e restringido, a um conteúdo supostamente civilizatório -, serviram ao fomento de novas modalidades de consumo entre as minorias privilegiadas na margem do sistema capitalista, conduzindo ao chamado processo de modernização. Em seus termos essenciais, a modernização para Furtado refere-se ao “processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos.”²³³ Relacionou-se proporcionalmente à extensão de seu campo a intensidade da pressão no sentido da ampliação do excedente. Esta obteve-se por meio de exportações e/ou do aumento da taxa de exploração interna, isto é, obstando o crescimento paralelo entre o produto e os salários. Quer-se dizer, quanto “mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa interna de exploração.”²³⁴

A envergadura, e as perversões consequentes, deste processo modernizador são inteiramente percebidas, segundo o autor, quando os países recorrem ao expediente da industrialização, mais exatamente, ao promover a produção interna de artigos antes importados. No caso do Brasil, trata-se da industrialização por substituição de importações que se estende da crise da economia cafeeira nos fins da década de 1920. Todavia, deter-nos-emos à fase germinal do novo quadro de dependência, compreendida pelo século XIX, entendendo-a como a origem do processo de modernização brasileira - modernização que vai, assim, condicionar essa industrialização. Esta circunscrição tem em consideração, primeiro, a expressividade dos impactos da ampliação das importações lastreada pelos “tratados comerciais que a Inglaterra impôs a todos os

²³¹ Ibid., p.54.

²³² FURTADO, Celso. O mito..., op.cit., p.100, grifo nosso.

²³³ Ibid., p.81.

²³⁴ Ibid., p.94.

países da periferia, no correr do século XIX”²³⁵ - com o objetivo estrito de reverter em benefício próprio o excedente criado pela divisão internacional do trabalho. Segundo, o proceder da reinserção da economia colonial brasileira nas correntes comerciais internacionais - através da exportação de um produto primário, o café, visando vantagens estáticas comparativas. Terceiro, e como consequência dessa inserção, o plano coadjuvante conferido de partida à industrialização.

A maneira mais simples de diversificar a oferta interna é apelar para as importações. Mais precisamente: *são as importações que descortinam as possibilidades de diversificação da oferta interna. A industrialização surge como uma segunda opção e é sempre mediatizada pela evolução da demanda, vale dizer, pela modernização.*²³⁶

Interessa ressaltar que “na modernização existem relações assimétricas, que dificilmente se explicam fora de um quadro estrutural de dominação-dependência.”²³⁷ Logo, a dependência é o fenômeno último que vai regular o avanço socioeconômico do, e no, espaço periférico²³⁸. Importa, conforme Furtado, que “a formação de um sistema de divisão internacional do trabalho foi não apenas uma questão de abertura de novas linhas de comércio, mas também, e de maneira principal, a imposição de padrões de cultura”²³⁹. Sendo “a situação particular dos países cujos padrões de consumo foram modelados do exterior”²⁴⁰ - “antes imitação de padrões externos de consumo mediante a importação de bens”²⁴¹ -, a dependência posiciona-os como “satélites culturais” dos países cêntricos. De outro modo, o fluxo dos novos produtos que correspondem a um complexo de inovações tecnológicas “operaram no sentido de preservar as relações de dominação e dependência”²⁴². Assim, é a situação de dependência cultural que condiciona, em última instância, o processo de acumulação nesses países, visto que a apropriação e a utilização do excedente são orientadas por grupos cujo comportamento

²³⁵ FURTADO, Celso. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. 2ª ed. - São Paulo: Ed. Nacional, 1981, p.85, grifo nosso. Aponta ainda o economista ao tratar da etapa de gestação da economia cafeeira: “A cidade do Rio de Janeiro, representava o principal mercado de consumo do país, e os hábitos de consumo dos seus habitantes se haviam transformado substancialmente a partir da chegada da corte portuguesa. O abastecimento desse mercado passou a constituir a principal atividade econômica dos núcleos de população rural que se haviam localizado no sul da província de Minas como reflexo da expansão da mineração.” FURTADO, Celso. Formação..., op.cit., p.170.

²³⁶ FURTADO, Celso. Pequena..., op.cit., p.110, grifo nosso.

²³⁷ FURTADO, Celso. Prefácio..., op.cit., p.54.

²³⁸ Pontua: “o fenômeno que chamamos dependência é mais geral do que o subdesenvolvimento. Toda economia subdesenvolvida é necessariamente dependente, pois o subdesenvolvimento é uma criação da situação de dependência. FURTADO, Celso. O mito..., op.cit., p.84.

²³⁹ FURTADO, Celso. Prefácio..., op.cit., p. 54-55, grifo nosso.

²⁴⁰ FURTADO, Celso. O mito..., op.cit., p.84.

²⁴¹ Ibid., p.89.

²⁴² FURTADO, Celso. Análise do “modelo”, op.cit., p.13.

modula-se pelos padrões culturais fagocitados do centro - comportamento que, ao compatibilizar-se às ambições desse centro, agrava as desigualdades sociais à medida que avança o processo de acumulação.

Abordemos o problema de outro ângulo: *nas economias subdesenvolvidas, o fator básico que governa a distribuição de renda e, portanto, os preços relativos e a taxa de salário real no setor em que se realiza a acumulação e penetra a técnica moderna, parece ser a pressão gerada pelo processo de modernização, isto é, pelo esforço que realizam os grupos que se apropriam do excedente para reproduzir as formas de consumo, em permanente mutação, dos países cêntricos. Essa pressão dá origem à rápida diversificação do consumo e determina a orientação da tecnologia adotada.*²⁴³

Estava uma ideia precisa de progresso no horizonte dessa modernização. Para o autor, fundado na produção de uma visão otimista da história pelo pensamento europeu, seus pilares justificaram o ajuste das realidades sociais ao tipo de civilização material que imperava. Foram três os seus sustentáculos, quais sejam, “a concepção de história como uma *marcha progressiva para o racional*” - a visão secular do devir social; a acumulação de riqueza como “opção de um futuro que encerra uma *promessa melhor de bem-estar*” - afiançada por uma institucionalidade que possibilita livres transações entre os indivíduos em função de seus interesses; por fim, e em especial, “a concepção de que *a expansão geográfica da influência européia significa para os demais povos da terra, implicitamente considerados “retardados”, o acesso a uma forma superior de civilização*”²⁴⁴ - a integração forçada às linhas de comércio como ossos do ofício civilizador.

Furtado vai indicar, dessarte, um “processo de colonização cultural”²⁴⁵ peculiar nos países periféricos. Haja visto as mudanças contextuais, estreitam-se os liames entre as classes dirigentes locais - afeitas ao mantimento elevado da taxa de exploração - e os controladores do comércio internacional - cuja aspiração estava no alargamento dos mercados - que abonam intercâmbios desiguais. A participação da burguesia local, ou mesmo da burocracia estatal, no controle do processo produtivo, não significa, necessariamente, menos dependência, portanto, se o móvel é a reprodução de padrões de consumo recriados continuamente nas economias centrais.²⁴⁶ Logo, um tal elo é seguimento tanto das consequências particulares do processo de acumulação, quanto da

²⁴³ FURTADO, Celso. O mito..., op.cit., p.82, grifo nosso.

²⁴⁴ FURTADO, Celso. Pequena..., op.cit., p.1, grifo nosso, citações anteriores idem.

²⁴⁵ FURTADO, Celso. O mito..., op.cit., p.85, citações anteriores idem, grifo nosso.

²⁴⁶ Pela empiria: “a experiência tem demonstrado que os grupos locais (privados ou públicos) que participam da apropriação do excedente no quadro de dependência dificilmente se afastam da visão do desenvolvimento como processo mimético de padrões culturais importados.” Ibid., p.90.

utilização do excedente sob estatuto da colonização cultural - aspecto este, a forma de utilização do excedente, crítico para o autor. Escreveu,

*[...] o que importa no conceito de excedente é a destinação final dos recursos, a qual está desligada da satisfação das necessidades constringentes e se abre sobre um horizonte de opções. É porque seu uso transcende as exigências básicas relacionadas com a reprodução da população, em certo contexto cultural, que estes recursos podem ser considerados excedentários. Visto de outro ângulo, o uso desses recursos traduz o projeto de vida da coletividade, a soma de todas as opções tomadas pelos indivíduos e grupos que participam de uma ou outra forma do sistema de dominação social.*²⁴⁷

A modernização dos padrões de consumo, entonada pela colonização cultural, em sua fase preambular, singularizou-se pelo acesso de minorias modernizadas a padrões diversificados de consumo, criados por uma intensa acumulação de capital esteada no progresso técnico no centro do sistema. O prosseguimento do processo, ao agudizar crescente e simultaneamente a situação de dependência externa e a segregação socioeconômica interna - a partir da elevação da “taxa de exploração sem que houvesse redução na taxa de salário real e independentemente da assimilação de novas técnicas produtivas”²⁴⁸ -, reanima traços coloniais, conservando, em um mesmo espaço econômico, uma interação orgânica, e secular, entre estruturas que se mantinham arcaicas e estruturas que se modernizam. Dinamizado pela desigualdade, a “característica mais significativa do modelo brasileiro é a sua tendência estrutural para excluir a massa da população dos benefícios da acumulação e do progresso técnico.” Desta forma, sua durabilidade “baseia-se grandemente na capacidade dos grupos dirigentes em suprimir todas as formas de oposição que seu caráter anti-social tende a estimular.”²⁴⁹

2.3. Considerações finais

Tratou-se do problema da modernização dos padrões de consumo, que se enreda de modo particular a um processo de colonização cultural, inscrito na problemática furtadiana da formação da nação - sob o prisma da constituição de um sistema econômico nacional. O sentido dessa constituição para Furtado deu-se em torno da antinomia entre a posição periférica da economia primário-exportadora e a formação nacional. Essa antinomia estabeleceu-se a partir do aprofundamento da

²⁴⁷ FURTADO, Celso. Pequena..., op.cit., p.49-50, grifo nosso.

²⁴⁸ FURTADO, Celso. O mito..., op.cit., p.93.

²⁴⁹ Ibid., p.109, citação anterior idem.

internacionalização do circuito de valorização do capital em sinergia com o mercado interno, redundando na articulação entre dependência cultural, tecnológica e financeira, e segregação social. O substrato da crítica de Furtado radica em uma subversão dos meios e dos fins, ou, em uma hipertrofia da razão instrumental, que autonomiza a esfera econômica em relação ao corpo social, fazendo-a parâmetro da sociabilidade - quer-se dizer das decisões dos agentes. Logo, para o autor, “o desenvolvimento econômico é, fundamentalmente, um processo de acumulação de capital”²⁵⁰ - de aumento da capacidade produtiva; mas o fundo do problema do desenvolvimento diz respeito a uma opção entre valores substantivos. O subdesenvolvimento, enquanto contra-face, concerne a uma formação específica, desvirtuada por uma cisão histórica entre as dimensões da produção e do consumo, derivada da estrutura da produção externa que se choca com a estrutura de produção interna, gerando hiatos em vários níveis - entre economia e cultura, entre ricos e pobres.

A economia colonial instalou-se comprometendo a construção das bases de um sistema econômico autônomo. Advinda de disputas comerciais entre potências quinhentistas, os aumentos de produtividade, correspondentes ao negócio agrário-exportador estabelecido, significaram uma possibilidade de combinação subótima de fatores, sem o prévio aumento da oferta de capital na forma de melhoria técnica. O aumento da renda real, assim obtido, poderia ter constituído a margem de apoio à automatização do processo de acumulação de capital. No entanto, e como idiosincrasia, esse processo revertia grande parte da renda para fora do perímetro colonial. A imediata e temporária tendência à concentração da parte retida internamente - pela criação de massa adicional no setor comercial beneficiado pelo impulso externo -, transformou-se em traço perpétuo à medida que se direcionou no sentido de uma diferenciação problemática da procura - o consumo de bens supérfluos - ao não corresponder à estrutura produtiva do país. Vai escrever Furtado, “a diferenciação mais geral da procura é aquela que resulta da aplicação da renda em gastos de consumo e inversões. Essa diferenciação tende a traduzir-se em idêntica diferenciação na estrutura da produção, à medida que a economia alcança níveis superiores de desenvolvimento.”²⁵¹ Assim, “a forma como evolui a procura é [...] fator fundamental na orientação das novas inversões”. Por sua vez, “a forma como evolui a procura em função do crescimento da

²⁵⁰ FURTADO, Celso. Desenvolvimento..., op.cit., p.101.

²⁵¹ Ibid., p.99.

renda é, em boa parte, determinada por fatores institucionais²⁵² - pela estrutura social.

A reintegração da economia colonial brasileira às linhas comerciais, no século XIX - da independência política -, sob a quadra do novo sistema de divisão internacional do trabalho, reafirmou em novos termos o estatuto colonial, conforme aquela reintegração conservou o caráter primário-exportador e dependente - por conseguinte, o crescimento em extensão e regulado pelo mercado de *commodities*. O mercado interno, subordinado à atividade exportadora, desenvolveu-se do corte, que se acentuou, entre a produção e o consumo, dada a aceleração da diversificação deste último com a imposição dos novos padrões criados pela revolução industrial inglesa. Inaugurou-se, desse modo, um processo de modernização que, em sua fase inicial, promoveu o atraso no desenvolvimento das forças produtivas, ao assumir a forma de assimilação, via importação, dos novos produtos, investidos de uma tecnologia “que escapa ao centro interno controlador das decisões econômicas.”²⁵³ O “subdesenvolvimento, apresenta-se, assim, desde o início, como uma transformação nos padrões de consumo (mesmo que tal transformação afete apenas uma minoria da população da área em questão) sem que concomitantemente se modifiquem as técnicas de produção.”²⁵⁴

Atravessou a formação da nação uma colonização cultural *sui generis*; tendo por eixo o “progresso-acumulação”²⁵⁵ - racional e civilizador -, foi assinalada por uma continuada reciclagem da interseção dos interesses de elites dirigentes anti-nacionais e de grupos comerciais-financeiros internacionais. Modulou, desta sorte, as transformações socioeconômicas no país, que seguiram no curso da intensificação da dependência externa e da exploração e segregação internas, na medida em que alcançou a dimensão da mentalidade das classes responsáveis pelas decisões quanto ao controle do destino da sociedade.

²⁵² Ibid., p.97, citação anterior idem.

²⁵³ FURTADO, Celso. Análise do “modelo”, op.cit., p.8.

²⁵⁴ Ibid., p.9.

²⁵⁵ FURTADO, Celso. Criatividade..., op.cit., p.101.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gilberto Freyre & Celso Furtado: as conciliações

O sociólogo pernambucano e o economista paraibano, aproximados em torno da problemática da formação nacional, em geral, e da relação entre o consumo e a cultura, em particular, comungaram de uma apreensão interpretativa da realidade social, ampla, situada e dinâmica. Quer se dizer, advogaram por um escrutínio analítico em que a história faz as vezes de solo, e a criatividade de ponta de lança, precisando no tempo e no espaço, interrelacionados, uma multiplicidade de especificidades que congraçaram o Brasil. Foram leituras voltadas, em especial, para os processos sociais, econômicos e culturais que estabeleceram o quadro geral da transição da condição de colônia à de nação.

Aproximaram-se Freyre e Furtado por análises cirúrgicas que apontaram, sobretudo, para constâncias e continuidades que conformaram o espaço e que fizeram tomar o tempo uma direção indefinida - tanto volta-se para trás quanto para frente. Ambos assinalaram a constituição de uma forma-estrutura agrário patriarcal, atravessada pelo escravismo, que organizou a colônia brasileira e influenciou sobre sua evolução subsequente na medida em que as mudanças de contexto possibilitaram sua reelaboração. De outro modo, as fundações do pólo colonial, quais sejam, a economia primário-exportadora, o regime patriarcal de estratificação social e o trabalho escravo, ao passo que se transformaram com parcialidade, para os autores, vão condicionar o desenvolvimento posterior do país. De caráter adaptável, relativamente elástica, essa forma-estrutura conferiu um alto grau de estabilidade nos estágios iniciais do processo formativo, na medida em que acomodou, pelo expediente da conciliação, conflitos de natureza social, econômica, política e cultural, contrapesando uma sorte de antagonismos - e que, por isso, não se extremaram a ponto de uma ruptura. Uma tal plasticidade também reverteu-se na capacidade dessa forma-estrutura reproduzir-se no espaço-tempo, uma vez que se resguardava a correspondência entre o sistema de interesses, a ordenação social e o padrão cultural frente às mudanças da realidade econômica.

Um e outro argumentaram por um sistema colonial que se instituiu reagindo, e sobrepujando, as adversidades oferecidas pela agrestia do meio tropical. A ocupação territorial, a técnica de produção do açúcar e o regime de mão-de-obra, definiram uma experiência de colonização ímpar ao assegurarem permanência nas capitanias, fortuna

aos engenhos e regularidade do trabalho, visto o desequilíbrio da ecologia brasileira. Arrazoaram ambos sobre um conjunto, fortemente dinamizado pela constante produção, conservação e ampliação de toda ordem de diferenças. Em outras palavras, o agrarismo exportador, o patriarcalismo e a escravidão imprimiram uma dinâmica de manutenção da colônia cuja força-motriz estava na geração contínua de desigualdades sociais, econômicas, culturais.

Freyre e Furtado têm no século XIX um íterim de corte a níveis externo e interno. No âmbito exterior ao círculo colonial, foram operadas uma série de transformações cuja expressão-síntese esteve na revolução industrial europeia. Como corolário, indicaram os autores um processo de alastramento de uma civilização material caracteristicamente industrial, burguesa, regulada pelo trabalho livre. Este desbordamento, conforme penetrou a colônia, imbricou-se à transição pela qual esta se defrontava, atuando de maneira expressiva. A independência política, a cessão do tráfico de escravos, a abolição da escravatura e a proclamação da República, exprimiram importantes processos sociais que desestabilizaram, ou instabilizaram, a atividade econômica, o arranjo do poder, a sociabilidade e o conteúdo cultural. Modificações substantivas que, no entanto, para os intelectuais, mantiveram reservas. Via Freyre, o movimento de desintegração da forma patriarcal singularizou-se pelos seus prolongamentos, em particular, no campo político, e pela relação frouxa que se estabeleceu entre o elemento urbano que se desenvolvia e o rural já consolidado; por Furtado, a economia permaneceu exportadora de produtos tropicais, crescendo em extensão. Quer-se dizer, houve uma reposição da forma-estrutura originária, a partir da preservação de traços agrário-escravistas decisivos que transpassaram as várias esferas da organização - o que tem que ver com o próprio descompasso entre os ritmos das modificações nas ditas esferas. Logo, tanto Freyre quanto Furtado, sublinharam a perpetuidade de mecanismos, ou, de componentes constitutivos, que guardaram certa funcionalidade na modulação das mudanças na passagem formal do colonial ao nacional, ao adaptarem-se e ao acomodaram-se à conjuntura. Isso significou uma repactuação decisiva com o passado.

Consumo e cultura ocuparam espaços privilegiados em ambas as interpretações. Tendo em vista o problema da modernização, circunscrito neste trabalho - enquanto um processo que permeia a transição -, as análises complementaram-se em alguns aspectos. Da ótica do cotidiano, Freyre desvelou, notadamente, o conteúdo dessa modernização que, desparametrizada, corrompeu os espaços social e ecológico

brasileiros, dando concretude à dimensão que pode alcançar os efeitos da adoção-imposição de usos e de costumes - que vão da descaracterização da identidade cultural ao comportamento mimético. Desse modo, corrobora a ênfase furtadiana na força do impacto sociocultural que a diversificação do consumo promove - afetando, inclusive, os sítios da mentalidade. Furtado, então, por seu turno, traçou a anatomia do processo, em que se ressaltam suas principais engrenagens e suas correspondentes funcionalidades, descortinando as repercussões socioeconômicas mais amplas, decorrentes de uma tal orientação do consumo - modernizar estilos de vida de classes minoritárias importantes. Destacaram ambos o caráter particularmente predatório, do ponto de vista ambiental, da generalização da civilização carbonífera-industrial - Freyre, focalizando as ressonâncias sobre os dados locais, Furtado em termos globais.

Freyre e Furtado reforçaram-se, assim, ao realçarem as relações de dominação que trazem implícitos os bens importados, isto é, a existência de uma imaterialidade subjacente aos objetos, que diz respeito às dinâmicas socioculturais, econômicas, políticas, e ambientais, próprias dos espaços nos quais foram elaborados. Ao serem transplantados a uma outra realidade social, ignorados os critérios que têm em conta as especificidades, e visto a disritmia das transformações nos terrenos material e imaterial, em que o primeiro sofre modificações muito mais rápidas que o segundo, enunciaram um desajuste entre os planos físico e valorativo cultural que tiveram consequências importantes. Exemplar desse desajuste são as significativas dificuldades - que se somam aos interesses político-econômicos - na captação subjetiva das mudanças por parte dos agentes. Grau de dificuldade este que terá expressão na forma mesma da reação desses atores às ditas mudanças.

Para os autores, a cultura desempenha um papel crucial, nomeadamente como um conjunto de valores estéticos, morais, intelectuais, políticos, que norteiam a ação humana, dão coesão social, estando em incessante disputa. Têm aqueles a noção de que, em última instância, o movimento histórico é dado por culturas que se digladiam a fim da predominância-subjugação; da assimetria entre as forças, a imposição de um modo de vida e de seus respectivos valores alçados à substantividade. Assim, a cultura é via e meio de subordinação; transforma, transforma-se e expressa transformações. Freyre e Furtado vão compartilhar da perspectiva de que, no limite, são os processos culturais que vão condicionar, decisivamente, o desenvolvimento das sociedades, na medida em que se enquadram no contexto das mudanças sociais. Filtrados pelas decisões e pelas ações dos indivíduos, são processos que se dão reforçando e endossando ou refreando e

deslegitimando sentidos e significados.

Gilberto Freyre vs. Celso Furtado: as irreconciliações

Das aproximações aos afastamentos, que não devem ser perdidos de vista. Freyre fez da forma patriarcal síntese cultural maior; a despeito de uma civilização que emergiu violentando a natureza, teria sido, em contrapartida, contrabalançando, criadora de valores originais, regionais, cujas qualidades de permanência e de harmonização fizeram altearem-se a nacionais - aspectos que atribuem à colonização portuguesa conteúdo civilizatório. Consolidou-se, desse modo, pela rotinização e através da família, uma tradição que, ao operar na chave da transigência, foi das responsáveis pela estabilização da formação do país. Por outras sentenças, os processos interpenetrados de miscigenação e de hibridização, ou, a fusão de raças e de culturas - expressão do transigir característico da célula familiar -, na medida em que logrou contemporizar diferenças e desigualdades, assentou uma tradição cultural que foi base sólida da constituição da nação. Expediente este, o de miscigenação-hibridização, tendo assegurado a adaptabilidade daquela forma, que se dilata e expande-se acomodando novas substâncias, viabilizou seus desdobramentos no tempo.

Furtado, por outro lado, tem no amálgama agrário-escravista um elemento estrutural que entorpeceu o desenvolvimento autônomo do país, conforme articulou relações de dominação externa e interna - expressões de uma colonização cujos horizontes projetavam-se a partir e em função de interesses comerciais. A agricultura extensiva, proporcionada pela abundância de terras, aliada ao trabalho escravo, que atua como alavanca de acumulação ao rebaixar as condições de vida da população, sob uma racionalidade de negócio, favoreceram a alta lucratividade. Esta, no entanto, revertendo-se, em sua maior medida, em rendas apropriadas por grandes grupos no comércio externo, não se transforma em recursos disponíveis à constituição de bases materiais maciças, nas quais se ancorariam a criação de uma sociedade civilizada. A pequena medida de rendas retidas convergiam para a classe de grandes proprietários, que satisfazendo suas necessidades com importações, não reuniam estímulos à constituição de um mercado interno de importância - umas das premissas à autonomização do espaço econômico. Nas franjas da atividade exportadora, formaram-se núcleos populacionais em atividades de subsistência, que se vincularam àquela de modo a configurarem um dispositivo que preservava a estrutura, ao amortecer os efeitos disjuntivos dos ciclos

econômicos sobre o imperativo negócio açucareiro - e ao formar um grande reservatório de mão-de-obra. Isso fez, ao passo da evolução, da concentração de renda um princípio, e a exclusão de grande parte da população da economia monetária uma norma.

Ainda que Freyre e Furtado acordem quanto à necessidade do controle das transformações - seu ritmo e sua orientação -, considerando as especificidades constitutivas e o conjunto das necessidades e potencialidades da sociedade, divergem profundamente quanto à unidade moduladora. Para Freyre, deve a tradição ser o filtro dos processos sociais, selecionando os valores culturais mais convenientes, visto a impossibilidade do bloqueio das modificações - ou, a inevitabilidade da “modernização”. Tendo o conjunto dos valores patriarcais como a salvaguarda do caracteristicamente brasileiro, no bojo da tradição estariam os parâmetros que regulariam e ajustariam os novos processos socioculturais no sentido da preservação e da adequação às particularidades da formação nacional. A potência dessa tradição reside na sabedoria contemporizadora, que conjugou diferenças na aparência, para o autor, irreconciliáveis. Essa prática preservou a diversidade cultural, equilibrando o país na heterogeneidade - diversidade e heterogeneidade fomentada por uma simbiose salutar entre avanços e retrocessos. Por um outro ângulo, a potência está em um passado que pelas próprias forças da sociedade deve ser trazido a valor presente, a partir de uma recuperação dos valores tradicionais.

Furtado, na contramão, vê a interação entre estruturas que se conservam tradicionais e estruturas que avançam pela modernização um traço secular perverso. Conjugam-se antagonismos que se sustentam em uma dinâmica de geração crescente de desigualdades - sociais, econômicas, culturais -, minando um desenvolvimento autopropulsado e equitativo, à medida que aprofunda os vínculos de dependência externa e a segregação social. Para Furtado, devem orientar a subordinação das transformações - que tomavam o curso individualista privado -, os interesses coletivos da sociedade, centralizados no Estado. Em outras palavras, dada a debilidade histórica na qual se formaram os atores, comprometendo sua capacidade de, por si próprios, organizarem os quadros da mudança social, faz-se necessário a organização de órgão maior, que aglutine forças e estabeleça critérios éticos à sujeição dos meios acumulativos aos fins substantivos. Fins estes que passam pela homogeneização social, isto é, pela satisfação apropriada das necessidades de alimentação, de vestuário, de acesso à saúde, à educação e à cultura do conjunto da população. Interessa sublinhar

que, à determinação de uma nova racionalidade, que subverta as tendências à concentração de renda, à exclusão social e à manutenção da situação de dependência - que construa marcos de fato nacionais da sociedade, da economia, do Estado - impõe-se o rompimento definitivo com o passado colonial.

Mesmo que críticos da forma adquirida pelo processo de modernização, ancorada no “*time is money*”, na noção de “progresso-acumulação” e em um padrão civilizatório excludente, calcado na identidade entre bem-estar e consumo material, para Freyre o problema reside no deslocamento da tradição - reflexo na problemática do consumo. O moderno em si - campo de purismos, no qual gravitam o ocidente, o burguês, o racional, o liberal, o secular - pouco diz à cultura e ao *ethos* consolidados no solo tropical nordestino pela tradição. A incongruência é certa de partida, haja vista a própria incapacidade do processo em suplantar por completo a ordem tradicional - a forma prolonga-se de modo tal, que a sociedade não assume por completo os traços capitalistas, “abrasileira-os”. Também manifesto deste assincronismo é a emersão de conflitos nas diversas esferas até então absorvidos pelo sistema; a modernização, ao desarticular a tradição, em uma fase de mudança social, e a partir de princípios irreduzíveis, por simples “melhorismo”, não ofereceu qualquer esteio à radicalização das diferenças que animou. Antagonismos que outrora mantinham-se em perfeito equilíbrio, passaram-se a equilibrar-se, e a completar-se, mal. Para Freyre, a possibilidade de modernidade condiciona-se à funcionalidade da tradição - que, dentre outros aspectos, garantiria o “melhoramento do elemento humano” *pari passu* ao material. Em outras palavras, são incontornáveis às projeções de futuro a valorização e a regeneração de um passado tradicional, por excelência nacional.

Sendo assim, focalizando a problemática do consumo, Freyre é tributário de usos e costumes que sejam compatíveis com a realidade socioecológica e cultural do país - híbrida e tropical. As mudanças expressivas nos padrões de vida, logo, de consumo, principiadas com o estabelecimento da corte portuguesa no Brasil, constituíram processos que se foram intensificando no correr do século XIX, no sentido do deslocamento da tradição patriarcal. Pela via dos usos, estiraram-se os costumes, instabilizando a ordem; os bens produzidos pela revolução industrial inglesa - europeia, capitalista, ocidental - estenderam-se pela “paisagem social” brasileira, quebrando com adaptações seculares, ao mesmo que assistindo à emersão de agentes que, por sua vez, assentavam os novos dados na organização social. A recharacterização dos conteúdos - marcados pela oriente e suas culturas -, no sentido de uma maior homogeneização,

implicou distensões na forma, que assumia aspectos particularistas e individualistas - na casa, na família, na organização do poder. Desta sorte, a modernização, expressa nos novos padrões de consumo - nos novos estilos de vida -, ao deslocar a tradição, promoveu desacomodações, fazendo emergir novas formas de conflitos que não encontram soluções satisfatoriamente conciliatórias - visto a inoperância da tradição.

Compete sublinhar, no entanto, que - como tendência última - conquanto certos transplantes culturais tenham corrompido essa cultura caracteristicamente brasileira, formada sob o regime patriarcal, predominam os processos de miscigenação e hibridização. Estes importam ao operarem “abrasileiramentos” que contrarrestam as forças standardizadoras, reafirmando o caráter, ou, o elemento híbrido, responsável pela mediação e pela comunicação entre extremos - persistem os amalgamentos a fim de um novo equilíbrio. Em outras palavras, sustenta-se a tendência à patamares de equilíbrio na dinamicidade de perenes procedimentos criativos e adaptativos, dos quais se fez o Brasil, que cuja sistemática refreia absolutizações. Insista-se, Freyre tem na tradição o mecanismo que dever ser operativo por excelência, em um quadro de mudança social, nesta sociedade - daí advogar por um movimento de reabilitação dos valores tradicionais, capazes de oferecer resistência à pretensa homogeneização capitalista.

Furtado, diferentemente, não tem no moderno em si um problema, mas sim as distorções que sofre ao penetrar na sociedade em transição, articulando-se a tradicionalismos, reforçando-os - o que debilita o processo de desenvolvimento. O imbróglío esteve no modo com que se acessou a uma civilização materialmente superior. A reintegração da agricultura tropical às linhas do comércio internacional, abertas pelo sistema de divisão internacional do trabalho advindo da revolução industrial, proporcionou grandes aumentos de excedente. Apropriados estes por elites dirigentes aculturadas, foram utilizados, sobretudo, na modernização de seus estilos de vida, o que significou conservar o crescimento econômico extensivo - leia-se sem modificações estruturais -, concentrador de renda, criador, portanto, de privilégio. Quer-se dizer, sob a hipertrofia de uma racionalidade dos meios, a modernização subordinou a acumulação à diversificação de padrões de consumo de minorias; a criação de um fluxo constante de bens que não correspondiam à estrutura produtiva e ao nível renda do país - propiciado, na etapa inicial, pelas importações -, asseverou nexos de dependência que comprometeram a autonomia do sistema econômico, ao encontrar-se externo ao país o núcleo que modula o aludido fluxo.

Ao contrário de Freyre, que concebe uma sociedade suficientemente forte para organizar-se porque fundada em pilares sólidos - daí uma espécie de essência patriarcal que deveria ditar os termos da modernização -, para Furtado as bases sociais não têm por si força própria, tendo em vista a precariedade das condições nas quais se formaram. Então, paralelo à exacerbação da dependência, na medida em que se intensifica e complexifica-se o processo de modernização, e à agudização da exploração interna, que serve à manutenção do referido processo, a crescente concentração de renda cria e aprofunda fossos internos. Assim, somente a ação do Estado Nacional, instituição superior, seria capaz de cooptar forças capazes internalizar os centros de controle das transformações e de integrar a coletividade crescentemente marginalizada. Para autor, a qualquer perspectiva de futuro, a fim da conclusão do processo de construção nacional, impõe-se o rompimento de círculos viciosos acordados com o passado de colonial.

Isso posto, o fundo do problema do consumo é outro; gira em torno do binômio dependência-desigualdade. Sob uma situação de dependência cultural - a dimensão última do quadro -, o desenvolvimento, em seus traços essenciais, entendido como o controle da mudança social a fim da soberania do nacional, tomou como prioridade a modernização dos estilos de vida de minorias modernizadas. O mantimento do processo, tendo em conta as condições históricas nas quais se constituíram a base econômica e a corresponde estrutura social brasileiras, deu-se a partir da exploração de grande parte da população. Importa que essa continuidade bloqueia a satisfação das necessidades básicas desse conjunto, ou, a difusão das benesses do progresso acumulativo. Ademais, para Furtado, a irretorquível impossibilidade de universalização deste paradigma cultural embasado na inovação material como moto-contínuo - que encontra seus limites na base física do planeta -, supõe um quadro assimétrico de poder, ou, de relações de dominação que comprometem a autonomia cultural. Destarte, a defesa pela compatibilização dos padrões de consumo à dotação dos fatores de produção e à estrutura de renda do país, tem à vista fossos externos, mas em especial os internos, que só fazem aprofundar-se. Furtado, então, intercede por uma reorientação da apropriação e da utilização do excedente, que vise à consolidação de bases nacionais do sistema econômico e de uma sociedade mais equitativa - logo, ao estabelecimento de parâmetros que submetam a modernização aos desígnios nacionais, o que, necessariamente, supõe a superação definitiva dos traços do passado colonial.

...

Partilharam Freyre e Furtado de uma visão holística e de um *modus operandi* interdisciplinar e criativo, que confrontaram esquematizações miméticas, pautadas pela redução e pelo enquadramento das realidades nos marcos de um paradigma não apenas analítico, mas igualmente cultural, pré-estabelecido - sublimando toda ordem de especificidades. Foram interpretações que, em última instância, debatiam-se com o quadro de mudança social que ainda afigura-se a transição da colônia à nação - quadro este em que a modificação das bases do regime de trabalho, dos critérios de estratificação social e da organização do poder, constituem as camadas decisivas. Para tanto, à luz dos impasses postos pelos contextos, ambas as análises voltaram-se para a formação em busca de um tempo, no qual se permita um justo equacionamento dos atores, dos processos e das dinâmicas socioeconômicas e culturais que atuaram na construção do país, e que de algum modo não estava absolutamente perdido. Foram mais, ou menos, explicativas conforme o contexto, e as crenças.

O que se gostaria de sugerir com o estabelecimento do diálogo entre as perspectivas, que ora tocam-se intimamente, ora afastam-se radicalmente, em um jogo de luzes e de sombras, é de que se trata, no limite, de um campo de disputas entre os indivíduos para definir os valores que devem orientar as condutas, os significados que devem ter as coisas, bem como os sentidos que devem assumir os processos que assentam a vida social. Diz respeito a confrontação teórica à disputas políticas nas quais a produção das ideias é parte constitutiva e é expediente ativo das lutas sociais na construção da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: Sentido da formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lúcio Costa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

BASTOS, Élide Rugai. As criaturas de Prometeu. São Paulo: Global, 2006.

_____. Gilberto Freyre e o pensamento hispânico: entre Dom Quixote e Alonso El Bueno. Bauru, SP: EDUSC, 2003. (Coleção Ciências Sociais)

BURKE, Peter. A cultura material na obra de Gilberto Freyre. In: FALCÃO, Joaquim; ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de (orgs.). O imperador das idéias: Gilberto Freyre em questão. Rio de Janeiro: Ed. Topbooks, 2001, p.55-70.

FURTADO, Celso. Criatividade e dependência na civilização industrial. Ed. Definitiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. Formação econômica do Brasil. 34ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. Brasil: a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

_____. Análise do “modelo” brasileiro. 8ª edição - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

_____. Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar. 2ª ed. - São Paulo: Ed. Nacional, 1981.

_____. Prefácio à Nova Economia Política. 2ªed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. O mito do desenvolvimento econômico. 2ª ed. - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974

_____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura S.A., 1961.

FREYRE, Gilberto. Sociologia. São Paulo: Realizações Editora, Livraria e Distribuidora Ltda., 2009.

_____. Sobrados e Mucambos: decadência do patriarcado e

desenvolvimento do urbano. 16ª ed. - São Paulo: Global, 2006.

_____. Ordem e Progresso. 6ª ed. - São Paulo: Global, 2004.

_____. Casa-grande & senzala: edição crítica, Guillermo Giucci, Enrique Rodríguez Larreta e Edison Nery da Fonseca, coordenadores, 1ª edição Madri: Barcelona; La Habana; Lisboa; Paris; México; Buenos Aires; São Paulo; Lima; Guatemala; San José: ALLCA XX, 2002. (Coleção Archivos: 1.ªed. 55).

_____. Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. 6ª ed. - Rio de Janeiro: Record, 1989

_____. Manifesto regionalista. 6ª ed. - Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1976

_____. Como e porque sou e não sou sociólogo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1968a.

_____. Região e Tradição. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Gráfica Record Editora, 1968b.

_____. Problemas brasileiros de antropologia. 3ª ed. - Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1962.

MALLORQUIN, Carlos. Celso Furtado: um retrato intelectual. Rio de Janeiro/São Paulo, Contraponto/Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. Viagem ao olho do furacão. Celso Furtado e o desafio do pensamento autoritário brasileiro. Novos Estudos CEBRAP, n. 48, p.3-19, 1997.

RICUPERO, Bernardo. Celso Furtado e o pensamento social brasileiro. Estudos avançados 19 (53), p.371-377, 2005.

RODRIGUES, Henrique Estrada. O conceito de formação na historiografia brasileira. In Medeiros, Bruno Franco; de Souza, Francisco Gouvea; Belchior, Luna Halabi; Rangel, Marcelo de Mello; Pereira, Mateus H.F. Teoria e Historiografia: Debates Contemporâneo. Jundiaí, Paco Editorial: 2015

SAMPAIO JR, Plínio Soares de Arruda. Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente. Petrópolis, Vozes, 1999a.

_____. O impasse da “formação nacional” in FIORI, José Luís (org.). Estados e Moedas no desenvolvimento das nações. Petrópolis, Vozes, 1999b.